

MARIZA SANTOS MIRANDA

TEXTO E CONTEXTO: EDUCAÇÃO E PRESENÇA

ALEMÃ NO SUL DE MATO GROSSO

- 1920 / 1934 -

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CAMPO GRANDE/ MS
2001**

MARIZA SANTOS MIRANDA

**TEXTO E CONTEXTO: EDUCAÇÃO E PRESENÇA
ALEMÃ NO SUL DE MATO GROSSO- 1920/1934**

Dissertação apresentada para
qualificação como exigência final
para obtenção do grau de Mestre
em Educação à Comissão
Julgadora da Universidade
Federal de Mato Grosso do Sul
sob orientação da Professora Dra.
Ana Lúcia E.F.Valente .

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO
SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Campo Grande/MS
2001**

COMISSÃO JULGADORA:

Profa. Dra. Ana Lúcia E. F. Valente

Profa. Dra. Olga Rodrigues de Morais von Simson

Profa. Dra. Maria Adélia Menegazzo

DEDICATÓRIA

Dedico esse estudo, com carinho e respeito, aos meus entrevistados, todos, que me permitiram visitá-los em suas memórias, revelando-me, em confiança e cumplicidade, suas histórias de vida. Sem eles, essas páginas não poderiam ter sido escritas.

Em especial, dedico o presente à Sra. Maria Wehner, que se tornou minha fiel colaboradora, facilitando-me tantos contatos, buscando descobrir o paradeiro dos antigos moradores da Colônia Velha, ajudando-me a montar o mosaico e brindando-me com seu humor.

In memoriam, ao Pastor Knoch e ao Sr. Max Wolfring, falecidos em 2000.

AGRADECIMENTOS

“Mire e veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas elas vão sempre mudando. Afinam e desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou.”

Guimarães Rosa

Acredito que estamos em constante movimento e transformação. Que somos o resultado amalgamado de tantos caminhos, vozes e memórias. Cada passo, voluntário ou não, revela a somatória de aprendizados adquiridos ao longo das trilhas que a vida nos impõe.

Sob essa ótica entendo que existem por trás deste texto e deste trabalho tantas lembranças, tantas vozes e tantas mãos que me permitiram realizá-lo. A concepção e realização deste estudo se deram, portanto, graças à inúmeras doações, à vários atos de desprendimento e afeto. Difícil, então, o agradecer frente aos incontáveis murmúrios, gritos, a essas vozes todas que me transformam, obrigando-me sempre a uma nova ‘re-leitura’ de mim e do mundo ao meu redor.

Mesmo correndo o risco de pecar pelo esquecimento, quero elencar alguns nomes que estiveram mais diretamente envolvidos nessa tarefa executada à tantas mãos e vozes, para agradecer-lhes o empenho:

Aos amigos, de perto e de longe, que estavam antenados a tudo que dizia respeito ao tema escolhido por mim;

Aos colegas de curso com os quais dividia minha angústia e descobertas, dos quais recebi sempre apoio e incentivo;

Aos meus depoentes, que se mostraram sempre pacientes e fraternos;

À CAPES, pela bolsa que me complementou financeiramente, dando-me a calma e o tempo necessários à uma pesquisa;

Aos meus pais, por tentarem compreender minha ânsia de aprender, me colocarem em suas orações e terem me dado sustentação afetiva;

À minha filha, em especial, por tentar entender minha tensão, meu nervosismo e ter suportado, pacientemente, os fins de semana ‘roubados’ de nosso lazer. Por me permitir ter tempo para o ‘meu’ momento, apesar de ‘seu’ momento ser muito mais rico, importante e fundamental para sua vida;

Aos mestres, todos, pelas mãos dos quais passei e fruto dos quais eu sou;

À minha orientadora, professora Ana Lúcia E.F.Valente, que me motivou para essa empreitada sinalizando o caminho a seguir, me emprestando seus conhecimentos, suas críticas, permitindo-me o caminhar livre sob sua orientação segura, desprezando minha ansiedade. Sem sua ‘voz’ e ‘leitura’ jamais teria chegado a tal objeto de pesquisa.

À todas essas ‘vozes’, o meu reconhecimento e agradecimento sinceros.

RESUMO

Esse estudo reporta-se à presença alemã no sul do então Estado de Mato Grosso, como um grupo expressivo, e todo o processo educacional vivido e vivenciado por ele. Tal realidade determinou a busca de novos caminhos para a vida que tiveram pela frente, diferente da conhecida até aquele momento. Os anos enfocados, de 1920 a 1934, referem-se aos anos de formação e assentamento da Colônia Agrícola de Terenos, bem como ao seu período áureo. Entende-se que a educação deve ser uma das preparações para a vida e esses alemães estiveram expostos à mentalidade de um novo mundo e à todas suas diferenças e alteridades. Tudo muito distinto da educação, vida e cultura trazidas em suas bagagens, imprimindo o particular em suas ações. No tentar registrar esse processo e, na medida do possível, entendê-lo, repousa o fulcro e o traço desse estudo. Por que esses imigrantes vieram para o agreste Mato Grosso, quando já havia colônias progressistas e bem desenvolvidas no Sul do país? A que tipo de processo educacional estiveram expostos? Que escolas freqüentaram seus filhos? Havia, ao menos, um sistema educacional esperando por eles? Na ausência do mesmo quais as estratégias que desenvolveram para suprir tal lacuna? Estas são questões que nortearam tal pesquisa, cujos segredos e respostas tentamos iniciar o desvelar.

Palavras Chaves:

Educação

Diversidade Cultural

Imigração Alemã

ABSTRACT

This essay takes us back to the very beginning of the German presence in the South of Mato Grosso as an expressive group and its educational process in this State, which means to find paths for its whole new life. The time period which has been focused here goes from 1920 to 1934: the very successful years of the Agricultural Colony of Terenos. Education should be a preparation for life and those German people were exposed to a new world mentality and its differences, totally distinct of their standard education, their old known life and culture. In this particular case education had been fundamental and gave them enough background to support all the adversities. The purpose which we have been searching for in this essay is to understand and register this peculiar process or even the evolution of this period of immigration's history in this State. Why did those people come to the South of the wild Mato Grosso, when there were so many well done and advanced colonies in the South of Brazil at that time? What kind of education process were they exposed to? What kind of "textbooks" had they dealt with? What kind of school had their children attended to? Was there after all a schooling waiting for them? For lack of it what kind of strategies were they looking after in order to supply this gap? Those are the main questions, actually the clues, whose answers and paths we have been looking for throughout this study.

Keywords:

Education

Cultural diversity

German Immigration

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Porta de Entrada da Antiga NOB	01
Figura 2 – Depoentes	13 bis
Figura 3 - Depoentes.....	13 bis
Figura 4 - Cópia da certidão de casamento dos Wehner.....	79 bis
Figura 5- Cópia do passaporte de Adolf Fluhr	80 bis
Figura 6, 7 e 8 - Passaporte de Adolf Fluhr	80 bis
Figura 9- Cópia da Planta da Colônia Velha e Nova	85 bis
Figura10-Derrubada da mata na Colônia Nova.....	85 bis
Figura11-Estação de Ferro em Terenos.....	87 bis
Figura12-Casarão do Zambelli	87 bis
Figura13-Certificado de conclusão de curso de padeiro.....	88 bis
Figura 14,15 e 16- Livros da Intendência de Campo Grande....	91 bis
Figura 17- Moradias na Colônia Velha	105 bis
Figura 18- Diretoria da Colônia.....	94 bis
Figura 19- Primeiro casamento na Colônia.....	80 bis
Figura 20- Certidão de casamento dos Fluhr.....	80 bis
Figura 21- Carta em alemão ao Sr.Adolf Fluhr.....	106 bis
Figura 22- RG. Brasileira de Christine Fluhr.....	144 bis
Figura 23 e 24 – Escola na Colônia Velha.....	115 bis
Figura 25- Deutsche Schule.....	118 bis
Figura 26- Família Hetce	118 bis
Figura 27- Juventude Hitlerista.....	120 bis
Figura 28- Cemitério de Terenos.....	128 bis
Figura 29- Vista da janela da Diretoria.....	150 bis
Figura 30 e 31 – Contrato de promessa de venda.....	144 bis
Figura 32,33 e 34 – Pedido de título provisório.....	143 bis

SUMÁRIO

Introdução.....	01
Capítulo I – Origens Sociais e Políticas da Imigração Alemã	20
Movimentos Culturais da Época	27
Do outro lado do Atlântico	34
Capítulo II – Contexto: O Sul de Mato Grosso- início do Século XX	47
Capítulo III - O texto escrito no cerrado	78
Alemão? Falo um pouco, mas misturo muito	94
...E aí, resolveram pagar um professor	111
Juventude Teuto-Brasileira	120
Relação dos entrevistados	127
Relação do grupo que chegou em 1924	128
Capítulo IV - Nas entrelinhas do texto	129
À guisa de Conclusão	151
Bibliografia	158
Mensagens de presidentes consultadas	165

“Articular o passado historicamente não significa conhece-lo ‘tal como ele propriamente foi’. Significa apoderar-se de uma lembrança tal qual ela cintilou no instante de perigo.”

Walter Benjamin

Impossível falar sobre educação, sobretudo sobre imigração, sem lançar o olhar ao seu redor. Ambas não estão, e nem podem estar, desvinculadas das lutas sociais, bem como de tudo aquilo que move uma sociedade, de interesses e vicissitudes. Sendo assim, como qualquer tema pesquisado e discutido, também nesse caso há que se tomar cuidados, já que vários pontos precisam ser devidamente mensurados e analisados.

Entendemos, nessa abordagem, que a educação se propõe a desenvolver faculdades físicas e intelectuais no ser humano. Para tanto, ela tem como pressuposto mudança e adequação. Mudança, na maneira de ver e sentir o mundo e, como consequência, de se auto focar. Adequação, na medida em que leva o ser humano a aprender a ser capaz de transformar o meio, as informações e as observações, socializando-os de maneira clara e objetiva. Adequação e mudança que devem possibilitar-lhe a condução de aprendizados na tentativa de seu melhor viver.

Esse processo social de formação humana, denominado educação, que por sua vez implica conhecimento e aprendizado, é singular na medida em que envolve um ser, suas descobertas e consequentes aprendizados. É sobretudo, universal, pois é comum a qualquer ser humano independente de sua condição social ou etnia.

Ao enveredar pelos caminhos da educação, precisamos enfatizar a eficiência dos processos de aprendizagem em grupo, onde são desenvolvidos valores e atitudes para viver e sobreviver. Nessa concepção, o conhecimento adquirido é transmitido na ação familiar, comunitária, social, enfim. Os

valores culturais que levam os seres humanos a articularem suas ações são valorizados por essa abordagem. Reportamo-nos à educação não-formal, que a partir dos anos 90 do Século XX passa a merecer atenção e destaque, por força das mudanças na economia, na sociedade e, evidentemente, no próprio mundo do trabalho (GOHN,1999).

A educação é vista por nós, portanto, não como propriedade única do indivíduo, mas tendo sua essência perpassada pela comunidade e pelo meio aos quais ele pertence e frequenta. O ser humano forma-se e transforma-se a partir desse processo de sociabilização estabelecido pelas relações sociais, pela necessidade imposta através do processo de transformação e “apreensão” da natureza, já que se vê levado a transformar o meio em favor de sua subsistência e comodidade.

Esse processo cultural, de educação/aprendizado, de criação e transmissão de conhecimentos, vem a ser inseparável da condição social do ser humano. Tal qual o ser humano ele sofre mutações, transformações ao longo do tempo, tornando-se com esses movimentos um processo histórico (VALENTE, 1999).

Por outro lado, ao tecermos considerações sobre imigração, observamos que há pelo menos duas óticas a serem consideradas: a história oficial e aquela apoiada na versão da verdade individual ou de um grupo sobre a realidade reconstruída, ambas ancoradas na história política, econômica, cultural e social de uma determinada época. Efetivamente estivemos lidando com 3 tipos de narradores: a história oficial, que denominamos de narrador factual; os depoentes, narradores discursivos e nós, narradores críticos e observadores. Essa consideração se impõe, pois sugere a possibilidade de um outro enfoque, um outro viés do tema em questão. À respeito disso temos refletido cuidadosamente, objetivando a seqüência desse primeiro trabalho.

Com base nesse entendimento tivemos o cuidado de levantar de forma sucinta e pontual dados que se constituem no

“pano de fundo” da imigração alemã para o Brasil e apresentá-los já nos primeiros capítulos, antes mesmo da versão sobre a realidade dos fatos aqui reconstruídos trazida pelos depoentes.

Há, entretanto, um ponto de interseção entre as duas perspectivas: normalmente o motivo que leva um indivíduo a abandonar seu país, a emigrar, relaciona-se diretamente com o econômico. O mesmo é verdade para o país que cogita a aceitação de imigrantes. Mas somos cômicas de que a história da imigração envolve uma paleta muito ampla de questões como rejeições, expulsões, problemas religiosos, sócio-políticos, angústias e ansiedades. Abarca, por outro lado, a aceitação, a adaptação, o aprendizado e uma nova visão de mundo viabilizando a continuidade da vida.

Devemos tecer, paralelamente à educação e à imigração, breves considerações sobre a memória. No nosso entendimento somos frutos de várias vozes que ressoam dentro de nós e se materializam nos gestos, na fala ou no olhar. Somos um composto de memórias, sejam elas afetivas, intelectuais, musculares ou aquelas trazidas em nossos DNAs. Essa diversidade de registros demonstra a capacidade de nossa memória, tantas vezes desconsiderada ou abafada pela imposição das tarefas cotidianas. Meras imposições do social, meio dentro do qual vivemos, onde se mesclam educação e aprendizado e através do qual nos transformamos.

A memória, coletiva ou individual, tem seu fundamento próprio, merecendo de nossa parte um olhar respeitoso. Ela pode nos ajudar na reconstrução, e mesmo na *construção*, de um momento histórico para um melhor entendimento dos movimentos sociais e seus constantes aprendizados. Não por acaso embasamos nosso levantamento nos depoimentos, na memória.

O cerne desse trabalho repousa, então, na necessidade de registrar a entrada do primeiro grupo significativo de imigrantes alemães no sul do Estado de Mato Grosso, a partir de 1924, e sua realidade educacional. O recorte temporal

estabelecido, de 1920 a 1934, portanto, foi determinado pelo processo de formação e pelos primeiros catorze anos de vida da Colônia, por terem sido os pilares dessa experiência migratória no Estado. Almejar compreender as razões desse movimento para o centro-oeste, quando já existiam tantas colônias bem sucedidas no Sul do país, querer registrar o processo educacional de “mão-dupla”, que se estabeleceu entre alemães e brasileiros, tentar construir a memória e a história, registrando-as, já que quase nada há registrado sobre tal fato, dão as cores e reforçam o traço desse estudo.

A Colônia Agrícola de Terenos, (município, hoje, localizado no Estado de Mato Grosso do Sul), começa seu processo de gestação por volta de 1920, concretizando-se em 1924 com a entrada do maior número de famílias estrangeiras. Entre elas, 43 famílias vindas de diferentes regiões de países de cultura alemã. Eram famílias detentoras de formação social e educacional das mais diversas, diferenciando-se de outros grupos familiares que esse núcleo multicultural abrigou. Não se tratava essencialmente de agricultores, como acreditávamos a princípio. Sequer um grupo homogêneo de estrangeiros que tenha vindo para um município, ou mesmo uma sociedade civil, já constituída. Ao contrário, vieram, a exemplo dos pioneiros migrantes do Sul do país, criar um núcleo e conseqüentemente uma cidade.

Para fazermos tal ‘*construção*’ nos deparamos com a exigüidade de dados empíricos e fontes primárias, além de um reduzidíssimo número de fontes documentais, dispersas e não sistematizadas. A pesquisa empírica, portanto, desenvolveu-se mediante a análise dos relatórios, falas e mensagens dos presidentes da Província de Mato Grosso no período abordado. As Bibliotecas e os Arquivos Públicos Regionais, o Memorial do Imigrante, o Museu Histórico Nacional, o Arquivo Público de Hamburgo e de Stuttgart, ambos na Alemanha, praticamente não possuem registros de tal evento histórico. Evidentemente o

discurso oficial retrata a concepção das autoridades locais, que eram, quase sempre, aquelas que também detinham os poderes político e econômico. A exposição dessa versão junto aos textos das entrevistas realizadas por nós, dá-nos uma leitura mais crítica, possivelmente mais próxima dos fatos reais que envolveram a região e o período enfocados nesse estudo.

A Informática favoreceu nossa pesquisa em particular, possibilitando o “navegar” por bibliotecas, bem como a ter acesso direto a artigos em Revistas Alemãs, a estudiosos da área e aos próprios arquivos mencionados. O embasamento, entretanto, apoia-se fundamentalmente nos procedimentos antropológicos, incluindo histórias de vida e entrevistas realizadas por nós com descendentes diretos das primeiras famílias residentes em Terenos, por acreditarmos que a simples consulta à documentação escrita não oferece uma visão real e pluralista do fato em si.

Sem dúvida alguma todo testemunho, toda lembrança do passado, não conseguem deixar de ser um tanto autobiográficos, pois carregam um forte cunho pessoal, uma visão singular do vivido, do experimentado. A ponte que a memória permite estabelecer entre o presente e o passado, dando a esse último força e misturando-o às águas do presente, como se refere BOSI (1987), pode nos induzir a erros de interpretação.

Segundo a perspectiva de Halbwachs (1990), o espaço físico é relevante, por se tratar de uma realidade durável, enquanto as impressões podem ser alteradas. Mas ao longo do tempo a própria realidade física pode ser modificada e mesmo descaracterizada, a nosso ver. Mas concordamos que detalhes, traços, certas nuances, só podem ser inteligíveis a pessoas que viveram aquele momento histórico tendo seus vínculos ligados a um mesmo espaço físico. O sociólogo acredita ainda que o ato de lembrar não significa reviver o passado, muito menos recuperá-lo, mas reconstruí-lo, repensá-lo com imagens, técnicas e idéias do presente. No caso de Terenos, reviver o passado

significa, sobretudo, *construí-lo* nas trilhas esquecidas da historiografia local.

As imagens retiradas do passado, imagens congeladas pelo tempo, adquirem vida no presente através de signos do próprio presente, como o vocabulário, o gestual, as comparações, a própria ação do tempo capaz de modificar a percepção da realidade. Lidamos com fatos passados, com a história de vida, oferecidos fundamentalmente pela linguagem e por atores sociais, ligados ao objeto pesquisado. Entretanto, se não formos sensíveis à leitura e nas entrelinhas do passado reportado, podemos ser enredados pela vida própria, muitas vezes fantasiosa, que tal passado pode adquirir ao ser lembrado no presente. Ou seja, no presente o passado é repensado com o desfoque natural do tempo, em tonalidades sépia e com toda a experiência de vida adquirida e vivida no hoje, podendo sofrer ‘deformações’, versões convenientes ao próprio passado ou ao presente.

Concordamos com JANOTTI e SOUZA (in SIMSON, 1997, p.275) ao afirmar que as lembranças “*individuais só se sustentam no interior de um grupo*”. Essa crença nos levou a entrevistar 24 pessoas, sendo 18 ex-moradores e descendentes diretos dos colonos originais. Assim pudemos observar quando o passado rememorado era efetivamente o passado de tantos outros e fazer a distinção entre o fato vivido e o fato criado pela lembrança do passado.

A partir desses entendimentos procuramos dividir o trabalho em questão de maneira didática, oferecendo uma pequena digressão histórica no intuito de melhor situá-lo no tempo e no espaço. Optamos por uma seqüência temporal lógica acreditando que isso facilitaria a leitura àqueles que não estão habituados ao tema, e, também, por estarmos dando ao nosso trabalho um caráter linear. Todas as citações obedecem a grafia original, da época. As fotos e documentos anexados carregam a responsabilidade da ilustração, como forma de comprovação,

pois o tempo disponível não nos permitiu uma análise detalhada. Tal processo pode ser objeto de uma outra etapa. As fotos coloridas ou recentes foram tiradas por nós com uma máquina automática sem recursos técnicos. As antigas, bem como os documentos, nos foram cedidos pelas famílias entrevistadas, muito depois de se estabelecer entre nós a cumplicidade. Ao que tudo indica foram fotos posadas tiradas por amigos, portanto por um amador, mas há uma ou outra que denunciam um trabalho profissional.

Cabe ainda uma elucidação quanto às fotos que emolduram nosso trabalho. A porta fechada da Estação de Ferro de Terenos carrega a simbologia das dificuldades que encontramos e das muitas portas em que batemos, além de demonstrar efetivamente que até aquele momento a “porta” histórica dessa Colônia Agrícola estava cerrada para muitos. A que finaliza, é uma foto batida de dentro da sede administrativa original da Colônia através de uma velha janela quase sem batentes. Tem-se uma visão ampla e pitoresca daquela área, emprestando ao término desse nosso trabalho a idéia de que estamos simplesmente abrindo uma pequena clarabóia, deixando incidir um pouco de luz natural sobre fatos reais, amplos e bonitos, que têm ainda muito a nos revelar.

Isto posto, optamos pela seguinte divisão de capítulos:

- Introdução ;
- Capítulo I – *Origens Sociais e Políticas da Imigração Alemã*, onde objetivamos uma retomada bem sucinta e pontual dos fatos principais da história alemã e brasileira, para melhor entendermos o movimento migratório, passando por um breve relato sobre o pensamento e movimentos culturais europeus mais importantes da época em questão;
- Capítulo II - *Contexto: O Sul do Mato Grosso*, abordando com traços ligeiros o quadro político,

social e educacional regional da época escolhida, com o intuito de oferecer um pano de fundo para compreendermos o movimento migratório que se deu no Estado, preparando-nos para o capítulo seguinte. Sintetizamos a História da Educação em Mato Grosso à luz das mensagens dos presidentes de Estado e dos principais historiadores regionais;

- Capítulo III - *O Texto Escrito No Cerrado*, o argumento detém-se na versão da realidade reconstruída sobre a história e vida da Colônia narrada pelos depoentes. Aqui repousa o fulcro de nosso trabalho, por essa razão o capítulo é mais extenso que os outros. Talvez essa diferença de peso dê uma certa sensação de desequilíbrio, mas não compromete o trabalho como um todo, além de ter sido proposital, já que efetivamente carrega toda riqueza e responsabilidade da narração de nossos entrevistados. Eles nos reportam sobre salas de aulas, currículos, professores e aprendizagens educacionais. Objetivando a diluição de tal sensação de desequilíbrio buscamos dividi-los através de pequenos subtítulos nas falas dos depoentes;
- Capítulo IV - *Nas entrelinhas do Texto*, tentamos discutir a realidade histórico-social a que tiveram acesso os colonos e o processo educacional com o qual se defrontaram;
- À Guisa de Conclusão – um fechamento do texto aqui exposto, pois o estudo em questão apenas teve seus primeiros traços delineados.

Observamos que cada um dos capítulos é aberto com um verso, como se fora uma epígrafe nos introduzindo ao texto desenvolvido a seguir. Isso delata nossa predileção por esse gênero literário, no qual nos aventuramos tantas vezes ao longo

da vida através de publicações. Por gostarmos de literatura ousamos fazer algumas considerações no Capítulo I, abordando os movimentos culturais e o pensamento que envolveram o ser humano na Europa no período que antecedeu e se efetivou a imigração alemã para o Novo Mundo. No Capítulo IV retomamos o assunto citando alguns exemplos literários para ilustrar o valor da educação informal.

A gênese desse processo de pesquisa repousa, efetivamente, em um breve relato de 2 páginas sobre a Colônia Agrícola de Terenos, editado pela Revista ARCA – do Arquivo Histórico Municipal de Campo Grande/ MS, em agosto de 1991. Mas merece ser destacado que tínhamos retornado à nossa cidade natal, da qual saímos criança ainda, invertendo o processo realizado por nossos pais, quando se mudaram para São Paulo em busca de melhores condições de trabalho e vida. Buscávamos, nesse retorno, entender nossas raízes e conhecer melhor nossas origens, que nada têm a ver com a cultura alemã.

Paralelamente, sendo professora de Língua Alemã como língua estrangeira, queríamos contribuir com o ensino da língua alemã e nos interessava definir o perfil do aluno de alemão em Campo Grande, bem como conhecer a formação dos professores (se eram de origem alemã, se estavam habilitados, qual o nível de sua formação, entre outros).Esse interesse foi tomando corpo e nos colocando em contato com outras cidades do Estado, onde havia grupos de descendentes de alemães. Chegamos a criar um Núcleo de Convergência, o ZUKUNFT, que objetiva reunir dados, orientar alunos, travar contatos entre Mato Grosso do Sul, Alemanha e principais pontos de difusão da Cultura Alemã, como o Instituto Goethe.

Nessa busca fomos nos deparando com dados isolados e perdidos, aqui, ali, até a ‘descoberta’ de colônias agrícolas formadas com estrangeiros no sul do Estado de Mato Grosso, na década de 20, a de Terenos, e mais tarde, na década de 40, do

Século XX, a de Dourados. Nesse ínterim tivemos acesso a uma cópia do Álbum Gráfico de Mato Grosso com as propagandas das Casas Comerciais de Corumbá, que além de ter sido impresso em Hamburgo, denota a forte presença alemã naquela cidade nos idos do Século XIX. Ao lermos o artigo publicado pela Revista ARCA tivemos nossa curiosidade aguçada, nos propusemos, então, a verificar a presença alemã no Estado de forma sistemática e correr o risco de um trabalho de tal porte.

A perspectiva de tal levantamento tangeu nossa corda poético-literária e imaginamos esses estrangeiros, em especial os de cultura alemã, como aqueles personagens do gênero literário alemão *Novelle* que reunidos em um mesmo espaço físico, em torno de uma lareira ou mesa, começam, cada um por vez, a narrar suas histórias. Na explicação de Theodor Storm (1817-1888), destacado autor do realismo alemão, a novela é irmã do drama, tratando “*dos problemas mais profundos da vida humana*”, e como o drama, exige para sua realização plena um conflito, “*situado em um centro, de onde tudo se organiza e, portanto, impõe a forma mais fechada e a exclusão de todos os elementos secundários*”(in THEODOR, 1980, p.109).

A nós interessou o conflito e sua narrativa do ponto de vista de cada um daqueles que viveram em Terenos, para começarmos a entender o processo educacional que se deu ali. Contrariando o gênero literário mencionado, os elementos secundários tiveram importância, sendo incluídos na narrativa. A reconstrução de fatos esquecidos, do conflito, o lidar com histórias de vida, o aprendizado informal imposto aos colonos e a relação que estabelecemos com o gênero literário *Novelle* foram a combustão apaixonante que nos impeliu a começar, insistir, persistir e chegar a uma primeira conclusão.

Não encontramos um único trabalho científico, tanto na área de História como na de Educação, que abordasse o processo imigratório vivenciado em Terenos, pelo qual optamos, por ser o primeiro movimento migratório significativo do Estado,

como já nos referimos anteriormente. Historiadores autodidatas, com suas valiosas crônicas, fazem menção à Colônia de Terenos, mas veiculam efetivamente a concepção histórica pré-estabelecida pelo poder hegemônico da burguesia da época. Defendem o controle econômico e político de grupos burgueses em Mato Grosso, cujas idéias representavam os interesses do momento. Apesar da maioria deles manter-se dentro do campo do senso comum, suas contribuições, seus registros sem rigor científico, suas narrativas factuais, regionalistas e tendenciosas tiveram para nós um valor inestimável, merecendo nosso respeitoso olhar, embora desloquem para a coxia os atores sociais, a nosso ver os personagens principais da ação.

Reportamo-nos a “correr o risco”, pois viemos da área de Letras Modernas, onde nos especializamos em Língua Alemã como Língua Estrangeira (*Deutsch als Fremdsprache*), sem ter vínculo familiar algum com a cultura alemã e nenhuma intimidade com pesquisa de campo, depoimentos, entrevistas, suporte teórico, tabelas e gráficos. O mais próximo disso tudo que tínhamos feito, refere-se à nossa monografia de especialização, realizada em Munique, Alemanha, cuja temática aborda a problemática lingüística e social dos operários turcos (*Gastarbeiter*) na Alemanha de 1977.

Tendo sido *estrangeiras* por algum tempo sentimo-nos qualificadas para aceitar os desafios de nossa proposta de trabalho. O ter vivido fora de nosso país é fato relevante, pois nos vimos inúmeras vezes frente à diversidade, tendo vivenciado um tanto das dificuldades de ser estranho à uma cultura, a um espaço físico, legitimando nosso interesse pelo objeto de nossa pesquisa. Reitera, igualmente, o olhar depositado em tal objeto: carregado de nossa experiência pessoal e de nossa postura educacional. Também aqui se defrontam novamente *singularidade*, nossa experiência pessoal, e *universalidade*, onde está inserido tudo aquilo que é comum a qualquer ser humano.

O que liga um ser humano à sua cultura, nos levou muitas vezes a julgar valores alemães, portanto estranhos aos nossos, com critérios próprios do nosso *Weltanschauung* (visão de mundo), referendando a observação de WILLEMS de que:

“(...)as relações emocionais que prendem o homem à sua cultura não permitem que ele julgue valores estranhos com critérios diversos dos de seu grupo”(1946, p.12).

Estivemos expostas à todo tipo de aprendizado, desde o formal, que nos levaria à especialização, passando pelo informal, nas ações e observações do cotidiano alemão em busca de adaptação e entendimento da cultura local. Entretanto não evitamos que nossa cultura, brasileira, fosse durante bom tempo referencial irrefutável. Todo o “resto” era julgado e avaliado de acordo com o viés do grupo e do meio que nos formou.

Por outro lado, a couraça que o etnocentrismo empresta para neutralizar embates não tem a eficiência desejada. Com o tempo vamos nos mesclando aos novos elementos culturais, assimilando uns, transformando outros. Vamos adquirindo uma nova atitude favorecendo a inclusão e a compreensão de novos valores, sendo cada valor incorporado nada mais que a expressão de experiências vividas.

As ‘privações’ às quais nos vimos sujeitas - isolamento familiar, clima distinto, língua estranha, insulamento cultural – representaram o preço pago para se atingir um ideal. A tais situações estão expostos todos os migrantes. Ter vivido um processo semelhante e ter conhecimento da língua, literatura, da cultura alemã, enfim, facilitou-nos, também, a aproximação com os entrevistados e possibilitou-nos uma capacidade de análise, nesse caso específico, mais aguçada. Deu-nos ferramentas e técnicas de aproximação apreendidas da própria cultura alemã, das quais nos utilizamos em todos os contatos mantidos.

A partir da leitura do artigo da Revista ARCA nossos maiores aliados foram a lista telefônica e, como consequência, o telefone. Havíamos consultado os Livros da Intendência de Campo Grande e tínhamos em mãos a lista de nomes das 43 famílias de cultura alemã que vieram para Terenos em 1924. Uma parte, 27 famílias, entrou em maio e o restante, 16 famílias, em junho de 1924. Nesse quesito há divergências entre os historiadores: uns registram 41, 46, outros 56 famílias alemãs. Como mais tarde a Colônia aceitou colonos que já estavam no país, vindos de São Paulo, do Sul e mesmo de fazendas do Mato Grosso, atraídos pelas facilidades disponibilizadas pelo Governo Estadual, pode residir aí a diferença numérica detectada por nós.

As 43 famílias que listamos vieram diretamente da Europa, tendo passado pelo período de “quarentena” na Ilha das Flores, Rio de Janeiro, onde se localizava uma Hospedaria de imigrantes. Ali receberam vacinas, passaram por exames médicos e obtiveram noções básicas do país que as recebia, enquanto aguardavam sua destinação.

Esse grupo, colocado a freqüentar o mesmo espaço físico e social, defrontou-se com a obrigatoriedade do aprender “códigos” para poder estabelecer uma comunicação e uma certa identidade com o meio e as pessoas que os acolheram. Um aprendizado forçado pela necessidade, que não se deu dentro de um caráter formal e/ou normativo, mesmo porque não havia nenhum tipo de orientação educacional / cultural em Terenos e sequer na Ilha das Flores.

Como aventado, usamos das ‘técnicas de aproximação’ conhecidas pela cultura alemã e, talvez por isso, nunca tenhamos sentido rejeição ou negligência por parte de nossos depoentes. Muito pelo contrário. Ao estabelecermos o primeiro contato, repassando a seriedade de nosso intento, foi-se formando uma corrente de informações, ou seja, cada um dos entrevistados ia, por conta própria, tentando localizar ex-

moradores da Colônia e possíveis depoentes. Muitas foram as vezes que ao entrevistarmos uma família levamos conosco a Sra. Maria Wehner (pág. 13 bis), que se tornou uma colaboradora imprescindível de nossa garimpagem. Ela foi um de nossos primeiros contatos e sua companhia, sempre jovial, nos abria portas, despertava na memória dos interlocutores fatos adormecidos, além de reafirmar a seriedade de nosso trabalho.

Queremos reiterar que a proximidade lingüística e cultural, estabelecida em nosso conhecimento formal, foi um elemento facilitador da construção de uma relação positiva e da possibilidade da recuperação dessa memória, gerando um intenso e fecundo processo de troca.

Houve, entretanto, caso de pessoas que conversaram conosco por telefone, mais de uma vez, chegando mesmo a nos passar informações importantes, mas que não se deixaram entrevistar pessoalmente. Alegavam terem nascido na década de 50 do Século XX e terem “*ouvido contar as histórias da Colônia na família*”, mas não terem vivenciado o fato em si. Uma única pessoa não permitiu a gravação, embora tenha nos contado toda sua história de vida por mais de três horas, mesclando alemão e português, o que nos obrigou o uso do diário de campo. Foi a entrevista mais pungente e emocionada que realizamos. Talvez resida aí a explicação, que se acrescenta ao fato de ela ser uma pessoa que ocupa um cargo de destaque na sociedade local.

Sem dúvida alguma o lembrar e reconstruir os bons momentos vividos é fácil, mas muito árduo e penoso o reconstruir as dificuldades enfrentadas, as situações traumáticas vividas, principalmente na frente de um observador estranho.

Como lidamos com pessoas de idade, cuja faixa etária varia de 76 a 98 anos, tivemos a nosso favor o fato natural deles se reportarem ao passado com certo prazer e facilidade. É notória a capacidade que os anciãos têm de se lembrarem do passado distante e não necessariamente do recente. A par disso agrega-se o prazer que têm de narrar, contar histórias e “causos” de suas

vidas para uma platéia incondicionalmente atenta e silenciosa, que lhe permitia a reconstrução de suas vidas livremente. Por essa razão, embora tenhamos estabelecido um roteiro para as entrevistas, elas aconteciam sempre de maneira não estruturada. A opção por entrevistas não-diretivas, através de uma conversa amigável com o entrevistado na tentativa de levantar dados que poderiam ser utilizados e analisados por nós depois, deu-se naturalmente. O espaço físico onde ocorreram, foi o mais variado possível: salas de visitas, gabinetes de trabalho, varandas, sob pés de mangas e ao ar livre buscando a sombra.

As entrevistas foram em português, mas pontuadas por expressões alemãs. Somente duas foram totalmente em língua alemã. Aconteceram em Campo Grande e Terenos (localizada a 30 km de Campo Grande), embora tenhamos contatado famílias de ex-colonos residindo em Dourados.

As entrevistas se iniciavam inevitavelmente ao revés do que imaginávamos. Eles queriam saber a razão de nosso trabalho, onde tínhamos aprendido alemão e sobre nossa vida pessoal. Sujeitávamo-nos a tal inquérito com paciência e através de nossas respostas íamos tentando reverter a situação.

Vale pontuar, que embora observadoras, éramos da mesma natureza do objeto observado, portanto passível de observação, como colocamos acima. Esses “testes” sobre nosso conhecimento de língua e cultura alemã, alicerçavam a confiança e ampliavam a cumplicidade. Entretanto, surpreendeu-nos, sempre, a alegria que demonstravam ao constatarem que havíamos vivido na Alemanha e tínhamos conhecido a maioria das cidades de origem de seus antepassados.

O gravador nunca foi elemento inibidor. Muitas vezes pediam para o desligarmos, quando queriam contar um caso que reputavam como ‘proibido’ ou ‘sigiloso’, por exemplo, levando-nos ao uso do diário de campo. Às vezes não estavam “com vontade de falar” e conversávamos sobre várias outras coisas até reconquistarmos novamente a confiança e a cumplicidade.

Cada processo de localização e aproximação das famílias, à guisa de ilustração, demandou um mínimo de 3 a 4 semanas e, a despeito disso, as revelações iam se dando aos poucos, em doses homeopáticas como já aventado, à medida em que se adquiria maior cumplicidade. O mesmo ocorreu com os documentos e fotos. A princípio ‘ninguém’ tinha guardado nada ou tinha sido tudo distribuído entre os filhos e não conseguiriam localizar mais fotos ou documentos. De repente, num segundo contato, ‘lembravam-se’ de uma caixa cheia de fotos ou documentos antigos.

Interessante enfatizar que os contatos não foram únicos. Estivemos mais de uma vez com nossos entrevistados, nos telefonávamos durante a semana, fomos elo de ligação e informação entre eles e sempre prezamos a ponte que se estabelecia. Depois de nossa qualificação, levamos o trabalho para alguns deles, para que lessem, fizessem críticas e se reconhecessem ali. Esse retorno, além de prazeroso, rendeu-nos novas informações, despertou novas lembranças.

Em seguida a essa coleta de campo, que acontecia ao mesmo tempo em que levantávamos dados em jornais, arquivos, órgãos públicos e leituras várias, iniciamos o processo de interpretação dos dados gravados. Essa análise de conteúdo, não deixou de ser também uma análise lingüística, pois lidamos exclusivamente com a linguagem oral. Tínhamos diante de nós um monólogo, organizado pela lembrança, pelo recordar de uma pessoa e isso não se dava de forma linear, mas vinha como se fossem ondas do mar, às vezes agitadas, outras suaves. O foco muitas vezes era difuso, ‘burilado’ pelo tempo, alguns temas proibidos, momentos repletos de longos e reveladores silêncios.

Segundo o dicionário de TORRINHA (1945), recordar vem do latim **recordare**, significando *ter presente no espírito, no coração*. *Re-* é um prefixo que indica movimento para trás, *cor* significa coração, *dare*, doar, dar, portanto podemos entender o verbo *recordar* como *dar de novo ao coração*, ou

ainda, *colocar novamente no coração*. Por esse motivo a emoção visitou muitas vezes igualmente entrevistado e entrevistador, perturbando a ambos. Tentar desvestir-se da roupagem afetiva e analisar os dados através dos índices das palavras e do texto oral, foi nos conduzindo a definições de conceitos explicativos sobre o tema enfocado, dando o norte e ânimo para prosseguir.

Saber *ouvir e entender* as estrelas que iam sendo pontuadas, numa alusão ao poeta Bilac, exigiu paciência, envolvendo desgaste emocional e físico. Essa leitura demandava objetividade e fundamentação teórica a todo momento. Íamos então, selecionando retalhos aqui, ali, juntando as cores e seus matizes na elaboração do grande quadro: tal seleção, todos os caminhos e meandros, as muitas risadas e os longos silêncios, as grandes voltas e lacunas, apesar do cansaço, foram, sobretudo, motivos de enorme prazer.

O avanço de nossas pesquisas e entrevistas aos poucos nos desnudava a realidade educacional, à qual estiveram sujeitos aqueles colonos e seus filhos. A cada passo íamos percebendo diferenças em relação àquilo que é reportado, em livros e artigos, sobre as colônias alemãs do Sul do país. A realidade comunitária de Terenos parece ter tido sua peculiaridade também nesse quesito. Mas surpreendeu-nos o número de salas de aula multiseriadas que pudemos registrar.

Os colonos de Terenos atuaram também politicamente ao terem sua participação em um dos primeiros movimentos divisionistas do Estado, conforme atesta um documento de 1934 da Delegacia de Polícia de Entre-Rios (hoje MS). Este movimento foi liderado, entre outros, por Vespasiano Martins e Paulo Machado e sufocado por determinação presidencial. Não seguimos as trilhas desse episódio, pois nosso olhar tinha, nesse momento, outra preocupação.

Cabe aqui, igualmente, uma menção aos personagens elencados ao final do terceiro Capítulo. A Sra. Olga Mathilde Schleich Vollkopf, era filha de colonos (*Família Schleich*) e

casou-se com um colono da *Família Vollkopf*. Como veio criança para Terenos, conviveu com as duas famílias e pode nos reportar sobre ambas. Caso semelhante se dá com a Sra. Narcisa Guiomar Gomes de Macedo, filha de colonos portugueses, mas que casando-se com colono austríaco recebeu o sobrenome *Pelzl*. Ela nos reportou sobre sua família (*Manoel Gomes de Macedo*) e seu marido sobre a dos *Pelzl*. A Sra. Elisa Masch narra sua história pessoal e de sua família, embora, anos depois, tenha se casado com um filho da *Família Wehner*.

Reside no ineditismo de tal trabalho sua maior dificuldade e seu maior valor. Muito já se escreveu e se pesquisou sobre colônias alemãs, escolas alemãs e seus professores paroquiais, já foram enfocados praticamente todos os ângulos dessa imigração no que diz respeito ao Sul do país. Sobre as colônias de estrangeiros e sobre a imigração alemã no sul de Mato Grosso não se tem notícia de nenhum estudo até então. De sorte que o levantamento exposto nos capítulos seguintes, não se esgota em si mesmo. Trata-se de uma primeira tentativa de tal registro e de semelhante viés, abrindo a possibilidade de seu aprimoramento, aprofundamento e seqüência. Mas imputa ao trabalho, como um todo, a afirmação de MALINOWSKY (1976, pág.374):

“Ao captar a visão essencial dos outros com reverência e verdadeira compreensão(...), estamos contribuindo para alargar nossa própria visão.”

CAPÍTULO I :

ORIGENS SOCIAIS E POLÍTICAS DA

IMIGRAÇÃO ALEMÃ

*“Non! Non! L’humanité n’a point pour destinée
D’être assise immobile au seuil froid des tombeaux...”*

Victor Hugo

(Não!Não! O destino da humanidade não é de modo algum
O de ficar sentada imóvel na fria soleira dos túmulos...)

Como já enunciado na Introdução a proposição que norteia este trabalho – a “re-construção” da história e trajetória das primeiras famílias alemãs no sul do então Estado de Mato Grosso, vindas para constituírem uma colônia de caráter misto, bem como a análise dos processos educacionais aos quais foram submetidas - vê a necessidade de focar, em primeiro plano, a Europa Central do Século XIX . Para compreendermos o quadro histórico desse referido século, entretanto, é aconselhável voltarmos o olhar para século anterior.

O século XVIII havia impresso mudanças decisivas na vida e pensamento do homem europeu. O longo processo de transformação que transferiu a supremacia econômica do capital comercial para o capital industrial obrigou a sociedade européia a uma reestruturação nova em face das situações desconhecidas. Como as épocas econômicas são distinguidas não pelo o *que* se produz, mas pelo *como* se produz, ou seja, pelos instrumentos de produção empregados e sua organização, as comunidades do século em questão se viram diante da necessidade do aprimoramento das máquinas, seus instrumentos de trabalho, e do estabelecimento de uma relação social nova. Foram definidos, nesse momento histórico, alguns aspectos:

- 1) a forma de propriedade sobre os meios de produção ;
- 2) a situação social decorrente disso, ou seja a divisão da sociedade em classes; e por fim,

3) a forma de distribuição da produção, a relação produção e consumo.

Pontuamos, a seguir, fatos históricos que julgamos terem sido mais determinantes para o advento de tais mudanças:

- A Revolução Industrial (1760 na Inglaterra e, no século seguinte, por volta de 1830 , em outros países europeus);
- A Revolução Francesa (1789), que não foi um fato isolado, mas inseriu-se num quadro de revoluções que aconteceram no mundo de então. A Industrial e a Francesa são consideradas as duas maiores representantes das revoluções burguesas do século XVIII.
- A independência da América do Norte, em 1776, desencadeada com a Lei do Açúcar (1764);
- Movimentos de insatisfação social foram percebidos igualmente na Inglaterra e Irlanda (1781-1782); Países Baixos (1783-1787); Bélgica (1787-1790) e Gênova (1782). Depois de iniciados na França (1789) atingiram a região do rio Reno, no que seria mais tarde a Alemanha, e os Países Baixos (1795), chegando depois ao Norte da Itália (1796) e, finalmente, à Suíça (1798).

O século XVIII foi permeado da filosofia iluminista, que exprime o próprio pensamento da burguesia industrial e comercial, pregando liberdade, igualdade e a defesa da propriedade. O uso da razão, a explicação racional dos fatos, foi considerado de suma importância, sobrepondo-se ao Absolutismo, onde o rei era colocado como fonte viva da lei, pois seu poder derivava de Deus, através do consentimento nacional. Segundo a filosofia absolutista o poder se constitui pelo poder total concentrado na pessoa do soberano, que tinha o direito divino e de fato. Tal conceito se sustentou sobre o conflito das ordens sociais: nobreza, clero e terceiro estado - onde se inseriu a burguesia.

A Igreja Católica tornou-se, diante da proposta filosófica do Iluminismo, uma instituição dispensável, já que a vida era fruto da administração racional do ser humano; Deus não interferia mais tão diretamente, como antes, no regime conhecido historicamente como

"despotismo esclarecido", onde os monarcas adotavam práticas e princípios liberais, sem abandonar, entretanto, o poder absolutista.

Estimulados pelos filósofos da época, sendo o francês Voltaire aquele que merece mais destaque, vários príncipes procuraram colocar em prática as novas idéias, objetivando governar com a razão e segundo os interesses de seus comandados. Sem abdicar, porém, de seu poder absoluto, como já mencionado. Podemos elencar, nesse ponto, como dignos representantes da filosofia em questão os seguintes personagens que ocupam lugar na História, embora efetivamente não tenham passado de meros “déspotas esclarecidos”:

- Frederico II , na Prússia (1740-1786);
- Catarina II , na Rússia (1762-1796);
- José II , na Áustria (1780 - 1790);
- Aranda, ministro espanhol que pôs em execução uma série de medidas de cunho iluminista, fortalecendo o rei Carlos III ;
- Marquês de Pombal, em Portugal, ministro de D.José, também gerenciador de reformas iluministas (a partir de 1750).

Isto posto, observa-se que apesar de uma conjuntura desfavorável, a burguesia citadina atingiu efetivamente o poder nos países onde predominavam as atividades financeiras, comerciais e industriais.

“[...]Os combates do proletariado operário marcam, outrossim, o ascenso do capitalismo: em face de uma classe triunfante, ele constitui outra classe” (SCHNERB, 1958,p.11) .

As alterações sociais mencionadas anteriormente, bem como os novos movimentos políticos, surgiam de uma Europa facetada e insatisfeita, desembocando, no Século seguinte – XIX, no Congresso de Viena (1814 a 1815), que empreendeu a chamada reconstrução européia. Isso resultou no fato de que o perfil geográfico da Europa se viu redesenhado, tendo a Prússia recebido grande parte da região do Reno, do conjunto de estados independentes

que compunham parte do que conhecemos hoje como Alemanha, como consequência das deliberações do Congresso. Talvez mereça ser salientado o fato de que a Alemanha, até 1871, ter sido composta de um conjunto de burgos, principados, reinados, enfim, de estados independentes. Obviamente tal constituição política descentralizada “entre 36 príncipes de tendências conflitantes e inúmeros caprichos pessoais” (KREUTZ,1991, p.14) acabava interferindo e impedindo um desenvolvimento mais rápido dos interesses de sua burguesia. Devemos observar, igualmente, que até 1870, esses grupos independentes falavam dialetos, quase sempre incompreensíveis entre si. A Prússia era o Estado que ocupava o lugar principal nesse conglomerado político, ditando as normas sócio-político-culturais da época aos outros estados. A Liga, composta pela confederação dos estados independentes alemães, não deixava de ser uma união pouco coesa de estados soberanos. Ela só tinha capacidade de ação quando as duas grandes forças políticas, a Prússia e a Áustria, estavam de acordo.

A bem da verdade, a burguesia prussiana assumiu a liderança do movimento de classe média por volta de 1840, que por sua vez vinha paulatinamente aumentando sua riqueza e ampliando seu comércio. A burguesia desses estados independentes, entretanto, percebeu que essa falta de ordem, essas diferenças e tendências na sua constituição política, que não deixavam de ser conflitantes, eram um grande empecilho ao seu desenvolvimento. Tratava-se de administrações políticas com resquícios da era feudal, tanto na agricultura como no comércio, e com uma burocracia ‘estúpida’ atrelando suas transações a uma lentidão nada eficaz (KREUTZ,1991). Tais conclusões levaram os estados e províncias a se unirem e nivelarem seus interesses.

Nas décadas que se seguiram a Liga considerou sua tarefa principal reprimir quaisquer tentativas de unificação e liberdade. Imprensa e editoras eram sujeitas à censura; as universidades controladas e tornou-se praticamente impossível uma atividade

política. Por outro lado, iniciou-se um desenvolvimento econômico moderno, que contrariou as tendências reacionárias; criou-se a União Alfandegária Alemã (*Zollverein*) em 1827, que liberou a circulação de mercadorias nos territórios membros da Liga, implantando assim um mercado nacional uniforme. Talvez tenha sido esse o ponto áureo da Liga, já que nunca representou, efetivamente, a unidade alemã - salvo a criação da *Zollverein*, com o intuito de uniformizar as taxas alfandegárias em todo o território alemão. Essa política econômica estimulou o desenvolvimento industrial, que por sua vez acentuou o nacionalismo germânico, o desejo de independência e de união política. Contudo, com as fábricas houve o nascimento de um nova classe operária fabril, que encontrou, a princípio, boas oportunidades de ganhar dinheiro na indústria de maneira mais fácil do que no campo. Mas defrontou-se com outro impasse: aqueles camponeses e artesãos que não tinham se entusiasmado com a possibilidade, ou opção, de se tornarem integrantes de uma classe operária ou de se transformarem em proletários, preferindo o campo ao 'progresso' da cidade, constituindo no seu âmago uma resistência cultural a um modelo novo proposto.

Todavia, esse crescimento acelerado - fábricas, nova classe operária fabril, crescimento demográfico - gerou um excedente de mão-de-obra. Essa massa de operários vinda do campo para cidade em busca de melhor oportunidade de trabalho e riqueza mais fácil devido ao desenvolvimento do mercado econômico, vivia na verdade na mais completa miséria, pois não havia uma legislação previdenciária para os proteger.

O número de seres humanos aumentara muito, cerca de 900 milhões em 1800, mas as doenças como tifo, peste bubônica e cólera, continuavam ceifando vidas, além da subnutrição, revoluções e guerras. As revoluções na Europa do século XVIII não terminaram, pois, com o Congresso de Viena. Continuaram ainda em 1830 e 1848, ataçadas pela penúria regente; a escassez era um dos fatores do

grande movimento revolucionário de 1848, à guisa de exemplo. A verdade é que já no início do século XIX, a revolução industrial não tinha conseguido suprimir a preeminência rural (SCHNERB, 1958). Os europeus eram dominados pelo cuidado por sua subsistência; empenhavam-se em arrancar da terra o indispensável ao seu consumo diário, como que antevendo a escassez de grãos e batatas que vivenciariam a partir de 1825.

Os estados independentes que formavam o *Bund* (união, coligação) alemão certamente não ficaram imunes às forças da transformação social e à luta pela sobrevivência no campo, que invadiram a Europa. Reformas foram empreendidas, a princípio nos estados que constituíam a Liga Renana, mais tarde também na Prússia, mais afeta às suas tradições e logicamente mais intolerante às transformações, apesar de seu desenvolvimento cultural.

Com essas reformas iniciais diminuíram-se as barreiras impostas pelo feudalismo, chegando a se formar uma nova sociedade burguesa, livre e capaz de assumir suas responsabilidades, expressando sua hegemonia. As reformas abrangeram, a título de exemplo, a abolição da vassalagem, concederam liberdade profissional e igualdade perante a lei. Entretanto, na maioria dos casos, tais reformas ficaram a meio caminho, já que o homem comum permanecia excluído da participação nas atividades legislativas de sua cidade, estado e país.

Em elaboração encontravam-se as regras de ouro do interesse pessoal e da livre concorrência. Portanto, um liberalismo econômico, mas que não media esforços quando se fazia necessária a defesa dos interesses da nação com a qual a burguesia se identificava.

Estaria a Pátria (*Vaterland*) sendo solidária com a sorte daqueles que só dispunham de seus braços para ganhar o pão? Por toda a Europa observava-se que os operários têxteis, dispersos pelas aldeias, eram representantes de uma situação mais aflitiva que a dos artesãos. Estes últimos estavam agrupados sobretudo nas cidades e

acabavam formando uma pequena “elite”. De qualquer forma o operário que dispunha só de seu salário industrial e nenhuma possibilidade de crescimento econômico e intelectual, tinha na máquina e na mão-de-obra abundante sua grande concorrência.

Como conseqüência à crise agrária (anterior ao período acima exposto), ao crescimento rápido da população, bem acima da média e ritmo dos séculos anteriores, e, certamente, à insatisfação política, iniciou-se uma nova tendência, já por volta do fim do Século XVIII, a migração européia, que atingiu seu apogeu no Século XIX. Tratava-se de um fenômeno que abarcava toda a Europa, por força de reajustes sociais e políticos demandados naquele momento histórico. A migração se dava interna e externamente. No ultimo caso, objetivou-se o Novo Mundo, especialmente a América do Norte, ventilada pelos ares da independência e democracia recentes, exercendo sobre os candidatos à imigração o fascínio de uma possível liberdade pessoal. Para lá seguiu um contingente maior de imigrantes teutos, enquanto um número bem menor, de camponeses *mais pobres*, buscaram a Argentina e o Brasil (SIMSON,1997).

Enfatizamos que falar de uma Alemanha dessa época requer o registro de que ela não existia como unidade nacional, como se tenta atestar nos parágrafos anteriores. Havia reinados, principados, ducados, independentes entre si. O que identificava todos era a língua alemã, rica em dialetos incompreensíveis entre si, como já aventamos, e a tradição étnico-cultural. É interessante salientar, entretanto, que mesmo preservando seus falares regionais, havia uma linguagem mais elaborada (*Hochdeutsch*), de difícil compreensão para o cidadão simples, mas conhecida de todos. Martinho Lutero, que séculos antes, ao traduzir a Bíblia (1521 a 1534), no afã de possibilitar a todos os teutos a leitura e o entendimento das Sagradas Escrituras, acabou estabelecendo uma uniformização lingüística exemplificada na norma do alto alemão (*Hochdeutsch*), ainda hoje o idioma oficial da Alemanha. Também, como parte das reformas introduzidas por Lutero, o pastor passou a

pregar em alemão, voltado para a comunidade, que por outro lado passou a entoar os hinos, em língua alemã, junto com seu pastor, participando assim, pela primeira vez diretamente do culto. Tudo isso contrariando o estabelecido até aquele momento pela Igreja Católica: o padre de costas, rezando em latim e os hinos entoados por um coral de padres, - nenhuma participação direta da comunidade.

Por outro lado, se levarmos em consideração que Lutero, ao não aceitar a autoridade papal, passando a admitir apenas o Evangelho, nos certificaremos que ele estava incentivando de forma indireta a população dos estados alemães a aprender a ler. Sua pregação de que cada um poderia interpretar a leitura das Sagradas Escrituras de acordo com sua consciência, seu livre exame, nos faz entender melhor a busca de tal aprendizado. Talvez estivesse igualmente incentivando o povo à formação de opinião própria e crítica. Nesse ponto se estabeleceram conseqüências educacionais e *“a cultura passou a incorporar uma forte associação entre religião e educação escolar, permeada pela necessidade de bem conhecer a língua materna”* (FIORI, 1986, p.116).

A despeito dessa idéia de união, perpassada já desde Lutero, os passaportes dos primeiros imigrantes alemães que deixaram seu país em busca de novas terras e oportunidades, registravam, porém, a origem dessas pessoas como sendo da Prússia, da Renânia, Hesse, Pomerânia ou de Schleswig-Holstein. Além da língua alemã, comum a todos, cada grupo trazia consigo seus hábitos, costumes e dialeto, que não eram necessariamente homogêneos. A história, entretanto, registrou a todos como **“alemães”** (MÜLLER, 1974). Ainda hoje o alemão pode ser cidadão de qualquer país, mas nunca abandona a nacionalidade alemã. No caso brasileiro, passam a ser *cidadãos brasileiros de nacionalidade alemã* (Kreutz, 2000).

MOVIMENTOS CULTURAIS DA ÉPOCA

Sabemos que manifestações culturais exprimem os problemas, sonhos, desejos, as relações materiais, a ‘realidade’ de uma sociedade, sendo, portanto, verossimilhante a ela. Hoje isso se constituiu em um verdadeiro truísmo, embora nem sempre tenha sido assim. Segundo a afirmação de CÂNDIDO (1965, p.23), Madame de Staël, na França, teria sido a primeira pessoa a formular e esboçar sistematicamente essa verdade, no que se refere à literatura, afirmando ser ela também um” *produto do social, exprimindo condições de cada civilização em que ocorre*”. Por acreditarmos nessa tese, pontuamos alguns dados esboçados nas Artes da virada do Século XVIII para o XIX, e mesmo durante as primeiras décadas desse último, quando tantas alterações significativas ocorriam na Europa, levando governos e povo europeus a ver na imigração uma das soluções viáveis para alguns de seus problemas sociais e econômicos.

Com esse esboço queremos sublinhar o fato da sociedade ser composta por seres sociais, históricos e culturais que necessitam buscar a transformação do meio, bem como a expressão de seus anseios, medos, angústias numa busca incessante de aprendizado e crescimento, embora nem sempre seja isso realizado de forma consciente e satisfatória.

Logo na virada do Século XVIII para o XIX, como enunciamos, houve um enriquecimento, e ampliação do público da música clássica e da literatura. A música de câmara, que atendia ao gosto particular de um público específico, cedeu lugar ao teatro lírico, que empregou inúmeros libretistas e compositores. O *bel canto* e o *bailado* passaram a ser compreensíveis às multidões, ao homem simples: citamos a ópera *Freischütz* de Weber, em 1821, com uma ‘história’ inteligível, melodia e bailados ao gosto do público da época. O piano tornou-se um instrumento à disposição da burguesia, encontrava-se em todas as salas; era o instrumento de Schumann, Chopin e Ligt. Paganini, na Itália, exibiu sua virtuosidade, mas não podemos deixar de citar o violoncelo e a flauta, que chegaram para

ocupar seus espaços. Quanto aos instrumentos de sopro, a grande aparição foi o saxofone. As lendas tiveram seu lugar de destaque e passaram a gozar de imensa voga: as *Sagas* escandinavas, *Romancero* espanhol, os *Nibelungen*, epopéia burgúndia e a *Canção de Rolando*. Na literatura alemã, à guisa de exemplo, destacamos Heinrich Heine , Eduard Mörike, Franz Grillparzer e Georg Büchner. Surgiu Hegel propondo um idealismo absoluto, em oposição ao pensamento do século XVIII:

“[...] o absoluto é a Idéia, a única que possui realidade própria e que tende a realizar-se graças ao conceito superior do Estado, monárquico por sua própria essência, única forma capaz de associar a liberdade à autoridade”(SCHNERB, 1958, p.68) .

Sob essa ótica o indivíduo, uma abstração sem consistência, não existe por si mesmo e, Hegel, na Universidade de Berlim, demonstrou que o tipo acabado desse Estado era o prussiano!

Entretanto, o Romantismo foi o grande movimento literário, que moveu idéias, corações e se firmou no final do Século XVIII e primeiras décadas do Século XIX, em especial na Alemanha. Tinham seus adeptos *uma consciência histórica*, acreditando que trazemos em nós o passado e que dele não podemos escapar, contrariando o espírito iluminista. Caminhamos para o futuro, sim, mas estamos ligados ao passado que determina nosso futuro. Valorizou-se, então, a Idade Média, a volta ao tradicionalismo e ao espírito religioso, tendo na obra de Novalis, *A Cristandade ou Europa* (1799), seu expoente. Nela ele desenhou uma imagem lendária de época medieval religiosa, enfocando sua destruição pela época moderna (THEODOR,1980). Os chamados princípios do romantismo, o *Geist* (espírito) desse movimento literário, fundamentaram-se nos esforços de um grupo de amigos da cidade de Jena (Alemanha). Marcaram suas obras pelo predomínio da espontaneidade, da fantasia, da intuição, da idéia de liberdade, do

sentimento, principalmente da paixão e solidão, e sobretudo, do ‘Eu’. O ‘eu’ (*Ich*), que não passava do espírito atuante, estava no centro das ações, e dele dependia todo o restante do mundo da verdade, o mundo do ‘não eu’ (*Nicht-Ich*). Para eles a natureza seria o espírito visível, sendo o espírito em si o invisível da natureza. Tal postura os levava de volta à natureza, emprestando a todos os elementos, mesmo pedras e plantas, a idéia de vida e alma (GLASER, 1975). Para o Romantismo conservador o conceito de comunidade universal, o próprio aspecto cosmopolita do *Aufklärung* (Iluminismo) era considerado demasiado vasto, pois

*“[...]considera a história se realizando mais através de comunidades concretas, de povos singulares. Daí o realce que se dá no Romantismo a elementos como **comunidade-povo-história** “(KREUTZ, 1991, p.20).*

Por essa razão, sob a ótica de KREUTZ (1991), com a qual concordamos, a sociedade da Alemanha e da Itália tenha talvez desenvolvido mais o conservadorismo de inspiração romântica e “*aristocrático-autoritária*”.

Sob a égide dessas idéias deu-se o movimento de migração europeu, embora tenha sido movido por tantos outros fatores, como já exposto. A partir de 1830, para estabelecermos uma delimitação, até praticamente o final do Século XIX a Europa esteve às voltas com outras idéias oponentes ao Romantismo que levaram a um outro movimento: o Realismo. Nesse momento, no que seria a Alemanha, surgiu a Era de Bismarck, a industrialização começou a manifestar-se, e com ela o capitalismo cada vez mais crescente. O conflito ‘campo-cidade’ era mais claro e aprofundou-se a oposição de classes. Em 1867 surgiu o primeiro volume da obra *O Capital*, de Marx, levantando problemas e exigindo respostas rápidas (THEODOR, 1980).

Interessante observar que também nas primeiras décadas do Século XIX, quando a Inglaterra se vangloriava de ter instituído

os ‘factory acts’, com os quais os trabalhadores poderiam apelar para a autoridades públicas contra os excessos cometidos contra eles e admitia as seis horas e meia de trabalho para crianças e mulheres, a Prússia adotava medidas que ‘beneficiariam’ a mão-de-obra infantil. A idéia prussiana era a substituição da oficina pela escola, sendo esse ensino escolar patrocinado pelos eclesiásticos e leigos. Para melhorar as condições de vida do homem, alegavam ser necessário antes de tudo depurar, consolidar e esclarecer suas almas (SCHNERB, 1958). Sem dúvida alguma buscava-se a formatação do pensamento e do comportamento, em detrimento das mudanças sociais em evidência. Tais medidas mostraram-se ineficazes.

Montalembert constatou em 1848 que com o progresso da educação pública aumentou, na França, a criminalidade. Todos, crimes de cunho social, que mexeram com a emoção das pessoas, que fizeram surgir seitas religiosas inovadoras representando Jesus como proletário – *sans culotte*.

As irmãs Brontës denunciaram a hipocrisia das convenções; Flora Tristan descreveu o exemplo de sua existência falhada; George Sand e Daniel Stern fizeram valer os direitos à educação da mulher cidadã. A idéia corrente levava a uma organização da sociedade no intuito de libertar o ser humano.

O *Manifesto Comunista*, redigido por Karl Marx e F.Engels em 1847, dois alemães renanos no exílio, deteve o apelo de maior repercussão da época. Sob a ótica de Marx o Estado moderno sempre era um instrumento da classe dominante; sua queda implica a libertação do ser humano, mas o indivíduo só poderia emancipar-se dentro e através de sua classe.

A Europa via-se novamente às voltas com ondas revolucionárias, em especial a França. Ao contrário do que acontecera com a revolução francesa de 1789, a revolução de fevereiro de 1848 teve eco imediato na Alemanha. Houve levantes populares em todos os estados que compunham a Federação, levando os príncipes a

fazerem grandes concessões. Em maio o arquiduque austríaco Johann foi eleito regente do Império.

" A força dominante na Assembléia Nacional era o centro liberal, que visava uma monarquia constitucional com direito eleitoral limitado.(...) Nem o centro liberal conseguiu superar o antagonismo, que atravessava todas as agrupações, entre os partidários da chamada 'grande solução' e os propugnadores da 'pequena solução', isto é, de um império alemão com ou sem a Áustria "
(KAPPLER,1999, p.20-21).

Depois de muitos debates, a Áustria, cujo território era composto por mais de 12 povos, dominou a situação com a tese da pequena solução. Ao rei da Prússia, Frederico Guilherme IV, foi oferecida a coroa do Império Alemão, oferta que o rei declinou pois acreditava ser dignidade outorgada pela revolução, portanto, por seres humanos, quando ele acreditava ser sua autoridade dom divino. Os levantes populares que pretendiam impor a constituição "*de baixo para cima*" fracassaram e com elas selou-se a derrota desta revolução alemã. Em 1850 restabeleceu-se a Liga Alemã, dando-se início à unificação da Alemanha e a ordem européia, resultante dos tratados de 1815, pareceu estabelecida.

Como já aventado, os anos 50 do Século XIX foram de grande desenvolvimento econômico. A força econômica fortalecia a consciência política da burguesia liberal, mas o operariado, em franco crescimento, era alheado do Estado, apesar das leis progressistas.

A Prússia e a Áustria obrigavam a Dinamarca a ceder-lhes o território de Schleswig-Holstein (1864). Mais tarde, em 1866, a Áustria foi derrotada e se viu obrigada a abandonar o cenário político alemão. A Liga Alemã foi dissolvida e substituída pela Liga Setentrional Alemã. Bismarck tornou-se chanceler (*Kanzler*) e dedicou-se a completar a unificação alemã, finalizada em 1871, constituindo o primeiro Império Alemão (*I Deutsches Reich*), sob a forma de Confederação, sendo os prussianos amplamente

hegemônicos. Otto von Bismarck, primeiro ministro do Império Alemão, solidificou, então, sua posição na política nacional com sucessos na política exterior.

Foi deste cenário politicamente conflitante, socialmente instável para as classes menos favorecidas, com alterações significativas na pirâmide populacional (altas taxas de nascimento e aumento da expectativa de vida) e, simultaneamente, uma mudança radical no mundo do trabalho através da industrialização, que saíram os atores para constituir o movimento migratório em direção ao Novo Mundo (STRUPP,1999).

Não se deve desconsiderar que no início do movimento imigratório, no começo do século XIX, a Alemanha saíra das Guerras Napoleônicas, que causaram uma devastação nas lavouras, nos povoados e trouxeram dizimação da juventude masculina. Acrescenta-se a isso outro ingrediente fundamental, qual seja, o fato de os artesãos terem começado a perder suas oportunidades de trabalho, roubadas pelas máquinas, que dispensam muita mão-de-obra e, conseqüentemente, pelo lançamento das bases da industrialização. De forma concisa, segundo LUEBCKE, podem-se destacar as seguintes causas importantes, que desencadearam o movimento migratório na Alemanha:

- *" a escassez de terras cultiváveis no Norte da Alemanha e o conseqüente alto preço das mesmas. Esse fato associado ao sistema de herança da propriedade que beneficiava o filho mais velho das famílias camponesas impossibilitava , aos mais jovens, adquirirem pequenas propriedades para poderem se manter ligados ao cultivo da terra;*
- *uma grande recessão na indústria caseira e na proto-indústria, durante os anos de 1840 e 1850;*
- *o desejo dos alemães artífices e trabalhadores agrícolas de não se tornarem proletários, se opondo assim ao processo de industrialização que então se acelerava na Alemanha;*

- *a alta densidade demográfica de algumas regiões e a fome gerada por sucessivas más colheitas no sul e sudeste da Alemanha, e*
- *os altos impostos de certos territórios sob o regime monárquico reacionário" (LUEBCKE apud SIMSON, 1997, p.66).*

DO OUTRO LADO DO ATLÂNTICO

Considerando o registro de OBERACKER Jr. (1979) e BANDEIRA (1994) o solo, que veio a fazer parte da terra brasileira, teria recebido seus primeiros visitantes de língua e cultura germânica em tempos que remontam às viagens de circunavegação realizadas por Portugal. Oberacker, apesar de ser considerado por muitos intérpretes da história como ‘germanófilo’, atesta que as esquadras portuguesas empregavam artilheiros alemães. Bandeira, por outro lado, alega que em 1514 a Alemanha já obtinha sua primeira informação impressa sobre a terra recém descoberta. Poucos anos depois, alguns homens de cultura germânica, iniciam suas viagens e pesquisas na nova terra. Elencamos aqui, à guisa de informação e curiosidade histórica, alguns nomes dessas personalidades que são conhecidos dos brasileiros, mas não representaram um grupo que possa ser denominado de imigrantes :

- Hans Staden, vindo em 1547 e morto em 1576. Registrou em livro os costumes e hábitos dos nativos brasileiros. O livro veio a público pela primeira vez em 1557 e consta como sendo o primeiro livro sobre as "*cousas da região*";
- Georg Markgraf e Wilhelm Pies, cientistas que vieram com Maurício de Nassau (1624) e escreveram a obra "*Historia Naturalis Brasiliae*", que constitui os primórdios das ciências naturais no Brasil;
- O próprio Johann Mauritius van Nassau, holandês de origem germânica, contratado pelos holandeses para administrar a Colônia

de Pernambuco, tendo tido papel de destaque na história e cultura da região;

- Philipp Sturm e Johann Andreas Schwebel, cartógrafos e agrimensores, que desenharam a região do Amazonas (por volta de 1750);
- Johann Heinrich Böhm, tido como fundador do exército brasileiro, vindo ao Brasil à convite do Marquês de Pombal (enviado ao sul do Brasil em 1767);
- Prof. Johann Emanuel Pohl (1782-1834) que se ocupou principalmente em pesquisar a flora e o mundo dos espíritos, o sobrenatural indígena, no Brasil Central;
- Karl von den Steinen (1855-1929), etnólogo que também pesquisou no Brasil Central, tendo escrito obras de renome sobre suas experiências e observações no Xingu;
- Johann Moritz Rugendas (1802-1858), pintor que soube retratar os costumes e hábitos de sua época brasileira;
- Sigismund Ritter von Neumann (1776-1858), ex- aluno de Haydn e professor do primeiro compositor brasileiro, que se tem conhecimento, Padre José Maurício Nuñez Garcia e de Francisco Manuel da Silva;
- Georg von Langsdorff, com sua expedição científica ao Brasil (1821-1829), contemplou o Mato Grosso. Sua expedição esteve mais de um mês na cidade de Camapuã, antes de seguir viagem em direção a Cuiabá e outros lugares do Estado.

Não podemos deixar de considerar que esses viajantes tinham outros interesses. Por trás de cada expedição havia o fator econômico de sua terra de origem ditando as regras. Tinham empenho no reconstruir de maneira mais detalhada possível as possibilidades econômicas e científicas do Novo Mundo, objetivando os interesses de seu país. Haja vista que o contato que mantiveram com a população local era apenas para viabilizar seus objetivos de dominação e exploração da terra.

Isso posto, vamos nos debruçar rapidamente sobre alguns dados da História Brasileira objetivando mais luz sobre certos aspectos abordados nesse estudo. A 7 de março de 1808 desembarcaram no Rio de Janeiro D. João VI e sua Corte. Vieram motivados pela ameaça de invasão de Lisboa por parte de Napoleão Bonaparte e, naquele momento, os reis de Portugal não acreditavam que teriam o poder na Europa restituído. Isto impôs à Colônia um quesito superior, pois com a chegada da Corte o Brasil perdia sua condição de Colônia, passando a ser o centro da administração e do governo do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarve. Chegam acompanhados de nobres e burocratas " *de um reino que, embora decadente, ainda se estendia por quatro continentes*"(CALDEIRA, 1999, p.123).

Assim que aportou em Salvador, antes de seu destino final, D.João VI assinou uma carta régia abrindo os portos brasileiros às nações amigas e autorizou a abertura de uma faculdade. Estavam rompidos os grilhões que mantinham, há mais de três séculos, o Brasil dependente de Portugal para contatar qualquer nação.

A vinda da corte portuguesa certamente abriu espaço para a atuação de estrangeiros no mercado brasileiro, pois, na verdade, D.João VI ao viabilizar através de decreto o acesso de estrangeiros à terra¹, no regime de sesmarias -grandes áreas desmembradas de uma capitania -, possibilitava a entrada e o início do processo migratório a outros povos que não portugueses. Os alemães estão presentes neste processo de colonização desde a instalação da primeira colônia, em 1818, na Bahia (SEYFERTH, 1999).

A Corte, no Rio, e as liberações propostas por D.João VI vieram derrubar o sistema de monopólio da produção e comércio imposto por Portugal ao Brasil Colônia, principalmente no século anterior: entre eles o monopólio do diamante (a partir de 1740); o

¹ D.João assina a 25 de dezembro de 1808 o Decreto que permite estrangeiros serem proprietários de terra.

monopólio do sal (1680-1801); proibição do plantio de vinhas de uva (1590, intensificando-se a partir de 1750); proibição da manufatura de tecido (1785, à exceção de tecidos grosseiros para roupas de escravos); proibição de impressão de livros e jornais em solo colonial, bem como (1794) sua importação (SODRÉ, 1979). Estes atos abriram espaço para a atuação de estrangeiros no mercado nacional. Reiterando a afirmação de *SEYFERTH*:

" Os primeiros alemães classificáveis como imigrantes se estabeleceram no Rio de Janeiro, a partir de 1808, com atuação no comércio de exportação e importação" (1999, p.273).

Todavia os primeiros imigrantes teutos destinados a projetos agrícolas vieram em 1818, para o sul da Bahia, a fim de participar do projeto liderado pelo naturalista Jorge Freyreiss participante da expedição de Langsdorff e amigo pessoal de José Bonifácio de Andrada e Silva. Receberam aí cinco sesmarias para fundar uma colônia, a Leopoldina, considerada por alguns intérpretes como a primeira colônia alemã em solo brasileiro. Mas os europeus não estavam acostumados a lidar com grandes pedaços de terra e sequer com escravos. Duas outras tentativas ocorreram , também na Bahia, em 1821 e 1822, empreendimentos que não obtiveram o sucesso esperado (*SEYFERTH*, 1999).

Tomando ciência dos problemas da terra, D.João VI foi percebendo a necessidade de assegurar as terras conquistadas aos espanhóis, fixando núcleos ou colônias nas regiões fronteiriças. A nobreza portuguesa teve logo a medida de suas dificuldades; era preciso reconstituir as forças armadas da Colônia, visando a preservação das terras conquistadas aos espanhóis, já que avançávamos domínios estrangeiros e, sobretudo, lutar pelo reconhecimento da soberania portuguesa, além do reconhecimento internacional de seu novo poderio. Nesse momento contrataram-se mercenários, principalmente de origem teuta, o que levou

JAGUARIBE a alegar mais tarde: “*As verdadeiras causas, porém, do ódio dos alemães ao Brasil, nascem do engajamento e licenciamento das tropas alemãs em 1830*” (1877, p.6).

Jaguaribe comenta, ainda nesse seu artigo de 1877, sobre a autorização de 16 de Maio de 1818 para o estabelecimento de uma colônia suíça em Cantagallo (RJ). Alega, entretanto, que os estrangeiros vieram atrás de 3 promessas “*terra boa, gado e dinheiro*” (p.6), mas em terras brasileiras não encontraram sequer barracas. Sob sua ótica, essa má ‘propaganda’ espalhou-se rapidamente por toda a Europa, tendo no Sr. Kerst, oficial licenciado em 1839 e conhecedor de nosso idioma e de nossos hábitos, seu grande divulgador. Essas atitudes iriam gerar um pouco mais tarde, em 1859, algumas dificuldades à imigração ao Brasil, logo sanadas pelo governo imperial.

No sul do Brasil, os conflitos com os países da região do rio La Plata se intensificaram. Na verdade, quase que 50% da população brasileira era formada, à época, por escravos e, devido a isso, não seria confiável estabelecer uma colônia com o intuito de proteger a terra, se boa parte se compunha de seres que lutavam por sua liberdade. Conseqüentemente a classe dominante - uma pequena minoria branca cercada de escravos negros insatisfeitos - sentia-se ameaçada (CUNHA, 1995).

Mais tarde o Príncipe Regente D. Pedro I igualmente se esforçou na tentativa de povoar as áreas sem densidade demográfica e sua atenção voltou-se para o sul do país, atacado constantemente pelos vizinhos espanhóis. Havia, entretanto, um outro fator a considerar: as fazendas brasileiras eram constituídas por latifúndios, grande extensão de terras; utilização de farta mão-de-obra; técnica precária e baixa produtividade, cujo manejo estava entregue a braços escravos. Olhando do ponto de vista social, havia, de um lado, uma classe dominante branca e, de outro, escravos africanos e empregados dependentes- como os peões - na sua grande maioria de origem indígena ou mestiça. A grande massa da população brasileira de então

vivia sob a tutela de uma minoria de senhores, com mentalidade semelhante à dos senhores feudais. Essa mesma minoria constituiu durante o Império (1822-1889) a aristocracia e a classe política dirigente. A classe média era praticamente inexistente e não tinha nenhuma força política (CUNHA, 1995).

A estrutura do latifúndio correspondia, economicamente, a uma monocultura voltada para a exportação e uma agricultura para o sustento básico da fazenda. Não havia uma agricultura diversificada , o que muitas vezes dificultava o sustento das cidades e do próprio exército. Precisava-se transformar a Colônia em Corte e diante de uma massa volumosa de mão-de-obra negra, que objetivava sua liberdade, a real situação tornava-se inconveniente. Era mister povoar o país com colonos brancos, habituados ao trabalho, a patrões e salários fixos.

Existia todo um sistema montado para o mercado da imigração: aliciadores, propagandistas, pousadas e pequenos hotéis junto aos portos europeus, linhas marítimas, etc. A propaganda sobre as riquezas do Novo Mundo difundida na Europa tinha um cunho mentiroso, já que não mencionava as dificuldades que os imigrantes certamente encontrariam. Os aliciadores dispunham dos seres humanos interessados, como se mercadoria fossem. O porto de partida era o de Hamburgo, ao norte da Alemanha (mais tarde também o de Bremen, igualmente ao norte), mas muitos não completavam a travessia do Atlântico, devido às doenças provocadas por fome, maus tratos, insalubridade, falta de atividade física por muito tempo, apenas para pontuar alguns fatores.

SIMSON (1997) destaca a atuação do médico alemão George Heinrich von Langsdorff , que em 1822 conseguiu permissão para trazer imigrantes alemães ao Brasil para trabalharem em sua propriedade, a Fazenda Mandioca. "*Lá ele havia iniciado a aclimatação de espécies européias e pretendia experimentar a exploração de uma propriedade agrícola através do trabalho não-escravo*" (SIMSON,1997, p.65). Langsdorff fazia propaganda do

Brasil, em um livreto que havia produzido e distribuía na Europa, como país bom para imigração de famílias camponesas.

"Vinte famílias alemãs aceitaram o seu convite. Elas vinham de várias províncias germânicas e decidiram-se a partir para o outro lado do Oceano. Eram ferreiros, marceneiros, carvoeiros, pedreiros, canteiros, padeiros, agricultores, saboeiros, alfaiates e pessoas de outras profissões(...) No total reuniram-se 85 colonos no navio, destes 65 eram subsidiados na sua viagem pelo próprio Langsdorff " (SIMSON, 1997, p.65).

Tal empreendimento pioneiro não teve o êxito esperado, como já havia acontecido antes com as tentativas baianas. Sendo assim, considera-se o ano de 1824 como o "fato inaugural" da colonização alemã, pela simples razão de ter sido o primeiro empreendimento desta natureza bem sucedido. Os colonos destinavam-se ao sul do país, onde ocuparam terras devolutas, objetivando a ocupação do território para garantir fronteiras nacionais. Ali privilegiou-se a pequena propriedade agrícola - algo conhecido das famílias alemães- , trabalhada com o esforço e suor da mão-de-obra familiar, o que também foi verdade em quase todas as colônias posteriores estabelecidas no sul e sudeste do país (SEYFERT, 1999).

É interessante ressaltar que os grupos de imigrantes teutos, assim como os japoneses, diferenciavam-se dos outros grupos, pois chegavam ao Brasil com padrões educacionais que se destacavam dos outros. Talvez por esta razão tivessem tido maior interesse e cuidado com o processo de educação de suas crianças. Muitas vezes, com seu próprio esforço, tentavam suprimir as deficiências do meio social encontrado no Brasil. A própria vida familiar incluía atividades de caráter cultural como música, leitura, aprendizado de instrumentos musicais, formação de coros e grupos de dança.

“Com tais atitudes as famílias estariam instrumentalizando muito melhor os seus filhos para enfrentar a vida na nova sociedade e permitindo aos mesmos realizar uma ascensão mais rápida na estrutura da sociedade urbana brasileira, (...)” (SIMSON, 1997, p.64).

Vale mencionar que na Constituição de 1824 D. Pedro I estabelecia *“a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”* (art.129) e dava ao Congresso competência para criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados, ficando a União encarregada da instrução militar. Tal constituição, entretanto, não previa nenhum tipo de escolarização para os estrangeiros (ROMANELLI, 1977). Talvez isto os tenha obrigado a resolver o dilema da escolarização de seus filhos dentro da sua própria comunidade e a seu modo. Mesmo porque tal processo já tivera início nos estados independentes alemães antes mesmo da Confederação Alemã, em 1815, que reunia ducados, cidades livres e principados sob a hegemonia da Áustria. Na Prússia, por exemplo, apareceram decisivas manifestações de preocupação *“com a escolarização das massas campesinas. O fato deu-se sob a influência do barão von Rochow que, numa atitude filantrópica foi ser mestre-escola de aldeões”* (FIORI, 1986, p.115).

Foi justamente nesta época que começaram a entrar no Brasil os trabalhadores imigrantes. Nos 50 anos de Império o número de brasileiros cresceu de 3 milhões, em 1822, para 10 milhões em 1872. Crescimento ocorrido sobretudo nos campos e vilas dependentes da agricultura e que receberam maior número de imigrantes. O governo subsidiava passagens, abrigava os imigrantes estrangeiros e dava-lhes terra para plantar, mas não mostrava muito interesse pela educação deles e de seus filhos. Essa adesão a terras brasileiras não ocorreu sempre sem problemas. O próprio governo brasileiro descuidou-se, permitindo a publicação de artigos na Europa que desestimulavam a emigração para o Brasil e, ao mesmo tempo, fazendo ‘vistas grossas’ à propaganda mentirosa. Esses fatos acabaram por culminar com várias proibições de emigração ao nosso

país, sendo a mais severa conhecida como o Restrito de Heydt, em 1859. Depois a postura do governo imperial brasileiro vai sendo alterada sensivelmente, mas sem nunca ter direções previamente traçadas.

No final do Império a sociedade brasileira se revelava em intenso processo de transição. Eram escravos livres e imigrantes adaptando-se aos modos brasileiros, fazendeiros que foram obrigados a adaptar-se ao trabalho assalariado, enfim, o centro nervoso transferiu-se do campo, da agricultura, para a cidade, a zona urbana, a indústria. Não havia de fato e de direito, como já aventado anteriormente, ainda uma classe média de importância social. A estrutura social e os latifúndios representavam na verdade a monocultura, que era dirigida para a exportação, como já foi mencionado. O país, mesmo passando por mudanças aceleradas, herdou as instituições monárquicas. A elite aristocrática não estava acostumada ao trabalho e a massa de ex-escravos pretendia, naquele momento, o gozo pleno da liberdade (SODRÉ, 1979).

Talvez prevendo problemas e dificuldades para administrar o tamanho do país, o imperador D. Pedro I (1822-1831) buscou reforço para as lutas da independência e para combater a carestia, através da migração de agricultores, trabalhadores, artífices, pequenos industriais, etc. e a contratação de soldados estrangeiros. Por esta razão pediu ajuda ao governo austro-alemão, já que sua mulher era a Arquiduquesa Leopoldina Carolina Josefa, da Casa dos Habsburgos, Áustria. A presença da Arquiduquesa, Imperatriz Leopoldina no Brasil, intensificou as relações Brasil-Alemanha e, certamente, facilitou a entrada de muitos cientistas, artistas, artífices, lavradores e soldados alemães. O Brasil passou a ser a meta de soldados teutos que se espalharam pelo território nacional na tentativa de manutenção da unidade monárquica sob a égide de D. Pedro I. Tais imigrantes fixaram-se principalmente nas províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro .

Segundo HUNSCHE [s.d.] a preferência pela imigração alemã já se manifesta de forma ostensiva no texto do primeiro decreto que existe no Brasil com a intenção de atrair imigrantes estrangeiros, assinado por D. João VI a 16 de março de 1820. Tal portaria real convidava genericamente *outros países* e, nominadamente, *os diferentes países da Alemanha*, a estabelecer o excesso das suas populações em terras do Brasil.

Mais tarde o Major Antônio Schaeffer, agente de negócios políticos de D. Pedro I, foi enviado à Europa em missão secreta para *“procurar, com todo o cuidado, penetrar na política do gabinete Austríaco, Prussiano e Bávaro, pondo em prática todos os meios possíveis para alcançar a sua adesão à Causa do Brasil.”* (HUNSCHE, s.d., p.28).

Isso deve ser entendido como esforço em contratar militares para assegurar e consolidar a Independência, ainda em perigo, e colonos para povoar e defender a fronteira meridional, a única efetivamente ameaçada no país. Fica claro que:

*“Desde o início, os interesses brasileiros estavam bem delineados pois a colonização visava instalar no país agricultores **livres e europeus** (portanto **brancos**), como fica claro na Memória de Abrantes (que elegeu o camponês alemão imigrante ideal), em áreas não-ocupadas pela grande propriedade, num processo controlado pelo Estado”* (SEYFERTH, 1999, p.279).

CAIO PRADO externa sua visão peculiar sobre a imigração numa conferência em 1946, quando admitiu ser o imigrante europeu um dos principais fatores de modernização do Brasil. Comentou, ainda, que as instituições liberais e democráticas, ao se estabelecerem entre nós, foram substituindo o velho sistema social e político da Colônia, e isso devido, *“em boa parte, à influência exercida pela imigração que nos veio da Europa no curso do século passado e do atual”* (PRADO, 1980, p.237).

A importância que PRADO emprestou ao processo imigratório brasileiro não deve ser desconsiderada, já que apontou para a fixação do homem ao campo, através de uma reforma agrária e distribuição conveniente dos agricultores vindos do estrangeiro, tendo no campo o espaço ideal para o escoamento das próximas imigrações, “ *que só podem ser de agricultores* “(PRADO,1980, p.248).

O grande motivo das migrações de indivíduos ou famílias de cultura alemã foi, invariavelmente, o econômico. Poucos foram os casos que ocorreram por motivos políticos ou religiosos. Talvez pelo fato de não possuir colônias para as quais pudesse enviar seu excedente populacional “ *e com uma expansão industrial relativamente tardia para absorver os egressos do campo* “(KREUTZ,1991, p.13), a emigração passou a ser desejável para o governo, numa tentativa de contornar as possíveis tensões sociais.

Por outro lado, foi desvelando-se, naquele momento do início da imigração, a existência de países com enormes áreas virgens, com riquezas minerais comprovadas, terras férteis e muita água, cujos governos estavam interessados em acolher europeus, "brancos" enfim, para ajudá-los na fixação das fronteiras e no aumento de sua população. Entre eles destacava-se o Brasil que passou a aceitar imigrantes europeus e, a partir de 1808, começou a receber os primeiros grupos de alemães, classificados de imigrantes, com atuação no comércio de importação e exportação (SEYFERTH,1999). Como fica claro no exposto, há várias teses aventadas para se explicar, ou entender, a aceitação de imigrantes no Brasil. Entre elas destacamos:

- a proposta do embranquecimento de sua população;
- mão-de-obra consciente, mais qualificada que a nossa e menos onerosa;
- possível formação de uma classe média, após a abolição da escravatura;

- formação de um exército nacional através do aprendizado com mercenários estrangeiros.

Os especialistas em imigração alemã dividem a entrada dos imigrantes na América Latina em *fases*, baseadas no volume de imigração. Essas fases não são vistas da mesma forma por todos, portanto não há um consenso estabelecido. Para Bernecker (1999), entretanto, há fases bem delineadas :

- *1ª Fase - a partir de 1820 (depois da Crise da Fome de 1816 / 1817);*
- *2ª. Fase - a partir de 1850 (como consequência da crise agrária européia de 1846/ 47);*
- *3ª Fase por volta de 1866 até 1900;*
- *4ª Fase a partir de 1900.*

O ápice deste movimento, para esse autor, deu-se em 1885 e 1894, quando foram registradas cerca de 17.051 imigrações para a América Latina.

SEYFERTH (1999, p.274), por outro lado, adota a principal referência numérica que se tem, organizada “*por Carneiro (1950), que assinala 235.846 alemães para o período de 1819 a 1947*”. Sendo que a partir de 1930 as entradas anuais sofrem uma sensível baixa. SEYFERTH admite a 1.Fase de 1824 a 1830; de 1830 a 1850 há uma certa constância no fluxo migratório; de 1909 a 1913 e de 1919 a 1925 o fluxo se intensifica , principalmente para o sul do país.

WILLEMS (1946, p.66), entretanto, leva em consideração a etnia :

“Somando todos os imigrantes de língua alemã entrados nos cinquenta anos que vão de 1886 até 1936, chega-se, na melhor das hipóteses, a 280.000 indivíduos, total este que representaria um pouco menos de 7% dos 4.097.783 imigrantes que o Brasil recebeu nos referidos anos 50” (WILLEMS,1946,p.66).

O movimento migratório alemão no sul do então Estado de Mato Grosso integra a última Fase da imigração alemã no Brasil, na visão de SEYFERTH e de BERNECKER, tendo sua legitimação no ano de 1924 .

CAPÍTULO II

CONTEXTO: O SUL DE MATO GROSSO- início do

Século XX

" *Der Rauch*

*Das kleine Haus unter Bäumen am See.
Vom Dach steigt Rauch.
Fehlt er
Wie trostlos dann wären
Haus, Bäume und See. "*

Bertold Brecht

(“A Fumaça: Sob as árvores a pequena casa no lago./ Fumaça sobe do telhado. / Se faltasse esse traço / Como seria triste tudo, / Casa, árvore e lago.”)

Nesse pequeno poema de Bertold Brecht está a síntese de sua filosofia literária e de vida. Sem a presença do ser humano, que manipula, transforma, organiza tudo de acordo com suas necessidades, não haveria alegria sequer na própria natureza. O agente ativo que transforma seu meio é o homem, pois na medida em que age, sua ação é pensada.

Sem sombras de dúvidas todas as mudanças profundas no modo de pensar, sentir e agir do ser social, na medida em que socialmente transformam suas relações de produção da vida material, devem ser pensadas como fundamento da educação. A visão da realidade não pode e nem deve ser fragmentada, reduzida a um único

momento, como se cada traço não fizesse parte de um grande painel. Infere-se aqui, o valor do olhar sobre o passado,

"fundamental para o desenvolvimento do pensamento educacional, pelo menos quando se considera que as lições ensinadas pelos homens de outras épocas são indispensáveis para uma reflexão conseqüente das questões contemporâneas (...)," (SCHELBAUER, 1998, p. 4).

Com os olhos críticos voltados para o passado tem-se a própria visão do mundo criticada e segundo GRAMSCI:

"o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um 'conhece-te a ti mesmo' como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício no inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário" (GRAMSCI,1991,p.12).

Consta que o espaço que hoje compreende Mato Grosso e Mato Grosso do Sul teria sido percorrido por europeus, pela primeira vez, durante o século XVI (CORRÊA,1999). Naquela ocasião aventureiros espanhóis exploraram a foz do Prata e a rede fluvial que os levaria até as regiões andinas. No século seguinte, até início do Sec. XVIII, viriam os portugueses que, na tentativa de capturar índios e descobrir jazidas de ouro e pedras preciosas, avançavam sobre a região dos espanhóis, rompendo muitas vezes o estabelecido no Tratado de Tordesilhas.

Em 1628 começaram as bandeiras; de 1630 a 1654 os holandeses dominaram Pernambuco; em 1640 houve a restauração da coroa portuguesa; em 1674 Fernão Dias Paes Leme invadiu o sertão, do que seria depois Minas Gerais, em busca de esmeraldas; em 1719, Pascoal Moreira Cabral encontrou ouro às margens do rio Coxipó, fundando em seguida o arraial de Cuiabá (CORRÊA, 1999).

Aventureiros, bandeirantes, apressadores de índios, homens em busca de riquezas no que seria Mato Grosso acabaram por sedimentar as posses lusitanas em tal solo. Esses homens atravessaram, na verdade, imensas áreas que corresponderam, mais tarde, ao sul mato-grossense, levando as Coroas ibéricas a novas negociações e, finalmente, a formalizar as posses (CORRÊA, 1999). Os Tratado de Madrid, 1750, e de Santo Ildefonso, 1777, na prática não foram respeitados pelos governantes e colonos de Mato Grosso.

O ouro encontrado em Cuiabá, gerando o Ciclo de Ouro Cuiabano, desencadeou um processo de povoamento da região. Até então ela era habitada por índios e vez por outra visitada por espanhóis e, mais tarde por bandeirantes. Mas o ciclo de ouro revelou-se de curta duração, por suas características de aluvião² e por novas descobertas no Norte, dando início a um outro ciclo, o de Guaporé. Essa mudança de cenário foi acompanhada de crises e misérias. Por outro lado, as precárias condições de vida junto às zonas mineradoras

“fizeram com que a fome e outras formas de violência passassem a fazer parte do dia-a-dia da população, pois os mineiros se ocupavam majoritariamente, da extração de ouro, não lhes sobrando tempo para dedicarem-se às atividades voltadas para a lavoura de subsistência” (SIQUEIRA, et alii, 1990, p.10) .

Cabe aqui uma inferência de BOSI, ao afirmar que:

“Contraditória e necessariamente, a expansão moderna do capital comercial, assanhada com a oportunidade de ganhar novos espaços, brutaliza e faz retroceder a formas cruentas o cotidiano vivido pelos dominados ”(BOSI, 1999, p.21).

² Considera-se ouro de aluvião, aquele que emerge à flor da terra, misturado com areia dos leitos e margens dos rio. Esse tipo de ouro se esgota rapidamente e não requer instrumentos sofisticados de mineração, bastam a bateia e o almocafre.

O povoamento destas distantes áreas da Colônia foi se efetivando através de um intenso fluxo migratório. Para as minas cuiabanas, o trajeto percorrido era essencialmente fluvial, recebendo o nome de MONÇÕES³, passando pela atual cidade de Camapuã. O sul do Estado (hoje Mato Grosso do Sul), constituído fundamentalmente

por “áreas vazias”, segundo a visão dos historiadores, ia engrossando os movimentos migratórios em direção a fronteira meridional. Assentamentos iam surgindo, fazendo crescer em igual ou maior proporção *“a ação transformadora sobre o meio natural e original dessa região , com a utilização de métodos primitivos de uso do solo e de exploração extensiva e predatória “ (CORRÊA,1999, p.30).*

Em 1767 o paulista João Martins de Barros, capitão-mor regente, atirou-se pelos sertões do Iguatemi, dando início à tomada *“de posse efetiva das terras junto ao rio Iguatemi, do atual Mato Grosso do Sul ” (GUIMARÃES, 1999, p.16).*

Esclarecemos que era conhecido como Mato Grosso o espaço físico que abrangia toda a região do povoado de Cuiabá e a região do Guaporé e tal região pertencia a Capitânia de São Paulo. Entretanto, com o desmembramento dessa última, em 1748, criou-se a Capitania de Mato Grosso; em 1775, no espírito do *“uti possidetis”* fundou-se o Forte de Coimbra, no Baixo-Paraguai; em 1776 deu-se início as obras do Forte Príncipe da Beira, às margens do Rio Guaporé; fundou-se mais tarde as povoações de Albuquerque, junto ao rio Paraguai (atual Corumbá) e Vila Maria (hoje Cáceres) em 1778; e, em 1781, Poconé. Com isto se arquitetava um inteligente plano de ocupação das terras da fronteira e assegurava-se o controle da navegação das vias fluviais. Em 1797 foi fundado o Presídio de Miranda, às margens do rio Mondego (hoje Miranda), completando-se as marcas estratégicas de posse e domínio da região (CORRÊA,1999).

³ Monções: expedições que, vindas de São Paulo, através dos rios, atingiam as zonas mineradoras.

Tantas ações executadas, apesar da ingrata posição geográfica do estado, longe do litoral- principal via de contato com o mundo- e praticamente sem vias de comunicação. Ao lado disso a falta de braços para o trabalho de colonização e povoação, devido as condições difíceis de subsistência na Capitania. A produção agrícola reduzia-se a abóbora, feijão e milho, além de ser uma produção descontínua. Em 1728, graças à mão-de-obra escrava, introduziu-se a lavoura da cana de açúcar, sendo o gado introduzido mais tarde por comerciantes mineiros e paulistas.

Lá pelos idos de 1800, iniciou-se uma nova fase de desenvolvimento na Província de Mato Grosso, na medida em que se dá a abertura da livre navegação do rio Paraguai, em 1856, o que permitiu o acesso direto à Cuiabá pela foz do Prata e pelo Atlântico. Entretanto, verifica-se que a navegação fluvial via Bacia do Prata foi interrompida graças à guerra da Tríplice Aliança tendo de um lado Brasil, Argentina e Uruguai e de outro o Paraguai, estendendo-se de 1864 a 1879 e levando-se também em conta a invasão paraguaia a grande parte do sul de Mato Grosso, que gerou destruição de vilas e fortificações fronteiriças. Tal fato desferiu um rude golpe no sul da província, desorganizando, por exemplo, suas incipientes atividades de produção e comércio.

É interessante pontuar que a Tríplice Aliança foi de fato uma guerra muito providencial para a Coroa Inglesa. Como bem esboça ALVES:

"A circulação intensa de mercadorias inglesas na bacia do Prata, afastados os obstáculos à livre concorrência, ultrapassou as fronteiras do Paraguai, alargando seus limites para o interior de Mato Grosso. Com isto foram reduzidas sensivelmente as dificuldades de acesso à excêntrica Província brasileira, até essa época restrito ao caminho terrestre de Goiás" (ALVES,1984, p.11) (grifo do autor).

Evidentemente com a entrada de mercadorias inglesas, louças chinesas, lãs de Cashmere, os portos fluviais mato-grossenses começam a usufruir de um grande luxo e a experimentar um consumo ostensivo cheio de significados próprios de um mundo capitalista da época. Eram elementos novos, componentes desconhecidos ao menos ao que se refere ao século XIX (ALVES,1984). Sabe-se que durante o período tido como *manufatureiro* as casas comerciais foram o centro nervoso da economia das colônias e daqueles países recém-independentes. O mundo desses comerciantes era um mundo palpável, com todas as coisas bem situadas física e visivelmente. O domínio de ação deles era o comércio de coisas físicas, sem lugar para abstração, bem como de confiança na palavra do caixeiro-viajante e do tropeiro. O primeiro lhe dava cobertura local e o segundo, regional. Esse último tinha acesso direto aos mercados dos grandes centros e sua importância era vital, já que conhecia o público alvo de suas compras e tinha o privilégio da escolha da mercadoria nos grandes centros. Ao tropeiro eram dados os *contos de réis* em confiança para a compra de *uma partida*, as encomendas. As Casas Comerciais chegaram a desempenhar um papel semelhante ao assumido pelas Casas Bancárias, anos mais tarde, tal a sua importância e confiabilidade junto à comunidade.

Dessa época há registros da opulência e força monetária das Casas Comerciais dirigidas por estrangeiros, entre eles um bom número de alemães, bem como de Firms Alemãs representadas aqui, tudo devidamente documentado no Álbum Gráfico que as Casas Comerciais mandaram imprimir em Hamburgo, Alemanha, a título de propaganda.

"O domínio desse mundo material, que correspondeu ao controle regional em benefício do comerciante, exigiu deste a manipulação de escassas variáveis, sempre objetivas, que regiam as operações mercantis. Para tanto, não necessitava o comerciante de um maior lastro cultural, mas sim de capacidades pessoais, como a sagacidade, e de

conhecimentos das noções matemáticas elementares envolvidas nos cálculos contábeis" (ALVES: 1984, p.14).

Ao caixeiro-viajante e ao tropeiro, além da eloquência capaz de comercializar qualquer coisa, eram exigidos conhecimentos rudimentares de álgebra: as quatro operações e a tabuada. Diante dessa realidade coloca-se bem a questão da necessidade de escolas, já que se tratava de uma população quase que exclusivamente rural, que necessitava para seu cotidiano saber fazer contas e observar.

Mesmo assim, a abertura dos rios à navegação, conforme pontua ALVES (1984), fez de Corumbá um centro nervoso do comércio mato-grossense, por tal razão não é de admirar que ela tenha alcançado um grau de desenvolvimento sem precedentes na região. Tal fato, abertura à navegação, não levou para lá somente mercadorias baratas e caras; nem a importação de maquinaria para o desenvolvimento de cidades portuárias; nem limitou-se na maquinaria moderna para as indústrias nascentes, ou mesmo

"nem se resumiu à chegada em Mato Grosso de uma quantidade expressiva de elementos estrangeiros, composta por proletários, de um lado, e por capitalistas, que se radicaram especialmente no comércio de ouro. As transformações incidiram mais sobre a qualidade do que sobre a quantidade, cuja mais vigorosa manifestação foi a implantação da indústria moderna na região" (ALVES,1984, p.23).

As escolas, entretanto, continuavam relegadas a segundo plano.

Para CORRÊA e ALVES esse é o momento de transição do comércio manufatureiro para o novo comércio, momento em que o capitalismo transitava para sua mais nova versão, sua fase superior, o imperialismo. Enfim, o período que se inaugurou em Mato Grosso após a Guerra do Paraguai caracterizou-se não somente por transformações de ordem econômica,

"como um ensaio de participação mais direta de capitais estrangeiros, como também forjou a formação de novos grupos sociais. O surgimento de uma sociedade mais tipicamente capitalista - de classes- emergiu, portanto da própria evolução histórica da região, com sua herança colonial e seu modus vivendi característico da área de fronteira" (CORRÊA,V.B.,1995, p.49-50).

Segundo a historiadora LÚCIA CORRÊA há três paisagens que constituem, de um modo mais amplo, o recorte geográfico da fronteira Sul de Mato Grosso: os Pantanais, os Campos de Vacaria e a Zona dos Ervais. Por constituírem o sul do Estado interessa-nos os espaços denominados Campos de Vacaria, que se estendem das nascentes do rio Anhanduí às cabeceiras do Dourados, tendo uma semelhança muito grande às pradarias do Rio Grande do Sul. No seu solo constata-se a terra vermelha, *"a roxa nas áreas de matas e massapé próximo à margem dos rios, mas nem por isso desenvolveu-se ali uma agricultura regular de abastecimento"* (CORRÊA,1999, p.25). LÚCIA CORRÊA enfatiza ainda em sua análise, que à medida que o movimento migratório para a fronteira foi tomando corpo e as "áreas vazias" foram sendo ocupadas e assentadas, cresceu também em igual ou maior proporção a ação transformadora sobre o meio natural e original dessa região, como já mencionado anteriormente.

Sabedores das semelhanças entre os campos e coxilhas do sul de Mato Grosso e a fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, chegaram os gaúchos nos idos de 1895 com suas carretas e cargueiros para o sul de Mato Grosso, onde acreditavam encontrar tranquilidade e área bastante para a criação do gado, coisa da qual se ocupavam na terra natal. Vieram por caminhos peculiares, atravessando o Uruguai, entrando em terras argentinas, ultrapassando, então, o Paraná e avançando Paraguai adentro, por picadas, nos ervais nativos.

Durante esse período inicial, a migração gaúcha concentrou-se na região dos atuais municípios de Ponta Porã, Bela

Vista e Amambai. Uma outra parcela, impedida pela Companhia Mate Laranjeira, que arrendava aquelas terras, se fixou em outros campos. Pelas mãos dos gaúchos desenvolveu-se nessas regiões, paralelamente à erva-mate, a pecuária extensiva. Tal atividade econômica gozava de muita expressão na época.

O Sul do país havia vivenciado, de 1835 a 1845, a rebelião conhecida como ‘Guerra dos Farrapos’, quando os caudilhos da região, favoráveis a uma autonomia local, controlavam praticamente todo o interior da província. A luta destruiu plantações e semeou medo entre a população. Muito provavelmente os gaúchos que Mato Grosso recebeu nessa época tenham sido migrantes das Colônias Alemãs e Italianas do Sul do país, conforme atestam seus sobrenomes e os relatos de seus descendentes, residentes em Mato Grosso do Sul.

Esse ciclo migratório, iniciado em função da Revolução Federalista, estendeu-se até 1930. Segundo o relato do Sr. Eron Brum, descendente de alemães e neto dos pioneiros gaúchos, colhido por ARAÚJO (2000), seus avós vieram em busca de um novo mundo, de terras roxas, nova frente de trabalho e água boa. As grandes extensões de terra os fascinavam, agregando-se a isso o fato de serem significativamente baratas.

Devemos registrar que em algumas cidades do atual Mato Grosso do Sul a presença de gaúchos é predominante e elas acabam sendo redutos não só das tradições gaúchas, bem como alemãs: citamos Dourados, Maracajú e São Gabriel do Oeste à título de exemplo. Essa última é fruto do 3º ciclo migratório dos gaúchos para o Mato Grosso nos anos 50 / 60 do Século XX, devido ao crescimento da agricultura nacional e ao “boom” do plantio da soja.

Mas o Estado do Mato Grosso, por volta de 1904, continuava atraindo braços provenientes não só do Rio Grande do Sul, mas também de Minas Gerais e Paraná. Esses grupos dirigiam-se principalmente para as zonas do sul e leste do Estado, já que o acesso até ali era mais fácil. Eram atraídos pelos ervais, pela pecuária e, no

caso dos gaúchos, fugiam das atrocidades cometidas pela revolução de 1892, no Rio Grande do Sul, pelas tropas governistas, como já mencionado (BIANCHINI, 2000).

Neste contexto deve-se observar que Mato Grosso era região carente de mão-de-obra disponível para explorar seus abundantes recursos naturais, que eram iguais ou superiores aos da Europa, o que atraiu ainda mais interessados; a população rarefeita tendo cerca de um habitante por légua quadrada; o censo de 1890 informa que Mato Grosso possuía 92.827 habitantes espalhados numa área de 1.379.651 quilometro quadrado, gerando uma densidade populacional muito baixa. Entretanto, alguns anos antes, em 1862, o “Relatório de transmissão” do Vice Presidente da Província, Sr. Leverger, apresentou um mapa populacional com uma divisão da população digna de nota: *”Civilizada livre=35.000; Escrava = 6.000; Indígena=24.000”*, perfazendo um total de 65.000 habitantes (VASCONCELOS,1999). Houve, como se percebe um aumento considerável, mas ao longo do tempo o número de indígenas só fez decrescer.

No caso específico dos Terena, acreditam os estudiosos que eles não foram totalmente dizimados na Guerra da Tríplice Aliança, por terem sido um dos últimos povos a fazer parte do combate. Nessa luta os Terena usaram de “varas e paus” contra as armas de fogo paraguaias. Tal imagem é reproduzida, ainda hoje, através da dança do “bate-pau”, realizada pelos homens nas datas festivas (LINHARES, 2000).

Mas não se pode olvidar que:

”a pobreza e a violência caminharam juntas e ampliaram o quadro aflitivo da realidade sócio-econômica regional. Os padrões que determinam o grau de riqueza/pobreza de proprietários de terras, de comerciantes e pecuaristas mato-grossenses necessitam ser relativizados tanto quanto às disparidades geográficas e ambientais no País e, ainda, `a categorização das regiões brasileiras conforme as suas

situações de centro ou periferia do sistema, dificultando um pouco a análise comparada "(CORRÊA, 1990, p.90).

Coloca-se, ainda dentro desta linha de raciocínio, que o sul mato-grossense tinha um abastecimento interno muito precário, inexistindo, na prática, a pequena lavoura. Os índios mantinham uma agricultura de subsistência, que de forma esporádica, produzia alguns gêneros como mandioca, milho, feijão, arroz, tecidos grosseiros, e os forneciam aos fazendeiros da região.

As terras do Mato Grosso, na opinião de LÉVI-STRAUSS (1996, p.151) "*selvagem e triste, mas cuja monotonia oferece algo de grandioso e exaltante*", eram dominadas por uma população indígena significativa, que não se pode mensurar. Com a entrada do homem branco, os indígenas foram sendo 'empurrados' para outros territórios e seu 'habitat' natural foi se transformado em terras devolutas. Nesse processo de integração ao sistema capitalista, a terra, sagrada e gratuita para o indígena, torna-se mercadoria e alvo de ambição do homem branco invasor. O estabelecimento de fazendeiros próximo às terras indígenas, fez com eles fossem recuando, passando a viver praticamente confinados em espaços limitados para a manutenção de seu 'modus vivendi'.

Há vários registros que evidenciam a importância do índio na utilização dos interesses do homem branco. Na Guerra do Paraguai (1865 a 1879), por exemplo, foram utilizados na defesa do território nacional. Os Guaná (divididos em Guanás, Kinikinãos, Terenas e Layanás, residentes nas imediações dos rios Paraguai, Mondego [Miranda] e Cuiabá), assim como os Mbayá-Guaicuru e Kadiwéu, atuaram ao lado do exército brasileiro durante o conflito. "*O uso da mão-de-obra indígena era uma prática rotineira na região. Militares, viajantes e comerciantes(...)*" já tinham por hábito requisitar aos diretores de índios "*braços de que necessitavam para conduzir suas embarcações*" (VASCONCELOS, 1999, p.87).

Por seus méritos nos conflitos da Guerra do Paraguai os indígenas recebiam 'patentes'. Há um registro interessante do alemão

Richard Rohde que esteve no Brasil entre 1883 e 1884, em missão científica financiada por um museu de Berlim, e que visitando os índios Terena constatou que na referida guerra presenteou-se os brasileiros por bons serviços e, ” em conseqüência disso, alguns caciques do Brasil receberam patentes como alferes, que me mostraram com muito orgulho” (ROHDE,1990 apud VASCONCELOS,1999, p.95).

Os Terena foram também utilizados como trabalhadores na construção da linha telegráfica do extremo oeste do país, assim como participaram das frentes de expansão na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a partir de 1905. Por volta de 1920 já são exímios cultivadores, sobretudo de arroz, feijão, mandioca e milho, além do domínio do artesanato de penas e de prata. A olaria também faz parte da rotina deles, principalmente a produção de utensílios de uso doméstico (vasos, tijolos, pratos, telhas, etc) (LINHARES,2000).

BIANCHINI (2000, p.69) menciona a existência de algumas colônias militares na Província, ressaltando que seus resultados eram nada animadores. Pouco evoluíram à exceção da colônia do Taguary, e elas não consideraram a importância que poderiam ter, não só no serviço de catequese, mas no emprego de braços para a lavoura. Entretanto, poucos eram os habitantes, a soldadesca ficava à espera de sua remoção e poucos civis se interessavam pelas colônias, pois poderiam se extinguir a qualquer momento.

Já por volta de 1880 discutia-se a possibilidade da doação de terras como um meio de atrair habitantes e mão de obra, braços para a lavoura. A Casa de Travassos & Cia, obteve do Império, por exemplo, através do Barão de Maracaju, Presidente da Província à época, concessão de 43 milhões e 500 mil metros quadrados de terras devolutas. Isto no Município de Miranda, a fim de fundar colônias agrícolas e pastoris, cujos lotes de 1.210.000 metros quadrados já denunciavam a formação de latifúndios (PEDROSA,1878) .

Em 1826 o alemão de nascimento George Heinrich von Langsdorff, conhecido como Barão von Langsdorff, botânico e

estudioso da flora brasileira e outros cientistas, como Ludwig Reidel, igualmente botânico, vieram para Cuiabá, varando o rio Tiête das monções do ouro. À essa época,

"Langsdorff não encontrara moradores brancos estabelecidos por onde passou (exceto Camapuã e Albuquerque); todas aquelas terras eram um só sertão habitado por índios. Contudo, já se aprestavam caravanas de fazendeiros criadores de gado, que nelas viriam se fixar" (GUIMARÃES, 1999, p.73).

A construção da estrada de Ferro Noroeste do Brasil merece um destaque neste contexto, pois em 1908, no Governo de Afonso Pena, abandona-se o projeto primeiro que ligaria Itapura-Cuiabá, optando-se por Itapura-Corumbá. Esse evento utilizou-se de mão-de-obra nacional, além dos braços indígenas e japoneses, que vieram para ajudar em sua construção. O peculiar neste episódio, para nós, é Emílio Schnoor, alemão, encarregado de estabelecer o traçado e que incluiu nele a cidade de Campo Grande (CAPESTRINI,1991,p.111). Anteriormente, em 1873, um projeto de uma estrada de ferro ligando Paraná e Mato Grosso tivera seu início com a abertura de uma estrada entre Miranda e Nioaque para a qual o engenheiro encarregado, Luis Christian Palm – muito provavelmente de origem alemã- , dispunha de 20 imigrantes europeus e 50 índios (CORRÊA,1999, p.114).

Ainda dentro deste contexto de enunciação de alemães que atuaram de forma decisiva junto à Província de Mato Grosso, faz-se mister o registro do nome de João Carlos Oeynhausien Grevenburg, que a governou de 1807 a 1819. CORRÊA FILHO registra que :

" A Companhia Franca dos Leais Cuiabanos, criada a 29 de março de 1808, o Hospital Real Militar instituído em Cuiabá, meses depois, a aula de anatomia e cirurgia, custeada pelas disponibilidades do subsídio literário, provariam os seus (de Grevenburg) anseios de organizador(...)" (CORRÊA FILHO,1969, p.438).

As *terras sem dono*, as devolutas, atraíam para cá toda sorte de aventureiros, o que preocupava as autoridades locais, como constata os relatórios do Barão de Batovy - Presidente da Província de 1883 a 1884 . Entretanto o Estado necessitava de braços para a lavoura e a substituição da mão-de-obra escrava livre e assalariada, aí contava-se com o concurso de colonos estrangeiros.

"Acompanhando essa tendência, o Governo da Província empenhou seus poucos recursos, a despeito de suas persistentes limitações orçamentárias, para incentivar o povoamento mais intensivo de seus sertões vazios, oferecendo vantagens e procurando atrair investidores e trabalhadores para o solo mato-grossense" (BATOBY apud CORRÊA,1999,p.202).

Registramos, aqui, parte do *Officio da Empresa Brasileira de Paquetes á Vapor Montevidéo, 30 de março de 1871:*

"(...),quando apresentamos ao Governo Imperial nossa proposta(...) nos foi dado por contracto de 7 de junho de 1870, declaramos que estamos promptos á conceder passagem gratuita de Montevidéo, ou de qualquer ponto d'escala, até Corumbá, durante o prazo de 5 annos, e em cada viagem, a 30 immigrants que expontaneamente quizessem seguir para a Provincia de Matto Grosso (...)"(Manuscrito.Lata1871D,Coc.av.APMT,Cuiabá-MT.fl.1. apud CORRÊA,1999,p.210).

A bem da verdade, o Estado não possuía um sistema oficial de colonização, isto em 1911, mas já se discutia a possibilidade de se decretar uma Lei substitutiva daquelas que estavam em vigor (BIANCHINI:2000) e uma lei que pudesse *"oferecer ao governo bases seguras para contratar esse serviço com empresas ou particulares que se proponham a criação de núcleos coloniais"*(COSTA, 1911,p.12).

Estabelecida tal discussão, procurava-se atrair, com folhetos de propaganda, mão-de-obra estrangeira. Os folhetos deveriam ser distribuídos pelos consulados existentes no país e nas capitais dos países estrangeiros objetivados.

” [...] o Governo autorizou a Congregações do Lyceu Cuyabano e da Escola Normal que nomeassem d’entre os seus membros uma comissão especial para compendiar em folhetos redigidos em diversas línguas tudo quanto possa interessar e attrahir o immigrante e tem em vista mandar distribuil-os pelos consulados e capitaes do estrangeiros, cuja immigração nos seja mais conveniente e pelos demais Estados da União. Pretendo também mandar dividir e demarcar, na zona que ficou reservada ao longo da estrada Noroeste e à margem de alguns rios francamente navegáveis, os lotes destinados à colonisação, afim de serem distribuídos à medida que forem requeridos e trata de compilar todas as leis e regulamentos relativos a esse assunto addicionando instrucções e formulas que facilitem ao colono a aquisição dos lotes e o seu estabelecimento em qualquer ponto do Estado” ((MARQUES,1912,p.46).

À despeito dessa organização pululavam denúncias na imprensa local, sobre contratos ilegais; concessões a pessoas que não exploravam a terra conforme o acordado; contratos realizados pelo Estado com particulares, que por sua vez, de posse da terra, a revendiam a imigrantes. Eram concessões e portanto eles vendiam o que não possuíam de fato, mas de direito. Sobravam queixas e acusações.

Numa Mensagem de D.Aquino Corrêa, Presidente de Estado de 1918 a 1922, dirigida à Assembléia Legislativa lemos o seguinte:

“Outro relevante assumpto(...) é a legislação referente à concessão gratuita de lotes para colonização. Além dos 33 títulos provisórios de igual numero de lotes gratuitos, expedidos em 1918, como vos disse, encontra-se

(sic) ainda na Directoria de Terras, em differentes phases do processo, 60 petições de lotes da mesma natureza. Tendo sido reservadas para a colonização zonas de terras ao longo da Estrada de Ferro Noroeste e nas margens de alguns rios francamente navegáveis, penso que, mesmo sem querer falar em detestáveis abusos commettidos, as ditas concessões gratuitas devem ser, pelo menos, restringidas maximé em regiões para onde, especialmente agora, tende fatalmente a dirigir-se a corrente immigratória”(CORRÊA,1919,p.85).

Apesar de seus recursos e riquezas naturais o sul do Estado abrigava uma população pequena em relação às imensas áreas que possuía: - o censo de 1872 registra , entre população rural e urbana ,os seguintes dados: Miranda - 3852 habitantes (142 escravos) ; Corumbá - 3361 (647 estrangeiros e 275 escravos); Santana do Paranaíba- 3234 habitantes (354 escravos e 10 estrangeiros), perfazendo um total de 10447 habitantes nas cidades maiores. Tratava-se, portanto, de um Estado que necessitava ajuda de mão-de-obra vinda além de suas fronteiras.

Numa outra Mensagem D. Aquino reporta-nos o seguinte:

“Terenos, `a margem da E. de F. Noroeste, com uma área de 14.131 hectares, medida em Outubro de 1920[...] . Nos lotes de Terenos já se acham localizados os primeiros colonos allemães, e o Governo, por intermédio do respectivo fiscal nomeado em conformidade com a clausula 21 do referido contracto, procura afastar os embaraços de vária natureza, que não tem deixado de retardar o desenvolvimento da nascente Colonia, a primeira systematicamente fundada em Mato Grosso”CORRÊA,1921,p.78) .

Consequentemente o que esperar de um Estado voltado para a pecuária e comércio primário, com uma população rarefeita e, agora, com imigrantes estrangeiros, no que tange à educação escolar? Como obter de um Estado pobre, de baixa densidade demográfica,

situado à oeste e muito distante das metrópoles, como já aventado, cuja única economia ancorava-se em produtos de subsistência, produtos primários e dependente de um mercado externo fraco, como obter dele o incentivo e, sobretudo, a socialização da instrução para toda a população? Como constatado, os comerciantes necessitavam do conhecimento das operações básicas de matemática e, para a lida no campo, com o gado, força e saúde bastavam; quanto aos imigrantes necessitavam aprender português.

As inúmeras Mensagens dos Presidentes de Estado à Assembléia Legislativa registram a preocupação com a educação. Pedro Celestino (1924,p.32) menciona a existência de “ *31 escolas isoladas para o sexo masculino, 32 para o sexo feminino e 93 mistas, perfazendo um total de 156 escolas isoladas distribuídas pelos municípios (...)* “

Pimenta Bueno, Presidente de Estado de 1835 a 1838, preocupando-se com a educação levou a cabo a construção do edifício que tomou o nome de “[...] *Palácio da Instrução, para sede do Liceu Cuiabano, da Escola Normal, então criada, à Praça da República.* ” (CORRÊA FILHO, 1969,p.598). Complementando sua determinação, fez reformar a organização escolar do Estado, com a eficiente cooperação dos “*normalistas de São Paulo, especialmente convidados para esse fim, Leovigildo Martins de Melo e Gustavo Kuhlmann, que aplicaram moderno processo e metodologia.*” (CORRÊA FILHO,1969, p. 599). Kuhlmann, curiosamente, tinha ascendência alemã, como bem indica seu nome e era natural da cidade de Campinas, ligado ao Colégio Culto à Ciência.

Finda a Guerra do Paraguai, o Estado de Mato Grosso, sobretudo o Sul, vê-se praticamente dizimado. As edificações, os pouquíssimos prédios escolares - quase sempre edificadas e instaladas pelo esforço de particulares, foram postos abaixo. A reconstrução da área tomada pelos paraguaios exigiu em primeira instância a manutenção da existência e subsistência. A educação mais uma vez foi relegada a segundo plano.

Entretanto o sul do Estado se desenvolvia materialmente de forma significativa. Incrementou-se a circulação de mercadorias, o que contribuía diretamente para o desenvolvimento da produção no Estado, entretanto não de forma imediata. Essa circulação precisou atingir um certo volume e que fosse qualitativamente superior àquela do período anterior a Guerra do Paraguai. Marx expõe de forma mais objetiva tal raciocínio:

"Para que o capital possa constituir-se e apoderar-se da produção, pressupõe-se certo grau de desenvolvimento do comércio, portanto também da circulação de mercadorias, e com ela da produção de mercadorias, pois artigos não podem entrar na circulação como mercadorias enquanto não são produzidas para a venda, portanto como mercadoria."
(MARX:1984,p.30).

A economia mato-grossense apresentava um volume de comércio - no que se refere a importação e exportação, sobretudo, - muito pequeno. Mesmo assim o Sul crescia, graças ao esforço e obstinação de seus habitantes, pois a grande distância da Capital o relegava inevitavelmente a uma situação de abandono.

Em 1913, o Governador Joaquim Augusto da Costa Marques (1912 a 1915), iniciou uma viagem de inspeção pelo sul do Estado e constatou , em relação à educação escolar, o seguinte: Em Miranda duas escolas públicas aí existentes ainda funcionavam em casas particulares e estavam "mal instaladas", sem mobiliário e sem material escolar, cujo fornecimento teria providenciado; Em Aquidauana encontrou as escolas públicas (uma masculina e outra feminina) mal instaladas em casas particulares, alugadas; Em Campo Grande observou que nenhuma das escolas públicas ali criadas estava funcionando, por falta de professores, embora fosse bastante numerosa a sua população escolar. Em Nioaque constatou que as duas escolas, uma do sexo feminino e outra do masculino, também funcionavam em casas particulares, muito mal instaladas e

desprovidas de material e mobiliário escolares suficientes. Em Ponta Porã também não funcionavam as escolas, igualmente por falta de professores, obrigando as crianças brasileiras a freqüentar aulas no lado paraguaio, em "língua castelhana". Em Bela Vista surpreendeu-se: uma boa casa para as escolas feminina e masculina, mas a masculina não funcionava por falta de professor. Visitou ainda Ladário, cuja escola não funcionava, igualmente por falta de condições (MARQUES,1913,p.16).

Esta falta de professores, por outro lado, é compreensível quando se leva em consideração que os vencimentos dos professores no sul do Estado eram aviltantes, e nos anos de 1912/ 1913 do Século XX, havia só escolas isoladas para 18 professores efetivos. Deve-se registrar, ainda dentro deste contexto, a existência de escolas particulares mantidas por entidades religiosas: padres e freiras salesianos.

Reitera Marques, ainda em suas anotações, que a pecuária era a principal e quase única indústria. Atestando igualmente que os seus habitantes se ocupavam muito pouco da agricultura. Em 1915, registra que encontrou abundância de frutas em Miranda, não vendo limites para o progresso do Estado que administrava, faltando só meios de transportes, já que a terra era exuberante e extraordinariamente fértil (MARQUES,1915, p.81).

Em 1910 o governador Pedro Celestino (1908 a 1911; 1922 a 1924) empreendeu uma reforma educacional, justamente no momento histórico da entrada de grupos significativos de famílias estrangeiras no Estado, coincidindo com aquilo que concerne à transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista financeiro internacional. Reforma que desempenhou seu papel, sem dúvida, mas que não previu a massa de estrangeiros, sobretudo no sul do Estado, com sua paleta multiracial, étnica e lingüística.

A pecuária mato-grossense viveu sua contínua expansão como atividade econômica. A construção da via férrea Noroeste do

Brasil permitiu o escoamento de produtos primários para São Paulo, onde se transformariam em produtos industrializados. Nesse contexto, as charqueadas e saladeiros foram perdendo sua importância.

Considera-se como a medida mais importante desse Governo (Pedro Celestino; que exerceu dois mandatos, de 1908 a 1912 e de 1922 a 1926) a manutenção do Liceu Cuiabano (criação de Rufino Eneas Gustavo Galvão) e da Escola Normal (criada no governo de José da Silva Guimarães, em 1842 e extinta dois anos depois, em 1844), bem como dos grupos escolares e da Escola Modelo, que era anexa à primeira, dando assim, seqüência ao trabalho iniciado por Pimenta Bueno, Presidente de Estado, responsável pela construção do Palácio da Instrução, para sede do Liceu Cuiabano e da Escola Normal.

Entretanto, a reforma educacional empreendida pelo Governo Pedro Celestino foi mera consequência, ou reflexo, de todo um processo que ocorria no país; não chegou a ser um mérito local.

Nesse momento vivia-se em todo o Brasil um entusiasmo pedagógico, ao qual NAGLE denomina como sendo “*entusiasmo pela educação*”, ou seja:

“a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, pela disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo[...]” (NAGLE,1974, p.99).

Uma série de reformas pedagógicas foram empreendidas, então, na década de 20, que não passaram de reedições um pouco modificadas das anteriores. Escolas Normais foram criadas, só na cidade de São Paulo foram 3, como resultado das reformas Caetano de Campos, Bernardino de Campos e Cesário Mota, na esperança da formação adequada e sistemática do professor, para melhor orientar o alunado.

À despeito desse empenho, a velha educação permanecia intocável, favorecendo as elites locais. Pouca importância era dada à educação popular e, evidentemente, isto tinha sua origem na estrutura e organização da sociedade. A classe média da zona urbana, bem como a operária, viam na escola a possibilidade de ascender na escala social vigente e, até mesmo, obter uma base mínima para candidatar-se a um emprego. Mas para o homem do campo, os trabalhadores rurais, a escola não fazia sentido algum, não conseguia atraí-los ou oferecer-lhes qualquer motivação (ROMANELLI, 1977, p.45).

Essa visão apresentada, calcada na fria ‘verdade’ da realidade dos textos oficiais, além de ser discutida é refutada por outros pesquisadores (NASCIMENTO, 1999). Através da manipulação de dados e textos oficiais tentou-se (tenta-se ainda hoje) mascarar as razões do não oferecimento de escolas segundo a real necessidade e demanda da população local. Os dados oficiais atestam que a população em idade escolar, no Mato Grosso de então, era numerosa (MARQUES, 1913), mas havia falta de professores para as escolas, segundo a versão oficial. Acreditava-se, ainda, que a instrução faria desaparecer a aversão ao trabalho de campo, iria arrancar-lhes a preguiça de uma hora para outra (MARQUES, 1912), ou seja, iria transformar o alunado em excelentes trabalhadores.

O Jornal *A LUZ*, de Cuiabá, registrou no dia 21 de outubro de 1924 em sua primeira página, um artigo crítico sobre a falta de escolas no Estado. Afirma o texto:

“Não temos indústria, nem uma pequena fábrica de espécie alguma! porque?! Porque os abastados Mattogrossenses são na sua totalidade a encarnação perfeita do egoísmo. O que se há fazer o povo sem escolas, sem orientação, sem capital? Faz o que pode, planta mandiquinha e pesca(...)”

Educação implica, sob nossa ótica, ampliação de horizontes, capacidade de associações e formulação de idéias, visando o desenvolvimento individual, bem como do grupo social. Essa

transformação quase sempre não é de interesse da elite dominante, muito menos da elite dominante da época em questão. Há uma outra leitura que deve ser feita, e que apenas pontuamos, por não ser esse o objetivo central de nosso estudo: com pouca oferta de escolas, que não atendiam a demanda e nem motivavam o alunado, a elite dominante estava preservando, a seus descendentes, a hegemonia político-econômica do Estado.

Os imigrantes foram apenas mais um traço desse quadro e neles não se pensou adequadamente, salvo raras exceções ao Sul do país. Talvez por essa razão, carregando a bagagem cultural que haviam herdado e os modelos de pensamento europeu que trouxeram, tomaram os imigrantes as rédeas de sua demanda social de educação e procuraram resolvê-la da melhor forma possível: contratando professores, criando salas de aula, utilizando-se dos mais ‘estudados’ do grupo para auxiliar os outros menos favorecidos, etc. No caso de Terenos, não houve, a princípio, a intervenção de ordens religiosas ou grupos político-sociais de fora da Colônia para buscar soluções no que tange à educação. Elas nasceram entre os próprios colonos europeus, objetivando a necessidade da comunidade local.

Os imigrantes de Terenos aplicaram inconscientemente o método de Lancaster e Bell, tão a gosto da época, que consistia na monitoria ou ensino mútuo, suprindo a precariedade de professores. Os alunos mais capazes, ou mais hábeis, podiam transmitir conhecimentos que usualmente eram repassados por um professor. Isso era muito comum especialmente em escolas rurais ou escolas formadas em fazendas (MIRANDA, 1978). Na Colônia Velha, anos mais tarde, a professora Elvira Mathias, com o 4º ano primário, assumiu a classe multiseriada que se formou ali.

Pedro Celestino, governador do Estado de Mato Grosso por duas vezes e mencionado anteriormente, empreendeu igualmente a política de loteamento de terras, visando beneficiar, sob nossa ótica, grandes latifundiários-portanto a elite-, à oeste e sul do Estado. Não é um mero acaso que a construção da Estrada de Ferro Noroeste do

Brasil teve início em sua gestão. Eram os grupos estrangeiros de interesses transnacionais como Anglo, Bordon, Swift, os espólios Farguhar, entre outros, que impulsionam tal fato e que já foram herança do governo anterior de Joaquim Murinho.

Como já aventado a política de loteamento de terras mediou a aquisição de terras devolutas por grandes latifundiários e grupos de fora do Estado. Foi o caso da Companhia Hacker, através da qual vieram as famílias alemãs.

Evidentemente a estrada de ferro gerou urbanização das regiões centro-sul de Mato Grosso, desenvolveu o comércio na medida em que possibilitou a transação comercial com outros Estados de maneira mais rápida, trouxe em seu bojo desenvolvimento, a vinda de novas famílias, provocou o surgimento de novas localidades junto aos trilhos e outras, caso de Campo Grande, tiveram um desenvolvimento vertiginoso:

“Opera-se accentuada e espontaneamente, no Sul do Estado, e ao longo do Alto-Paraná e do Araguaya, o povoamento do nosso solo; a corrente migratória cresce ao mesmo tempo que avançam os trilhos da via férrea Noroeste que continua a atrair para aquela zona os elementos de uma rápida prosperidade “(COSTA,1910, p.12).

Entretanto, mesmo diante de tal desenvolvimento, o trabalhador do latifúndio não necessitava mais que as operações básicas de matemática e mão-de-obra primária para a lida no campo. A educação formal continuava sem espaço e sem necessidade aparente. A partir de nossas leituras concluímos que o saber-fazer dos peões e homens do campo era um aprendizado de muito maior valia e riqueza. As lidas com o gado e com as coisas da fazenda eram aprendidas no dia-a-dia com os mais velhos e mais experientes. Esta era a educação necessária e fundamental naquele momento, acreditava-se, para o sul de Mato Grosso.

MARQUES mencionou o abandono em que jaziam as grandes extensões de terras mato-grossenses e a falta de vontade do povo em trabalhar na agricultura, mas acreditava numa solução:

“[...] com a instrução há de necessariamente desaparecer essa tal ou qual aversão pelo trabalho do campo, outr’ora aviltado pelo escravo e cujos resquícios infelizmente ainda se notam entre os nossos patrícios, dando lugar a que nos principaes Estados da União, onde é grande a corrente immigratória, esse trabalho vai sendo feito quasi exclusivamente pelos estrangeiros, que mais práticos e avisados pouco e pouco vão se assenhoreando das nossas terras, principal fonte da nossa riqueza” (MARQUES, 1912, p.32).

Ainda nessa mensagem demonstrou sua preocupação específica com o sul do Estado, sugerindo que por se tratar de região de clima temperado a cultura de frutas, verduras e a criação de ovelhas e cavalos seriam bem adequados aos campos de Vacaria.

O Governador Pedro Celestino tinha uma visão bem mais crítica e objetiva sobre o processo migratório no Estado:

“Continúa a ser o problema culminante da economia mato-grossense o da immigração e colonização das terras ferazes e uberrimas do nosso Estado[...] A introducção official de immigrants destinados ao aproveitamento da uberdade do nosso solo não pode ser, como conviria, iniciada agora, reclamando o dispendio de avultadas disponibilidades pecuniárias de que o nosso erário não dispõe” (COSTA, 1924, p. 54)

Assegurava, ainda, que as concessões feitas pelo Governo do Estado a particulares e empresas não estavam correspondendo ao objetivo visado. Por essa razão declarou caduca a concessão dos Srs. Hacker e Cia, pelo decreto número 659, de 27 de Fevereiro de 1924, em

virtude “*de inobservância de obrigações contratuais por parte da companhia concessionaria* “(COSTA,1924, p.54).

Finaliza :

“Como vêdes, srs.deputados, deve o governo do nosso Estado aparelhar-se com os elementos necessários para enfrentar esse problema e procurar resolve-los, adoptando providências officiais systematicas da introducção de immigrants sem esperar pela solução que lhe possa ser dada pelo trabalho de concessionarios, cujas iniciativas em Matto Grosso têm sucessivamente fracassado.”
(COSTA,1924, p.54).

Pontuamos, retrocedendo um pouco no tempo, que o processo migratório que se desenrolava desde finais do século XIX, tomou vulto nas duas primeiras décadas do século XX. Igualmente, no século XIX, houve na Europa (Inglaterra em especial) uma demanda por novos mercados, gerada pelos movimentos abolicionistas das Colônias. A independência de tais Colônias não veio carregada de um sentimento filantrópico, mas sim de interesses voltados para o capital. A par disso vivenciou-se novas regras e condutas, cujas origens se embasavam nas crises da superprodução e desemprego que afetavam as sociedades européias. Tais crises fizeram emergir a luta operária, que de certa forma rompeu com a unidade nacional, e gerou uma disputa por novos mercados. O excedente de riqueza e de miséria daquelas nações forçou um escoamento: o Novo Mundo. Foi nesse momento que a humanidade experimenta um dos mais longos processos de locomoção humana de sua história : a emigração. O cruzar o Atlântico em busca de novas relações agrárias de produção, já que as européias se desmoronavam, trazendo na bagagem a esperança de tornarem-se proprietários, impelia aqueles homens e mulheres para a vida. Não tinham, certamente, consciência que estavam sendo movidos pelas conveniências do capital. Eça de Queiróz, entretanto, teve esse discernimento conforme atesta seu relatório **A imigração como força civilizadora** (1874) :

"Para o proletariado a emigração é a solução material da miséria, para o Estado é o remédio do pauperismo! Poucos governos há com efeito na Europa, que não se tenham valido da emigração como um paliativo, indirecto mas eficaz, à densidade de população, aos acréscimos da miséria, às crises industriais "(apud SCHELBAUER,1998,p.16).

Com a retomada de Portugal e a volta da Corte as suas origens, o Brasil independente não cessou sua política de imigração, como já mencionado num outro capítulo. Mas a imigração europeia oferecia grandes dificuldades para uma ação eficaz: o clima tropical desfavorável a colonos europeus, principalmente da Europa central; uma organização social, econômica e política nada atraente; certas restrições de ordem religiosa, já que criavam embaraço a nações protestantes, que na verdade ofereciam o maior contingente migratório (a Alemanha, por exemplo).

A política migratória foi por bom tempo fraca, mas se reativou com a eminência, e a seguir efetivação, da abolição da escravatura.

"Reativa-se a política de povoamento, e ,a par das colônias oficiais, ou mesmo particulares, mas organizadas segundo o sistema tradicional que consistia em distribuir aos colonos pequenos lotes de terra agrupados em núcleos autônomos, aparece um novo tipo de colonização: fixação dos colonos nas próprias fazendas e grandes lavouras, trabalhando como subordinados e num regime de parceria" (PRADO, 1969, p.184)

As discussões imigrantistas tomavam corpo em São Paulo e Rio de Janeiro, e vale a pena citar uma referência do então deputado paulista Aguiar Withaker, ao analisar a necessidade de trazer norte-americanos para a Província: " (...) *as duas raças, latina e saxônia, neste país, hão de produzir alguma coisa*

melhor”(AZEVEDO, 1987, p.140). Certamente não deixavam de lado as discussões da etnia germânica, italiana e japonesa que vieram povoar São Paulo, um pouco mais tarde.

Nesse momento procurava-se também afirmar uma nacionalidade brasileira, na verdade buscava-se forjar uma identidade nacional para poder lidar-se melhor com as questões colocadas pelos imigrantistas :

"(...)a purificação racial, o que queria dizer não só substituição do negro pelo branco nos setores fundamentais da produção, como também a esperança de um processo de miscigenação moralizadora e embranqueadora
“(AZEVEDO, 1987, p.144).

É desse período, ainda, a discussão e repulsa a qualquer outra imigração que não fosse a de membros de etnia branca, e estes eram valorizados, aclamados, como agentes do progresso, pertencentes às etnias vigorosas. Seriam bem-vindos, quaisquer imigrantes que fossem, desde que se mostrassem agricultores, trabalhadores e moralizados (AZEVEDO,1987, p.146).

Também nesse ponto alguns senhores deputados faziam pequenas ressalvas aos imigrantes alemães, por não serem tão dóceis como os americanos. Talvez por esta razão, sugeria-se que os alemães deveriam ser acolhidos apenas como *colonos*, ou seja: cultivadores, agricultores, a serviço de outros e não *imigrantes*, que eram vistos como novos habitantes da província, segundo a perspectiva de Caio Prado.

De qualquer forma os analistas deste período são unânimes em afirmar que os primeiros anos da década de 1880 podem ser considerados como o período caracterizado por uma sucessão de medidas imigrantistas. Medidas devidamente claras e objetivas em relação à raça a ser favorecida.

"Em todas elas frisava-se a necessidade de oferecer vantagens específicas, bem ao gosto das aspirações que se atribuía aos imigrantes europeus, como por exemplo, facilidades em adquirir pequenas propriedades rurais ou em se dedicar a atividades artesanais urbanas" (AZEVEDO,1987, p.162).

Estava disseminado o sonho de transformar a população brasileira, de se buscar uma unidade nacional e um processo de miscigenação na tentativa de dar ao povo brasileiro uma aparência mais *européia*.

As essas preocupações e discussões esteve visceralmente exposto o futuro governador mato-grossense Pedro Celestino, já que estudara no Rio de Janeiro, pois em seu estado natal não havia meios para tanto. Além disso ele tinha o hábito de viajar para os grandes centros do Sul do país. Certamente durante suas estadas em São Paulo e Rio de Janeiro, capital do país- ambas, não por acaso, detentoras dos portos que recebiam os imigrantes europeus-, inteirou-se mais detalhadamente das discussões, mesmo porque tal assunto já era tema de conversas e preocupação do Governo de Mato Grosso, conforme atestam as Mensagens dos Presidentes.

Na verdade, os efeitos da emigração tem um alcance mais amplo, já que desempenham um papel iminentemente civilizador. Se na Europa, todo o excedente de riqueza e miséria emperravam o funcionamento da grande máquina, encaminhados para o Novo Mundo, vão simbolizar a própria civilização (SCHELBAUER,1998).

Em solo brasileiro o imigrante enfrentou, `a princípio, todo tipo de dificuldades, tentando supera-las sempre: maus tratos, propaganda enganosa, falta de socorro, falta de escolas e nem sempre obteve o apoio da religião.

Aqui, parte da produção nacional era pautada no trabalho escravo, mesmo em Mato Grosso, com a adoção da mão-de-obra de poucos negros, índios e paraguaios. Havia também, aqui, como conseqüência das correntes internacionais, uma preocupação com a

liberação do trabalho escravo, pois tudo se apoiava na mão-de-obra escrava.

Em 1881 emigra para o sul do Brasil uma professora alemã, que vem ser preceptora de uma família brasileira pertencente à elite.. Ela mantém correspondência com uma amiga na Alemanha, a quem relata suas preocupações e sua sensibilidade diante dos problemas nacionais:

" Neste país, os pretos representam o papel principal(...).Todo trabalho é realizado pelos pretos, toda a riqueza é adquirida por mãos negras, porque o brasileiro não trabalha, e quando é pobre prefere viver como parasita em casas dos parentes e de amigos ricos, em vez de procurar ocupação honesta. Todo o serviço doméstico é feito por pretos (...); gostaria de saber o que fará essa gente, quando for decretada a completa emancipação dos escravos" (BINZER, 1991, p.34) .

Ainda dentro de suas observações pondera de forma unilateral :

" Segundo o que venho observando, tenho a impressão de que o Brasil logo de início irá sofrer horrivelmente com a abolição da escravatura, porque ainda não se decidiram aqui pela imigração européia, nem ofereceram aos mais úteis emigrantes,-os germânicos,-condições bastante favoráveis "(BINZER, 1991, p.123).

De qualquer maneira BINZER tem razão quando afirma ao longo de seu relato a necessidade da formação de mão-de-obra livre, que poderia ter sua efetivação na criação de fazendas-escolas ou colônias agrícolas, objetivando a formação de mão-de-obra para lavoura.

"No Brasil, a preocupação em torno da difusão da educação do povo e da organização de um sistema nacional de ensino, considerados como fundamentais para criar a unidade da nação, orientava os discursos da imprensa, dos educadores,

publicitas e, sobretudo, dos parlamentares da época. Aos olhos desses homens, a educação poderia encaminhar a solução para os problemas que advinham da precária unidade nacional, através de uma formação comum, mobilizando nacionais e imigrantes em torno de uma idéia-força, de uma alma nacional, considerada como fundamental para conduzir o País ao desenvolvimento e à modernização " (SCHELBAUER,1998, p.64).

Como tentamos expor, a questão da criação de colônias agrícolas em Mato Grosso, compostas por imigrantes, em terras devolutas, foi debatida durante um bom tempo, angariando mais críticas do que elogios. A julgar pelas mensagens presidenciais, no caso específico de Terenos, já se havia feito uma primeira tentativa, frustada, antes da efetivação da segunda investida em 1924:

"Tendo sido introduzidos antes de convenientemente preparado o núcleo em que se deviam instalar, sem conforto nem probabilidade próxima de melhor situação, quasi todos os immigrants abandonarm a colonia, embora situada em terras(sic) feracissimas, à margem da ferrovia Noroeste do Brasil, na estação de Terenos "(COSTA,1923, p.85).

A tal contexto seriam expostos também todos os imigrantes que aportaram no sul de Mato Grosso, seja por via fluvial- portanto entrando através de uma cidade que vivia seu período de glória, com suas Casas Comerciais, o tráfego do rio Paraguai -; seja por terra, subindo através do interior de matas fechadas de São Paulo , Paraná ou mesmo Goiás. Enfrentariam coronéis e bandidos, violência que envolveu também outros segmentos da sociedade mato-grossense (CORRÊA,V.B.,1995, p.39) escrevendo com vagar e vigor seu texto na Vida do Estado.

CAPÍTULO III:

O TEXTO ESCRITO NO CERRADO

"O sprecht! warum zagt ihr von dannen?

Das Neckartal hat Wein und Korn:

Der Schwarzwald steht voll finstrer Tannen,

Im Spessart klingt des Äplers Horn. "

F.Freiligrath

(“Oh, digam! Por que foram embora daqui? / O vale do Neckar possui vinho e grão:/ A Floresta Negra, tantos pinheiros escuros, ali, / No Spessart a trompa alpina ressoa seu som.”)

Nas entrelinhas do verso enunciado há perguntas e problemas com os quais lidamos diante das entrevistas, ao levantarmos dados, na tentativa do rescrever o texto impresso na História do Estado, agora sob a ótica e a aparência da verdade lembrada pelos colonos da Colônia Agrícola de Terenos. A princípio lidamos com uma certa relutância, e mesmo desconfiança, imputadas ao desgaste da memória e ao hiato temporal.

-“Ah, eu não me lembro de nada....nem... “(Elisa Masch Wehner).

“- Bom, vai relembrando, Elisa, da Colônia Velha, quando seus pais vieram..., quantas pessoas vieram..., vai relembrando, Elisa...”(Maria Wehner).

-“A Sra. nasceu onde?”(pesquisadora).

-“Hã...., onde?.... Hamburg !”

-“Ich habe Hamburg kennengelernt...., eine schöne Stadt,...schick... (conheci Hamburg, uma cidade bonita, ‘chic’).”

Interferindo no ‘esquecimento’ de nossa interlocutora, reportamo-nos a pontos turísticos da cidade de Hamburgo, ao rio, ao

porto, estabelecendo um elo firme, uma cumplicidade, até então impossível, com a entrevistada que com riqueza de detalhes surpreendentes se lembra, a seguir, de tudo.

Os personagens em questão, narradores em potencial, certamente refizeram e repensaram seu passado, sobretudo nos pontos que interessam a este trabalho. Fizeram-no de forma objetiva, *gründlich* (minuciosamente) como recomenda a cultura alemã, desprovidos da emoção que supunhamos encontrar ao lidar com fatos guardados em algum canto de suas vidas. Era como se tivessem elaborado muito bem essas memórias todas ou como se elas não fossem *passado*, mas um instantâneo onírico. Na realidade esperávamos de um grupo com toda uma cultura alemã correndo nas veias, reações que seriam mais próprias de nossa cultura. Incorremos no erro pontuado por WILLEMS (1946, p.12), aventado na Introdução desse trabalho: estávamos julgando valores alemães com critérios brasileiros. Essa aparente ‘frieza’, bem como a capacidade de narrativa seqüencial e objetiva, é algo elaborado no bojo da cultura alemã.

- *“Meu pai veio de Madgeburg, uma cidade grande...., perto de Berlim, na Alemanha, né? A Senhora conhece essa cidade? “(Ernst Haberland).*

“Meu pai veio do norte da Alemanha,...não me lembro o nome da cidade...; a mãe?...também não sei....; acho que os documentos deles ficaram com meus irmãos mais velhos..., não sei, né?”(Olga Schleich Vollkopf).

“Minha família veio da Áustria. Meu pai veio com meu avô e minha avó...., não sei de onde da Áustria... A gente esquece, né? “(Oskar Pelzl).

“Meu avô era de Falkenstein; minha avó de Niederheimbach. Meu pai nasceu em Mainz e minha mãe em Hamburg “(Adolf Otto Fluhr).

“Minha mãe era de Estrasburgo. Meu pai... , a certidão de casamento diz ser de Remscheid”(Maria Wehner-p.79 bis).

*“Não me lembro de onde vieram os meus sogros..., da Alemanha, é claro, masde onde?...não sei...,perto do Harz, no Norte..., não sei mesmo! “(Olga Matilde Vollkopf).
 “Meu avô veio de Rostock..., meu pai também...”(Geraldo Schiemann)*

Não vieram todos da mesma região, mas de pontos diversos da Alemanha e sequer vieram juntos. Alguns desembarcaram em Santos, São Paulo, mas a maioria desceu no Rio de Janeiro. Como acontecia com todas as famílias européias, ao chegarem ao Brasil foram encaminhados à Ilha das Flores, uma hospedaria para receber estrangeiros, localizada em uma das ilhas da Baía da Guanabara (pág.80bis). Ali seriam selecionados por sorteio, para os lugares que requisitavam colonos. Não foi diferente com aquelas famílias que vieram para Mato Grosso.

-“Mamãe contava que eles ficaram primeiro na Ilha das Flores,....mas ela não se lembrava muito de lá, ...ou não gostava de falar.... Contava ,ah, isso é gozado! , que eles nunca tinham visto farinha de mandioca e sempre tinha farinha pra acompanhar a comida, era comida brasileira, arroz, feijão..., então, ela não sabia o que era aquele pó branco, aí ela , pra não ficar chato, se servia dele e levava tudo pro quarto !(risos)Tinha um monte de pacotinho de farinha no quarto!...(risos!) que ela não sabia pra que servia aquilo (risos)....”(Maria Wehner).

*“Também fiquei na Ilha das Flores!...Mas eu era muito pequena ! Não lembro como era, não lembro nada.... Lembro que no navio compraram um monte de banana! Acho que era uma penca toda!....Eles não sabiam comprar e deram o dinheiro e receberam aquele monte de banana !(risos)....”
 (Elisa Masch Wehner).*

“Meus pais se conheceram na Colônia. Minha mãe veio e parou na Ilha das Flores ..., depois foi para uma fazenda, antes de Terenos; O meu avô e meu pai vieram direto pra Terenos, mas estiveram também na Ilha das Flores, olhá aí o

passaporte, tá carimbado!...Contavam que, no porto, desceram pra comprar banana. Acho que nunca tinham visto tantas! Deram o dinheiro e o homem começou a dar bananas e mais bananas pra eles (risos!),....voltaram cheios de bananas pro navio (risos).... “(Adolf Otto Fluhr).

Reportando-nos ao verso que abre esse Capítulo, constatamos que os colonos alemães da Colônia Agrícola de Terenos chegaram trazendo suas heranças sócio-culturais e a esperança de ‘fazerem a América’. Buscavam todos, sem exceção alguma, uma melhor condição financeira.

-“Aí não tá certo..., eles estavam bem, mas teve a Guerra de 14 e o dinheiro quebrou. Eles até iam comprar um edifício em Hamburg, olha aqui a foto, mas o dinheiro quebrou e eles ficaram pobres. Foi assim, o dinheiro era carregado em cesta...Então eles pegaram e vieram embora como imigrantes, por causa da propaganda, né?... Meu avô veio direto para Terenos “(Adolf Otto Fluhr).

-“Ora, viemos para cá pela propaganda, a Hacker fazia muita propaganda....; para fazer colônia ...e a gente queria ter terra. O finado pai tinha um dinheirinho e comprou o lote...., foi comprado, não foi dado...., eram 72 hectares e ali ficamos.....”(Oskar Pelzl, austríaco).

-“A gente veio pra fazer colônia...,comprar terra...., trabalhar na lavoura “(Eva Bacargi, búlgara).

-“Olha, tá certo, o que eu sei é que não tinha serviço láe meu pai era cozinheiro na Marinha, entende?, no tempo da guerra . Depois...quando terminou....não tinha serviço, ele inventou de vir pro Brasil....Mas não por conta própria,... como imigrante, bem entendido, né? Foi primeiro para São Paulo, pra uma fazenda de café... ,em Ribeirão Preto. Depois meu pai ficou doente quis vir pra Terenos... também teve a crise do café..., a gente veio..., pra chácara de um major alemão...Eu tinha onze anos” (Elisa Masch Wehner).

-“Viemos primeiro pra Miranda, pra Fazenda Simplício de Assis..., era de muita fartura...A gente não sabe bem porque meu pai resolveu vir pra cá....Ele morreu logo. Resolveu trabalhar na ponte de Três Lagoas, era disso que ele entendia, pegou maleita, mas achou que era uma doencinha de nada, não quis ir pro hospital, e disse que iria visitar a família por uns dia. Foi pra Miranda de trem e morreu no trem.. roubaram tudo dele, todos os documentos, tudo A viagem demorava uns 2 ou 3 dias, ele chegou morto, sem dinheiro, sem documento, sem nada, aí foi mais difícil. Minha mãe não falava português, meus irmãos sabiam alguma coisinha....A gente não sabe muita coisa desse fato, só o que lembra..., minha mãe não falava muito disso....,não gostava. Acho que vieram por aventura, conhecer outra terra, acho que foi espírito de aventura,...vontade de ‘fazer a América’. A família deles pediu várias vezes pra gente voltar...Eram 8 crianças.....,a mãe sozinha....Aí, depois que meu pai morreu, fomos pra Colônia em Miranda, tinha muito alemão lá,....depois pra Aquidauana,...por fim meus irmãos convenceram minha mãe de vir para Terenos. Um deles trabalhava na medição de terra.....,na Colônia Nova,.... tinha já um lote,... a gente trabalhava perto da Colônia Velha, numa chácara perto da Estação de Terenos, era de dois solteirões alemães (Johann Grote e Theodor Rami),...e assim a gente conseguiu também a terrinha da gente. Minha mãe virou agricultora....., mas acho que ela nunca tinha plantado nem grama (risos), achava que era só fazer uns buracos e jogar a semente....(risos)... E nascia!! ...”(Maria Wehner).

-“Eles vieram por causa de trabalho..., eram portugueses....., a gente mexia com leite....., vivíamos ali onde hoje é Terenos mesmo, na entrada da Colônia Velha, ali juntinho da estrada....” (Narcisa Macedo Pelzl).

-“A gente estava em São Paulo, numa fazenda perto de Ribeirão Preto,...Fazenda Cotia, assim se chamava a fazenda!.... e veio pra cá por causa da crise do café....., meu

pai, Paul Schleich, veio atrás de trabalho e terra... Eu tinha dez anos naquela época.”(Olga Matilde Schleich Vollkopf).

-“Meus pais vieram para Terenos atrás de terra e receberam 23 hectares....Havia uma grande propagandaa Hacker é que fazia...., antes eles tinham ido prá São Paulo, numa fazenda...., um ano..., aí vieram pra Terenos...Viemos em 1923...., por causa da propaganda mesmo....”(Ernst Haberland).

-“Olha, eram 3 irmãos,...isso que meu avô contava! Vieram pra trabalhar..., tentar a sorte..., havia muita propaganda naquela época....; cada um foi para um lado. Um, que eu sei mais dele, foi pro Sul. Mas ele falava sempre do irmão que tinha vindo pro Mato Grosso fazer colônia...; só sei isso!”(Isolde Schultz).

-“Fui casada com o filho dele (do Sr. Heinrich Schiemann)....; mas ele já morreu, também. Ele contava muita coisa..., vieram pra trabalhar, pra mudar de vida...., vieram direto pra Terenos”(Anézia Schiemann).

“-Olha, meu pai sempre dizia que eles vieram porque estavam cansados da vida de lá e queriam mudar, ver coisas diferentes... Meu pai dizia que meu avô estava bem na Alemanha ! Que vieram com dinheiro, inclusive... “(Geraldo Schiemann).

-“Olha, eu era muito criança..., não me lembro de muita coisa..., dessas que você quer saber. Sei que vieram pra trabalhar, não tinha serviço lá pela Alemanha naquela época, pena, que mamãe não esteja nada bem de saúde, né?... Meu avô (Sr. Johann Frederick Seidenfuss) que era alemão e veio direto prá Terenos;...”(Antônia Seidenfuss).

Frente a experiências vividas no Sul do país o Governo Estadual de Mato Grosso, em contrato lavrado aos 15 dias de julho de 1920, estabeleceu com um particular a entrada de imigrantes estrangeiros. A Sociedade Sul-Brasileira H.Hacker & Cia, uma empresa privada alemã, recebeu a concessão de uma área de terras devolutas numa região próxima à cidade de Campo Grande, que logo

foi servida, efetivamente, para introduzir e localizar imigrantes. Tal sociedade obteve facilidades do Executivo, como isenção de impostos estaduais e municipais sobre cada lote de terra, por um período determinado. O Decreto de N.532, de 28 de outubro de 1920, reservou, a requerimento da Sociedade Hacker, as terras devolutas que existissem ao norte da faixa marginal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a partir do km 918 e entre os limites que a lei descreveu. A Hacker mandou demarcar os lotes para a colonização e encaminhou para lá duas famílias européias. A princípio consagrou-se o lote de 75 hectares por família, mas ao longo do tempo esses lotes aumentaram (96 hectares) ou diminuíram (25 hectares) de tamanho, conforme atestam os registros dos Livros da Intendência pesquisados por nós, na Prefeitura de Terenos. O lote nº 1 foi reservado para o Patrimônio de Terenos, onde se localizava a Estação de Ferro da Noroeste do Brasil.

A Sociedade Hacker assumiu as despesas com a medição e demarcação dos lotes. A disposição desses núcleos não foi necessariamente regular, nem seguiu a prática consagrada no Sul do país, conhecida como “espinha de peixe”. Sua forma lembra o delta de um rio, com duas ‘entradas’ naturais a partir da Estação de Ferro (vide mapa, pág. 85 bis). A topografia da Colônia Velha, embora um pouco acidentada, não se comparava à da Nova, possibilitando a demarcação dos lotes de forma a convergir para os riachos ou para o rio Piraputanga, de sorte que quase todos tinham acesso aos cursos de água. Não se observa o mesmo em relação ao traçado da Colônia Nova. Essas ‘entradas’ para a Colônia eram denominadas simplesmente de *estrada*.

O ato reportado deu início à primeira colônia, conhecida como *Colônia Velha*. Anos depois, por volta de 1928, o Governo do Estado entusiasmado com o êxito da primeira iniciou a demarcação de outra área, como se fosse um braço da anterior, no cerrado, onde mais tarde se instituiu a Colônia Nova (p.85 bis), que não obteve o mesmo sucesso da anterior e sobre a qual as informações coletadas não são

harmoniosas. Critica-se a terra ruim, pedregosa, a falta de água por perto, a distância do núcleo administrativo e das salas de aula, a topografia acidentada e o tamanho dos lotes.

“- A terra da Colônia Velha era uma especialidade!... Dava cada espiga de milho desse tamanho.....; o arroz, na baixada, cobria uma pessoa de tão alto que dava... Por ali tinha nascente, a cabeceira do Isidoro..., depois mudaram o nome ..., não sei qual...Tinha porco do mato e perdiz em quantidade, sabia? “ (Oskar Pelzl).

“Ali onde a gente morava a terra era muito boa..., dava de tudo...”(Ernst Haberland).

“Eles (os avós) construíram uma casinha de pau a pique, a princípio, e plantavam. A terra era muito boa , sim . Cada fruta enorme..., do que eu me lembro“(Adolf Otto Fluhr).

“Na Colônia Velha a terra era muito boa..., dava de tudo. Mas na Colônia Nova , era cerrado, terra muito ruim prá se plantar, fazer roça... e não tinha água, tinha que furar poço bem fundo ...e aí, desmoronava tudo! Tinha que carregar água..., um sofrimento! Na Velha era tudo diferente!”(Maria Wehner).

“O que progrediu mesmo foi a Colônia Velha, né? , a Nova não teve progresso, a terra não era boa como a da Velha..., era cerrado...”(Silvio Cesco).

“Meu pai ia à pé para Campo Grande levando nossa produção para vender ali numa feira. Levava fubá, ovos, palha para fazer cigarros...À pé, mais de 24 km! “Hin und zurück (ida e volta) mais de 50! ”(Ernst Haberland).

A denominação de Colônia Agrícola de Terenos deve-se ao fato da tribo indígena Terena ter tido o domínio de grande parte da região atravessada pelas linhas da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, além do fato da Estação Ferroviária (p.87 bis) e Telegráfica daquela localidade ter recebido também o nome de Terenos (inaugurada em 6 de setembro de 1914).

“-Entre a Colônia Velha e a Nova viviam muitos bugres (referência aos mamelucos), eles faziam roça,...era gente amistosa. Eram atarracados..., os índios eram altos, bonitos, mas bebiam muito...”(Maria Wehner).

-“Olha, os bugres iam até nas festas da gente,,, dançavam e tudo,...era gente boa “(Olga Vollkopf).

“- Quando era época da colheita,...do arroz por exemplo, os índios apareciam,... não sei de onde e trabalhavam lá. O problema é que com o dinheiro eles iam beber, ficavam bêbados por lá....bebiam muito! Os bugres tocavam rocinha...”(Oskar Pelzl).

Entretanto o nome que a Colônia efetivamente carregou foi o de *Colônia Velha*, como mencionado, onde está situado o Município de Terenos, criado através da Lei n.1021, de 21 de setembro de 1929. Ainda hoje os moradores dali se reportam ao espaço físico que abrigou a Colônia, dominado por pequenas chácaras e sítios, como ‘Colônia Velha’.

-“Fomos uns dos primeiros a chegar,1921... não tinha nada....acampamos em barracos de lona....pulga..., bicho que não acabava mais...., enfrentamos todo tipo de peripécia! Sofremos muito! Tudo era difícil!... A passarinhada comia tudo o que a gente plantava...” (Oskar Pelzl).

“Meus pais vieram para cá em 1922...1923..., não tinha nada...e começaram a trabalhar aqui feito uns loucos..., sem nenhuma ajuda...”(Ernst Haberland).

“Terenos só tinha a Estação. Mato em roda da Estação...., mais nada ! A gente veio pra cá em 21 de agosto de 1921. Papai (Pedro Cesco) era homem progressista..., o que dependesse dele ele faria, ele queria ver progresso...Aí, incentivou, junto com alguns amigos, a criação da Colônia. Aqui tem muita terra de fazendeiros, terras boas...e aquilo foi pegando... Eu sei que a Guerra tinha terminado há pouco ainda..., a de 14, que terminou de 18

*para 19, não é?... Eu sei que através das embaixadas...; o Governo encampou uma grande gleba de terra dos fazendeiros. E ,aí, vieram os estrangeiros... Papai tinha um compadre oleiro de Penápolis, escreveu para ele perguntando como seria a vida aqui, que ele queria montar uma olaria aqui. Papai escreveu de volta, dizendo que podia vir, que aqui tinha futuro e ele veio. Montou a olaria em Terenos. Outro amigo era o João Egídio Zambelli, de Três Lagoas, também a mesma história e ele também veio. E assim começou....a Vila “(Silvio Cesco).
 “O começo foi duro e difícil pra todo mundo..., não tinha nada...só mato e bicho! ”(Eva Bacargi Wehner).*

No caso específico dos imigrantes alemães que vieram para Terenos, constatamos que todos tinham uma formação profissional, antes de chegar ao Brasil, a Mato Grosso. Sabiam ler e escrever, tendo tido, portanto, ainda na Alemanha, uma formação escolar formal. Isso não chega a ser um mérito, pois a educação na Alemanha estava organizada como instituição do Estado desde o fim do século XIX. Além disso do ponto de vista administrativo e técnico privilegiava a eficiência, como bem nos atesta KREUTZ:

“em parte alguma havia mais rigor na obrigatoriedade escolar, em parte alguma era menor o número de analfabetos e em parte alguma o ensino secundário e superior alcançaria mais alto nível intelectual”(1991:41).

Mas Kreutz nos alerta também que a educação pública praticada na Alemanha, naquela ocasião, tinha um caráter *autoritário, burocrático e confessional*.

Aqui tiveram que dedicar-se, de início, à agricultura, embora na sua maioria não tenham sido agricultores de formação. Muitos nunca tinham tido experiência alguma com coisas da agricultura. Aprendiam através de tentativas e erros, do observar o lidar com a terra desconhecida, merecendo a ironia do austríaco

agricultor, Sr. Oskar Pelzl, igualmente colono, que aprendeu a “fazer rocinha com meu finado pai”;

“Olha, Dona, a alemoada plantava com a mão 20, 30 covas de milho e diziam que ‘tavam’ fazendo roça....(risos)..., que roça podia sair dali?...”(Pelzl).

Deixando claro que, apesar de o considermos integrante da cultura alemã, ele se vê ‘diferente’ dos outros colonos, com ‘outra cultura e formação’, por ser austríaco de nascimento. Esse fato pontuou todas suas declarações e referia-se aos colonos alemães como sendo “aqueles alemães” ou “aquela alemoada”.

“Meu avô mexia com comércio...., mas ele era pedreiro, está no passaporte, não foi isso que a Sra. leu?...Meu pai era padeiro...., tem até um diploma dele aqui(pág.88 bis). Meu outro avô, pai da minha mãe, era marceneiro, acho....”(Adolf Otto Fluhr).

“Meu pai era agricultor na terra dele “(Ernst Haberland).

“Meu pai era agricultor...., na minha família todos eram agricultores (Família Schleich), mas meu sogro, Wilhelm Vollkopf,...ele era oficial do exército e marceneiro de profissão “(Olga Schleich Vollkopf).

“Meu pai?...Ele era cozinheiro naval, da Marinha, entende? Mas ele também era marceneiro. Ele recebia pensão do Governo..., mas depois acabou... “(Elisa Masch Wehner).

“Ele (o pai) era formado, isto eu sei., mas no quê?...não era agricultor..., por isso não se adaptou ao sistema de roça..., e foi trabalhar na ponte de Três Lagoas..., disso ele entendia ! Acho que ele era um engenheiro-técnico, ou algo assim.. Minha mãe também tinha formação..., ela sabia até falar francês!... era de família francesa ” (Maria Wehner).

“Meu avô era mecânico,... mas entendia de tudo, de marcenaria, de construção..., por isso, lá na fazenda em São Paulo, a gente tinha privilégios. Podia até fazer rocinha por fora! “(Oskar Pelzl).

“Eu tive formação pra ser padre. Dei aula de matemática e de filosofia...., mas não quis continuar....; eu queria era ter ido pra Austrália ! “(Max Wolfring).

“O meu avô era chefe de trem, você sabe, uma profissão segura e bem remunerada na Alemanha. A minha avó também tinha uma formação qualquer..., ela fazia traduções, fazia cálculos para a medição do pessoal da agrimensura..., dizem que ela os ajudava, né, a vó Frieda...”(Geraldo Schiemann).

“Olha. O negócio é que havia muitos oficiais do exército que vieram para cá. Disso eu me lembro. E eles recebiam pensão do Governo Alemão. Tinha até um, o Sr. Meins, acho que era esse o nome, que era oficial graduado, que levava um vidão! Era um cara habilitado e habilidoso..., sabia montar motores, lidar com serralheria...Ele tinha uma casa bonita na Colônia e tinha apiário. Mas quando a Alemanha cessou a remessa da pensão, ele começou a beber.... até morrer... “ (Geraldo Schiemann).

“A maioria dos alemães era gente fina..., se via que não era gente de terra, compreende?...Uma parte trabalhava já na lavoura, mas outra... tiveram que sujeitar-se, né? Olha, tinha o Sr. João Laumester (Johann Laubmeister), o pai era médico, professor de medicina em Hamburgo! E tinha o Sr. Naumann (Hans Naumann) major do exército, um homem muito fino, de formação!” (Silvio Cesco).

Ao demarcar os lotes e a própria área da Colônia, o Governo Estadual exigiu a delimitação de um espaço físico para estabelecer a sede. Localizava-se num ponto central e alto do terreno, de onde se tem, ainda hoje, uma visão panorâmica de toda a área. Ali eram distribuídos, a princípio, os implementos, as sementes, além de ter sido o ponto de reunião para discussões relativas à Colônia. Instalou-se também ali, mais tarde, uma sala de aula para as crianças filhos dos colonos. A sede era administrada por brasileiros, pessoas selecionadas pela Intendência de Campo Grande.

“A Diretoria foi formada junto com a Colônia, quando ela foi criada” (Demétria Veiga).

“Qualquer coisa que os colonos quisessem, eles se dirigiam ao Diretor, para pedir ferramentas, o que fosse. Não me lembro bem, se era quinzenal ou mensalmente, ia um caminhão de alimento pra distribuir, pra sustentá-los até que eles pudessem produzir. E foi o que aconteceu,... passado 2, 3 anos a maioria já estava bem de lavoura e a Prefeitura de Campo Grande cessou as remessas. No começo, os implementos agrícolas eram da Prefeitura . Mas não me recordo dessa Sociedade Hacker “(Silvio Cesco).

“Tinha a tal da Direktorie (Diretoria)...., eles emprestavam máquinas agrícolas..., ajudavam com sementes...Eram brasileiros que administravam a Colônia, que dirigiam a Diretoria...”(Adolf Otto Fluhr).

“Ninguém ajudou a gente..., bem entendido. Mas a gente chegou aqui depois da Colônia estar organizada...”(Elisa Masch Wehner).

“A Hacker só mediu a Colônia. Ela não nos deu nenhum apoio...; a gente não recebeu apoio de ninguém...; a Direktorie não fazia nada pela Colônia..., eles cuidavam deles..., uma tradição brasileira, né? “(Ernst Haberland).

“Quando a gente veio pra Colônia, ela já estava montada...., ninguém ajudou em nada! E quando a gente trabalhava na chácara daqueles alemães em Terenos, não me lembro da tal Hacker ajudar (Sociedade Territorial) ..., não sei disso , não !” (Maria Wehner).

“Pra nós ninguém deu nada! A Companhia Hacker..., pra nós não ‘doeram’ (doaram) nada, nada, nada....Mas tinha doação e ajuda, sim!, pra uns alemães safados lá, não me lembro o nome deles...;tinham do bom e do melhor!... Aí, quando garramos a produzir alguma coisa, a gente trocava , trocava hortaliça a troco do que aqueles alemães ganhavam da Companhia...Eles (a Hacker) não ajudaram nada, nada....mas aquele resto de alemão a Companhia ajudou muito ”(Oskar Pelzl, austríaco).

Os imigrantes vindos em 1924, que entraram no Estado em duas levadas distintas, como já referido anteriormente, pernoitaram em Três Lagoas e depois em Campo Grande. Nessa última receberam do Intendente, Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo (1924 a 1926), por orientação do Governo Estadual, material para construção de uma casa de madeira, ferramentas agrícolas, alimentação básica (como arroz, feijão, farinha) e sementes para o plantio. Esse auxílio foi real por dois anos consecutivos, embora os Livros da Intendência de Campo Grande tenham registros incompletos sobre essas doações e só ao que concerne o ano de 1924 (p. 91 bis). Talvez isso tenha confundido um pouco os outros colonos, que entraram a partir de 1926, no que diz respeito à noção de ajuda. Ela só existiu para os dois primeiros grupos, vindos em 1924, diretamente da Europa. Isto posto podemos entender que famílias como os *Fluhr, Seidenfuss, Vollkopf e Schiemann* tenham recebido uma ajuda diversificada da dos demais.

A Firma Hacker, responsável pela vinda dos estrangeiros ao Estado, não cumpriu as cláusulas contratuais estabelecidas. O Decreto n.569 de 27 de fevereiro de 1924, anulou o contrato lavrado anteriormente, prescrevendo a concessão à Sociedade Territorial Sul Brasileira-H.Hacker & Cia⁴. Embora os entrevistados se reportem a representantes da Hacker até 1927 (“*Em 1927 o Diretor era o Valetim Nunes da Cunha, que vivia na Direktorie, representava a Sociedade e que não fazia nada pela gente*”: *Ernst Haberland*).

A 8 de maio de 1924 o Governador do Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, instalou efetivamente a Colônia Agrícola de Terenos e estabeleceu um convênio entre a cidade de Campo Grande e a Colônia, determinando que a colonização ficasse sob a administração e custeio da Municipalidade desta cidade, cujo intendente era o Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo. Um pouco antes da consumação desse fato, o Jornal *O PROGRESSO*, de Campo

⁴ O Arquivo Histórico Estadual de Hamburg, Alemanha, nos informou por e-mail o registro em seus anais de uma “Südbrasilianische Landgesellschaft H.Hacker & Co”., cuja existência foi curta, de 1920 a 1923, com sede em São Paulo. A Profa.Dra. BIANCHINI nos assegurou, por outro lado, a atuação da Hacker no Paraná até 1940. Ali teria tido resultados melhores.

Grande, publicou em setembro de 1923, um artigo sobre a resolução do Governo de Pedro Celestino para encarar o problema da divisão e custeio da Colônia. A Resolução no seu Art. 3º afirmava que as despesas de medição e divisão em lotes seriam custeadas pelo Município onde se encontrassem as terras designadas, e por profissional nomeado pelo Governo, o que gerou uma série de controvérsias. O Art.4º determinava que os lotes não poderiam passar de 50 hectares e “*que seriam concedidos gratuitamente a colonos nacionais e estrangeiros que desejarem se estabelecer como agricultores no Estado*”, além de assegurar-lhes a expedição de um título provisório da posse da terra.

Os lotes estavam demarcados, a planta da Colônia, seu ‘projeto arquitetônico’, desenhado, mas não havia infra-estrutura alguma. Os colonos tiveram que pôr abaixo o mato, aprender a ir atrás de água, delegar a atividade de furar poço a um brasileiro especialista, conhecido como Júlio Louco, conviver com os bichos da região - um simples ‘bicho do pé ‘ tornava-se um grande problema, por exemplo, a lidar com toda sorte de dificuldades que tal situação impunha:

“Aqui em Mato Grosso, pegaram essa gente as abruptas, pegaram aquela gente, botaram naquela terra lá, com enxadão e vocês vão plantar alguma coisa pra vocês sobreviverem...diferente do sul do país (...) Como já falei, a qualidade de gente que veio para cá, pelas bagagens deles, pelo jeito..., se via que não era gente de terra, de lidar com terra...Papai sempre dizia: olha, trouxeram essa gente pra cá, mas a metade nunca viu um palmo de terra na vida “ (Silvio Cesco).

Entretanto, devido à qualidade de suas terras e ao interesse real dos colonos, o núcleo progrediu muito, de tal sorte que ao vencer o prazo de auxílio estipulado pelo governo Estadual, em 1926, a Colônia Velha apresentava uma população de 454 pessoas, sendo 97

famílias e 17 agregados, numa área de vários hectares cultivados. Eram colonos na sua maioria de origem europeia, como já aventado, assim distribuídos:” *44 famílias alemãs, 21 brasileiras, 07 búlgaras, 05 polonesas, 05 húngaras, 03 espanholas, 03 portuguesas, 02 austríacas, 02 russas, 02 paraguaias, 01 síria, 01 lituana e 01 japonesa*”, de acordo com o levantamento da Revista ARCA (1991,p.25). Mas insistimos no registro das 43 famílias alemãs que deram origem ao núcleo multicultural. É possível que a família húngara do Sr. Mehes possa ter sido incorporada como família alemã, já que falavam o idioma alemão.

“Acho que tinha mais de 40 famílias só de alemão, era bastante alemão, viu?...Em Terenos tinha muito alemão!... e havia outros colonos que falavam alemão também”(Olga Vollkopf).

“Eu me recordo que a maior quantidade era de alemães, eram muitos alemães...Eu tinha quinze anos, sabe...”(Silvio Cesco).

“ALEMÃO?? FALO UM POUCO,...MAS MISTURO MUITO! “

Ao criar a Colônia o governo do Estado também estabeleceu uma Administração local, denominada pelos alemães de *Direktorie* (p.94 bis), uma germanização da palavra portuguesa ‘diretoria’ – na língua alemã seria *Direktion* ou *Verwaltung*. Oficialmente seu primeiro diretor foi o Sr. Valentim Nunes da Cunha, que providenciou ali um espaço, um galpão, destinado a sala de aula: *“Uma coisa é certa, a primeira escola dentro da Colônia foi na Diretoria. Isso deve ter sido lá por 1927/ 1928”*(Déborah Mathias Cesco).

Nem todos os administradores gozavam da estima dos colonos, como pudemos bem observar:

“Das war der Valentim Nunes, der war da unten,...war aber ein Schwein, der hatte immer eine Dame bei ihm. Das war.schon.... 1927. Der hat dort in der Direktorie gewohnt” [Era o Valentim Nunes, ele ficava lá embaixo, era um sem vergonha, sempre tinha uma mulher com ele. Isso foi já...em 1927. Ele morava lá na Diretoria] (Ernst Haberland).

“Esse Valentim era esquisito, havia sempre uma mocinha por lá e os alemães não gostavam muito dele”(Maria Wehner).

“Ih,...esse Valentim....”(Olga Vollkopf).

Por outro lado, houve o Sr. Domingos de Oliveira, outro diretor, que teve melhor ‘sorte’ junto aos colonos. Ela era gaúcho, teria aprendido a falar alemão quando criança e talvez por essa razão teria sido mais querido, por conhecer a cultura alemã:

“Ele tinha aprendido alemão no Sul, na escola, diziam, e era ele quem entendia os alemães, até eles falarem português direito. O outro administrador foi o Assis Corrêa Barros, saiu em 1934.”(Demétria Veiga).

Com o tempo a Colônia progrediu muito:

“-A gente plantava muita hortaliça, Meu finado pai comprava rama de abacaxi, rama de mandioca..., comprava longe, carregava tudo nas costas,... e aí a gente plantava. Meu finado pai plantou até café! A gente plantava de tudo! Por ali tinha nascente..., onde morávamos, chamava ‘cabeça do Isidoro”, depois mudaram de nome...O arroz cobria uma pessoa. Verdade! Ali tinha também muito bicho...,porco do mato, perdiz em quantidade...”(Oskar Pelzl).

“- Os Pelzl tinham um pomar que era uma beleza! A gente plantava feijão, arroz, um pouco de café, cana...”(Olga Vollkopf).

“-Meu pai plantava arroz, algodão, trigo.., os búlgaros tinham plantação de girassol. Uma lindeza!”(Elisa Masch Wehner).

De fato a produção da Colônia foi durante alguns anos muito farta: arroz, feijão, mandioca, trigo, algodão, milho, fubá, girassol, cará, mel, ovos, abacaxi e palha para cigarros foram os destaques. Essa produção era escoada diretamente na maior cidade próxima, Campo Grande, ou na cidade de Aquidauana. Alguns colonos preferiam revender o resultado de seu trabalho ao Sr. Egídio Zambelli, dono do armazém local, que tinha uma função semelhante a de um ‘atravessador’: colocava a produção no mercado de outras cidades. Havia ainda o *changueiro* com quem também negociavam. Tratava-se de uma pessoa, dona de uma carroça puxada à cavalo, que comprava dos colonos galinha, ovos, o que havia de produção para ser vendido e trazia para a feira de Campo Grande. E aos moldes de um tropeiro, levava de volta a carroça carregada de encomendas dos colonos. Coisas que o comércio local não tinha condições de oferecer.

O Governo do Estado, para atender a demanda e necessidade dos colonos, adquiriu algumas máquinas agrícolas, tratores, ferramentas, que eram emprestadas aos agricultores estrangeiros e brasileiros. Com tal suporte eles podiam beneficiar seus produtos agrícolas, como atesta o depoimento:

“-A gente ia lá, na Direktorie, e eles emprestavam as máquinas, o trator pra arar a terra. Ia lá, escrevia o nome e pronto. Meus avós tinham plantadeira ,bico de pato...tudo puxado a animal .Não sei quem deu, não veio da Direktorie”(Adolf Otto Fluhr).

Dona Maria Wehner reporta-se, entretanto, a outras Colônias que existiram na região, mas que tinham um perfil distinto da colônia em questão:

“Minha família veio direto para Colônia de Miranda..., segundo o que mamãe e meus irmãos contavam. Eu nasci numa assim, na Fazenda Serradinho..., aqui mesmo (em MS) eram muitos negros e bugres naquela fazenda..., uma fazenda com muita fartura..., a gente era empregado da fazenda, ganhava salário..., mas ficava tudo no armazém. O gozado, que me lembro, era que na Alemanha meus irmãos nunca tinham visto negros, e quando meu irmão menor via um deles aqui na fazenda, se escondia debaixo da cama..., com medo...(risos). Depois foram se acostumando e gostando... Quem ajudou minha mãe no meu parto foi uma bugra!” (Maria Wehner).

Muito provavelmente D. Maria esteja se reportando a Furril Pires e a Bocaina, perto da região de Miranda, mas a constituição delas diferenciava-se da de Terenos. Eram mais distribuidoras de tarefas e trabalho. A de Terenos propunha-se a congregar as famílias para que pudessem cultivar a terra, mesmo a do cerrado, com tecnologia superior à que era aplicada no Estado. Também lhes era dada a possibilidade de aquisição de lotes de terra, tornando-os proprietários em potencial. Isso não era possível onde alguns colonos trabalharam anteriormente, apesar de terem tido um salário e, como os colonos de Terenos, a passagem paga:

“Eles vieram da Áustria (os avós e pais) para São Paulo, primeiro...,tudo pago. Na fazenda tinham um salário..., coisinha pouca, que nunca sobrava..., ficava tudo no armazém...”(Oskar Pelzl).

“A família de meu pai (Fluhr) e de minha mãe (Meins) veio direto pra cá,...como imigrantes...inclusive com a viagem paga desde Hamburgo”(Adolf Otto Fluhr).

“Meus pais vieram primeiro pra fazenda em Miranda...,tinham visto de estrangeiro com permanência definitiva, porque vieram pela imigração... Não pagaram a viagem..., na fazenda a gente estava sempre

devendo...aí, minha mãe resolveu abandonar as dívidas e vir pra Terenos”(Maria Wehner).

“A gente veio como imigrante, bem entendido, né?...A viagem paga, né?... , mas na fazenda em São Paulo a coisa era outra...”(Elisa Masch Wehner)

O idioma falado na Colônia, entre os colonos, era o alemão, língua materna da maioria. Mas essa não era a única causa, pois não devemos nos esquecer que húngaros, poloneses e búlgaros possuíam também conhecimentos do idioma alemão, por questões de dominação política. Conseqüentemente a língua alemã se impunha. A língua portuguesa só se fazia necessária para estabelecer contato com os poucos brasileiros ou com os outros estrangeiros. Esse dado, entretanto, não implicou a manutenção lingüística. Com o tempo, com a perda dos pais ou avós, e a própria dissolução da Colônia, levando cada um deles para lugares diferentes, não tiveram mais com quem falar alemão e acabaram relegando o idioma de seus ascendentes ao segundo plano, aceitando a ‘imposição’ da língua portuguesa de maneira tranqüila, a ponto de muitas famílias terem perdido o aprendizado da língua alemã adquirido na infância.

“A gente só falava alemão em casa, com meus pais...Acho que ainda sou capaz de falar um pouco, mas misturo muito, como você viu, né? Habe vergessen , esqueci !”(Elisa Masch Wehner).

“Eles falavam alemão (os pais) o tempo todo e a gente também. Mas, hoje, é como eu falei, a gente se embanana, né? ... A criançada falava tudo misturado entre si...., com o pai conversávamos mais em alemão..., mas...a gente (ele e os irmãos) misturava também muito “(Adolf Otto Fluhr).

“Em casa o finado meu avô falava só alemão, a gente também. E mantinha os costumes caseiros da Áustria. Ich kann noch Deutsch sprechen! (Eu ainda falo alemão!), mas esqueci muito. Minha mulher não fala, meus filhos também não, então...”(Oskar Pelzl).

“Em casa a gente falava só alemão, eu ainda falo um pouco, mas acho que misturado com dialeto..., a gente conversou em alemão, o que a Sra. acha? Teve colono que nunca aprendeu português, sabia? O meu sogro (Wilhelm Vollkopf) morreu sem saber falar português. Lá na casa deles todos falavam só alemão, sempre !” (Olga Schleich Vollkopf).

“Com meus pais a gente só falava alemão, o tempo todo , por isso não esqueci nada, como a Sra. pode constatar, né?” (Ernst Haberland).

“Eu achava, entendeu, você chega num outro país, você precisa aprender a língua e se sujeitar as normas deste país, entendeu?...senão, porque não volta, entendeu? Além disso, minha mulher não fala alemão...” (Max Wolfing).

“Meu pai morreu logo e ele falava muito pouco português. Minha mãe não sabia nada, naquela época. Em casa ela sempre falou alemão com a gente, sempre..., por isso a gente sabe alemão até hoje “ (Maria Wehner).

“Aqui ninguém fala alemão. Claro que a gente entende um pouco..., se ouvir vai lembrando..., como aconteceu quando estive na Alemanha...”(Geraldo Schiemann).

Apesar do convite aos colonos estrangeiros e a oferta de terras o Governo do Estado não os preparou para a realidade local, sequer tiveram acesso ao ensino formal da língua portuguesa. Isso nos assegura que no caso específico de Terenos o mecanismo de transmissão em forma de ação e observação foi determinante. Viram-se obrigados a aprender a língua local no convívio com os poucos brasileiros e tiveram que adaptar-se rapidamente ao tipo de clima e alimentação.

“- Mamãe aprendeu português ouvindo... né?, as crianças também. Mas sempre é mais fácil, né? Tem vizinhos, brincadeiras..., além disso, mamãe tinha que trabalhar muito, muito....e quando chegava à noite tinha a filharada pra olhar”(Maria Wehner).

“Ah, iam aprendendo..., meu pai trabalhou para o Sr. Zambelli, era um casal de italianos,... ele e minha mãe, passava o trem da Noroeste, o de passageiro, e eles iam vender pão, bolo...a sra. Zambelli fazia, e eles vendiam na estação...tinham que falar, né?,, e iam aprendendo aos poucos....”(Adolf Otto Fluhr).

“Ia ouvindo, repetindo..., se virando, né? E assim foram aprendendo....”(Olga Schleich Vollkopf).

“A gente só falava alemão, mas ia aprendendo português...assim, na rua...de ouvir,...de orelhada, né? , principalmente os mais velhos, né?”(Ernst Haberland).

“Minha mãe cozinhava, meu pai trabalhava com café, lá em São Paulo, na fazenda,...e iam ouvindo português....e foram aprendendo..., a gente também, bem entendido, né?”(Elisa Masch Wehner).

“Iam aprendendo devagar ..., com a gente, com os filhos...; Foram aprendendo aos poucos..., falando enrolado,uma palavra aqui, outra ali..... Mas, por fim, passado um ano já dava pra se entender “(Silvio Cesco).

Poucos foram os alemães, como o Sr. Wilhelm Vollkopf – oficial reformado do exército alemão e marceneiro por profissão- que não aprenderam a língua portuguesa ou que se isolaram da comunidade, como os Staeger, cujas filhas vivem ainda hoje à margem da realidade local. Há inclusive um fato que ilustra o problema lingüístico, com o qual se deparou um desses que não falava português:

“-O irmão de meu marido,...eles ‘ tavam’ passando veneno e ele se intoxicou, acho,...ficou doente. Levaram pra Campo Grande e no hospital o médico receitou 1 comprimido de 4 em 4 horas. Ele voltou e tomou 4 comprimidos de 1 em 1 hora! Morreu! Eles entenderam tudo errado, né?(Olga Vollkopf).

“-Os Staeger ainda vivem no mesmo lugar..., as filhas, bem entendido, né?...Eram muito esquisitos. Não sabiam

português...Até hoje são gente esquisita...”(Elisa Masch Wehner)

“-Os Staeger vivem aqui perto. Mas é capaz das filhas não receberem a Senhora. Sempre foram muito estranhos. Agora,, .não faz muito tempo, uma filha teve que ir pro hospital em Campo Grande..., foi a primeira vez que saiu de Terenos! O médico ficou bobo!”(Eva Bacargi Wehner).

Vieram, sem dúvida alguma, de encontro a um isolamento geográfico e a todo um sistema de vida bem diverso do conhecido por eles. Traziam em suas bagagens um acervo de conhecimentos e de instrumentos na tentativa de interpretar a nova terra. Conhecimentos geradores de um saber interpretativo, tão importante quanto o científico e que os ajudou na luta pela inclusão na sociedade local - um dos itens que diferencia a colonização alemã em Mato Grosso daquela que aconteceu no Sul do país. Depararam-se com adversidades, com a abordagem da diversidade cultural, da solidão, nostalgia e isolamento.

“-Sofremos muito, a finada mãe chorava muito pra voltar.....”(Oskar Pelzl).

“Mamãe pensou em se matar..., pular no poço e matar os filhos..., mas meu irmão não deixou....”(Maria Wehner).

“No começo foi difícil..., eles passaram mal..., mas foram acostumando...” (Adolf Otto Fluhr).

“Olha, foi difícil ! Tudo muito difícil.... A mulher do Staeger quis se matar várias vezes....”(Olga Matilde Vollkopf).

“- Muitas vezes vi a mãe chorar...de noite..., depois foi acostumando....”(Elisa Masch Wehner).

Tal isolamento e nostalgia se ampliavam, pois a Colônia distava cerca de 30 km do maior centro urbano, a cidade de Campo Grande, e o trem de passageiros não era diário.

“- O trem passava 3 vezes por semana. O de passageiros saía de Bauru, pernoitava em Araçatuba, passava por aqui com destino a Porto Esperança “(Silvio Cesco).

A par disso devemos considerar que essa distância tornava-se muito maior, pois a estrada de terra cruzava fazendas, porteiras, corcoveava pelo terreno um pouco acidentado. Quando não se tinha o trem, ela era coberta no lombo de burros ou cavalos, na direção de ‘fordécos’ velhos e até mesmo à pé, como nos reporta o Sr. Haberland.

No caso de Terenos não havia autoridade eclesiástica alguma e o papel desempenhado pela religião serviu somente para congregar a família à noite para entoar alguns cantos religiosos. Constatamos que a maioria dos colonos vindos para Mato Grosso em 1924 era católica, mas não demonstrou muita preocupação em alimentar sua fé. O reunir-se à noite para ler os missários e cantar hinos alemães, sob a nossa ótica, não tinha uma ligação direta com a religião ou a fé propriamente. Era na verdade um ritual de preservação da cultura materna, dos usos e costumes dos ancestrais. Esse momento de reclusão era dedicado ao poder ‘*geniessen Heimweh*’- curtir saudades, sem constrangimento, além de estabelecer o exercício do contato com a pátria distante, já que isto era escamoteado durante o dia pelas inúmeras diversidades e adversidades que os envolviam. Não por acaso tais encontros familiares davam-se à noite e não nas manhãs de domingo, por exemplo. O núcleo familiar, portanto, foi o único responsável pelo esforço de manter a ligação com a cultura de origem, de preservar a identidade étnica, enfim.

“Minha mãe era católica e nunca deixou de ensinar a gente, mas...não havia igreja na Colônia..., aliás não havia igreja em Terenos. De vez em quando aparecia um padre, ou um pastor, pra fazer batizado, crisma, casamento..., o povo ia de carroça prá Terenos, quando vinha o juíz de paz, pra casar....., depois em Campo

Grande a gente passou a freqüentar a igreja... Na Colônia, em Terenos, a mamãe tinha o hábito de reunir a gente à noite par ler o missário em alemão e cantar hinos, tudo em alemão..., sei alguns até hoje”(Maria Wehner).

“Igreja mesmo, não tinha ! Às vezes ia um padre daqui de Campo Grande rezar missa..., minha família é católica, mas nem me lembro onde era que eles rezavam a missa , sabia? Meu pai e minha mãe se conheceram e se casaram na Colônia. Foi o primeiro casamento na Colônia,...a foto mostra a festa..., inclusive eu fui o primeiro filho de imigrantes alemão que nasceu naquela época, na Colônia Velha...em 1929... “(Adolf Otto Fluhr).

“Que igreja ?! Não tinha nada , nada, nada... Mas meus pais eram católicos..., mas não tinha igreja “(Oskar Pelzl).

“Não tinha igreja em Terenos, não. Nenhuma. Só muito depois... “ (Débora Mathias Cesco)

-“A minha família era luterana..., mas não tinha igreja na Colônia...”(Elisa Masch Wehner).

Não só os casamentos e nascimentos obedeciam a fé católica, mas o ritual da morte também. Os óbitos eram administrados de maneira singela; na falta de cemitérios os corpos eram enterrados no fundo das propriedades envoltos em mortalhas, como ditava o costume da época.

“-Quando morria...enterrava no fundo da chácara, entende? “ (Elisa Masch Wehner).

“No caso de morte, enterrava lá no fundo da propriedade. Depois, quando teve o cemitério, enterrava lá, com os brasileiros..., (p. 128 bis) não tinha nada separado...” (Maria Wehner).

“Quando alguém morria, enterrava ali mesmo, no fundo da chácara”(Oskar Pelzl).

“Enterravam no fundo das casas. Só depois, quando teve o cemitério, é que se enterrava lá..., o pessoal da Colônia, o

pessoal da cidade... A Elvira (Mathias, cunhada dele) está enterrada lá “(Sílvio Cesco).

Apesar de serem várias as Ordens Religiosas Católicas atuando em Campo Grande, nenhuma se sentiu responsável pela vida religiosa do colonos de Terenos. Os Franciscanos alemães da Província de Turíngia, conhecida como Fulda, chegaram às terras do Mato Grosso em 1938. Entretanto, em 1859, Frei Mariano, padre capuchinho, já havia aberto uma catequese de índios Terena perto da cidade de Miranda, que tinha nos seus arredores *“numerosas aldeias com cerca de 2300 índios”* (KNOB,1988, p.27). A Igreja Luterana, por outro lado, que tinha missionários que certamente percorreram as terras do Mato Grosso, teve seu estabelecimento como grupo religioso no Estado em 1968, na cidade de Naviraí. Tratava-se da Igreja Evangélica Luterana do Brasil, ligada ao Sínodo Evangélico Luterano de Missouri. A Igreja Evangélica Luterana, subordinada à Evangélica Luterana Alemã, conhecida como tradicional, entrou em Campo Grande em março de 1971. O Pastor Knoch, luterano tradicional, entrevistado por nós e falecido em 1999, veio do Rio Grande do Sul para o Mato Grosso, para a cidade de Dourados, em 1964 (*“im Auftrag der Kirche”*, à serviço da igreja). Percorria todo o sul do Estado, localizando alemães e seus descendentes, dando-lhes assistência religiosa.

Com a constituição do município de Terenos, em 1930, a Igreja Católica começou ali, a princípio timidamente, seu trabalho religioso.

A alimentação foi um item importante e curioso nesse aprendizado ao qual se sujeitaram os colonos estrangeiros:

“A alimentação era muito esquisita pra gente... , arroz, feijão, mandioca..., muito esquisita..., vagem de vara... Não tinha carne..., não tinha verdura..., a gente comia caruru, conhece?, dá no mato, a gente cozinhava e comia como se fosse verdura..., ‘aberdoega ‘ tinha muita também.

Isso no começo, bem entendido. Não dava pra comer comida alemã, não tinha as coisas pra fazer! “(*Elisa Masch Wehner*).

“A comida era diferente..., eles estranhavam..., mas a Senhora diz que ele (o pai) falava nas cartas para os amigos da Alemanha muito sobre as frutas..., as bananas, os abacaxis, as laranjas, né? Isso devia ser bom, né? Eles deviam gostar, né?” (*Adolf Otto Fluhr*).

“Era comida de brasileiro..., arroz, feijão, carne seca e mandioca...” (*Narcisa Macedo Pelzl*).

“A comida era arroz, feijão, mandioca..., mas o finado pai plantou de tudo, depois, e a gente tinha um rocinha bem boa” (*Oskar Pelzl*).

“Olha, a gente comia arroz, feijão, mandioca..., que a gente chamava de ‘pão brasileiro’, caruru, um matinho que dá na plantação,...feijão de corda,...não tinha carne..”. (*Olga Schleich Vollkopf*).

“Mamãe estranhou a comida desde o navio..., mas tinha que acostumar. Comia mandioca, ‘aberdoega’, caruru, arroz, feijão...” (*Maria Wehner*).

Quanto à preservação do conhecimento da culinária alemã, dos pratos típicos:

*“Olha, eu quase não conheço comida alemã! A única que minha mãe fazia era aquele pão alemão ,o **Bauernbrot**, né? e o **Sauerkraut** (chucrute), né? Ela fazia muita sopa...,sopa de cerveja com repolho...”* (*Olga Mathilde Vollkopf*).

“Não dava pra fazer comida alemã. Fazia lá umas batatas..., a sopa de cerveja...” (*Maria Wehner*).

*“Meu pai e minha mãe cozinhavam bem. Mas era difícil fazer comida alemã. Não tinha **Wurst** (salsicha, frios em geral), aqueles queijos... Era repolho, batata..., essas coisas..., fazia pão de mel, **Lebkuchen**,... essas coisas”* (*Elisa Masch Wehner*).

“Em casa do finado meu avô se mantinha os costumes caseiros austríacos..., faziam as comidas que dava pra fazer...”(Oskar Pelzl).

Interessante pontuar aqui alguns detalhes da cultura européia que os colonos preservavam e que chamavam a atenção de brasileiros ou dos outros colonos:

“Os búlgaros tinham o costume de fazer ovos pintado na Páscoa. Lembro-me até hoje das cestas que tia Elvira ganhava...”(Elisa Cesco).

“ Na época de Natal, Páscoa, meu pai era muito rigoroso. Fazia ovinhos, escondia..., tapeou a gente até depois de grande com esse negócio de Nikolaus (Papai Noel). Ele criava toda uma fantasia, que a gente chegava até a ver o coelhinho, o papai noel... ele mesmo fabricava nossos brinquedos. Gostava muito do primeiro de maio, era especial pra ele..., não sei por quê...(Adolf Otto Fluhr).

“Quando a gente morava na chácara dos alemães, mamãe fazia a gente cantar hinos alemães à noite..., tinha árvore de Natal, essas coisas...Sei hinos de Natal até hoje!”((Maria Wehner).

“- Os búlgaros comiam muita semente de girassol. Punham aquilo na boca e as descascavam com a maior rapidez..., ficava cheio de cascas ao redor deles, pareciam piriquitos...(risos)”(Maria Wehner).

À expectativa que traziam os referidos colonos em suas bagagens agregava-se a esperança de liberdade e vitória sobre o novo *habitat*, como pudemos constatar em correspondências trocadas com amigos na Alemanha e que as famílias entrevistadas nos permitiram ler, cartas de 1924, 25 e 26 (p. 106 bis). O costume de se corresponder, muito comum entre os alemães, obrigou a Intendência a criar uma agência de correios em Terenos:

“- Reclamavam muito os alemães, que não tinha lugar para correspondência, não tinha quem entregasse...e não tinha mesmo, né? A gente fazia um favor e guardava ali conosco, na Estação...Agora..., papai conhecendo Leonel Gomes de Barros, Diretor dos Correios em Corumbá, escreveu uma cartinha para ele, explicando a situação. Imediatamente ele perguntou se havia alguém para o posto. Meu pai disse que tinha eu, ...de 15 anos, podia exercer esse serviço. Só que eu era novo e eles usaram o nome de mamãe – Emília Cesco , que era colona italiana..., mas quem na verdade fazia o serviço era eu! Aí os alemães gostaram muito, os outros também. Tinha muita correspondência...,jornais...,revis-tas...,mandavam pacotes de cigarros alemães para os amigos daqui..., parentes que tinham... Agora... dava pra se notar que entre os alemães, que era a maior quantidade, se recebia muito mais... Tinha a Major Naumann , major reformado do exército, homem preparado, esse recebia muita, muita correspondência...,cigarros, trenas...,coisas bonitas que tinham os alemães...as folhinhas anuais, grossas, com paisagens lindas! Eu pedia para fazer quadrinhos e ele dizia ‘eu guardar pro senhor’ e depois me dava”(Silvio Cesco).

Apesar do hábito de se corresponder não houve em Terenos uma atividade de imprensa ou algo similar, o que, do ponto de vista lingüístico, poderia ter contribuído para a manutenção do idioma alemão. Provavelmente, para tais imigrantes a fixação em Mato Grosso, o lidar com uma natureza agreste, mas exuberante, imprimia-lhes uma luta muito maior pela sobrevivência. Ao menos, maior do que aquela a que estavam acostumados. Não sobrava tempo para outras atividades, além daquelas para a manutenção das necessidades básicas e vitais. A despeito do espaço físico amplo faltava-lhes ‘espaço’ para conservação dos lazeres e dos hábitos adquiridos no país de origem. Mesmo assim, criavam esses momentos

ao promoverem festas e reuniões para cantar, o que se tornava outro item responsável pelo esforço da manutenção da identidade étnica e que incluía igualmente, a família.

“- Havia muita festa na Colônia. Eram muito alegres..., os alemães..., tocavam sanfona, violão... Sempre convidavam a gente..., a gente era moço, né? “(Silvio Cesco)

“- Meu pai tocava bandolim, meu tio violino..., formavam um grupo na Colônia e tocavam nas festas...”(Adolf Otto Fluhr).

“- Os próprios colonos tocavam muito...nas festas alemãs. Eu também aprendi a tocar...sanfona. O Bruno, meu irmão, era sanfoneiro..., o Hoffmann tocava e dançava que era uma coisa medonha de lindo...”(Oskar Pelzl).

“-A gente cantava muito. Não tinha luz...e quando era tempo de lua, a entrada da chácara era de eucalipto, né?,...ficava bonito!..., aí, sentavam os Meins (Heinrich e Karl Meins), os Haesbohrer (Hermann Haesbohrer)..., ajuntava todo mundo, toda alemãozada... ,mamãe fazia bolinhos..., a gente cantava..., tocava... Os homens cantavam muito bonito! Tudo em alemão...”(Olga Schleich Vollkopf).

“- Divertimento?...Era serviço! (risos)...Tinha muito baile na casa do seu Gustav (Gustav Pelzl), a gente passava a noite bailando..., tinham aqueles alemães..., não me lembro os nomes deles..., tocavam muito,...tocavam sanfona, violino,...tinha muito violeiro...”(Narcisa Macedo Pelzl).

“- Trabalhei com a família Zambelli e a gente tinha contato com os alemães, muito contato. Geralmente eram educados..., alegres, muito alegres.... Faziam muita festa na Colônia Velha...”(Demétria Veiga).

Embora festejassem e trabalhassem muito, segundo os relatos, viram-se diante de muitas doenças desconhecidas, sendo a maleita a pior delas. Como não havia serviço médico, ou mesmo

médicos nas cercanias, os Colonos solucionaram esse impasse como puderam:

“Tinha o Sr. Johann Laubmeister..., o pai era médico, professor de medicina em Hamburgo,...ele veio visitar o filho, estava aborrecido porque o filho veio pra cá comer mandioca, carne seca...enfim, ele veio e ficou sendo o médico. O filho traduzia tudo. Eu estive lá com um amigo, e a gente queria falar, explicar tudo o que sentia, meu amigo estava com hemorragia no nariz..., o velho Laubmeister mandou a gente calar a boca e disse pro filho que o médico era ele(risos)... Tempos depois foram embora, ele e o filho”(Silvio Cesco).

“Tinha o Major Sinfrônio, alemão,...ele entendia de medicina e era ele quem manipulava as cápsulas de quinino contra maleita. Ele fazia o papel de médico na Colônia”(Deborah Mathias Cesco).

“Tinha aquele alemão..., esqueci o nome dele!,...que dava uma de médico e cuidava da gente da Colônia. Senão a gente vinha pra Campo Grande, pro hospital. Eu mesma vim, quando tive maleita...Vim tremendo..., deitada no trem,... a viagem era longa e não havia trem todos os dias, né?”(Maria Wehner).

Por outro lado lemos em um dos Relatórios do Intendente Geral Arnaldo de Figueiredo (1926, p.31) apresentado à Câmara Municipal de Campo Grande em 1 de dezembro de 1926, o seguinte:

“Cabe-me aqui consignar os serviços medicos prestados gratuitamente à colonia pelos clinicos Drs. Vespasiano Martins e Arthur Jorge, que, por várias vezes e em casos diversos, atenderam com a maior solicitude os doentes que dependiam de assistencia medica, sendo que alguns ficaram hospedados nesta cidade por muito tempo.”

Talvez esse atendimento médico tenha sido oferecido nos primeiros anos, de 1924 a 1926. O referido relatório menciona ser Terenos um núcleo de colonização, “*que podemos considerar como o primeiro existente no Estado e com caracter definitivo*”. Aponta ainda, que são “*elementos de procedencias varias*”(FIGUEIREDO, 1926, p.29 e 30). Queremos então pontuar que os alemães vindos para Terenos a partir de 1924, vieram mesmo das mais diversas regiões da Alemanha: Trier (sudeste), Hamburgo (norte), Mainz (centro-oeste), Madgeburg (noroeste), à guisa de exemplo. Talvez, por essa razão, não tenham se constituído em grupo único, falando um único dialeto e cultuando padrões sociais da província de origem, como aconteceu no Sul do país. Além desse fato, a maioria possuía uma certa elaboração em sua formação escolar -marceneiro, cozinheiro, oficial do exército, pedreiro, construtor, padeiro, negociante, etc: não eram *Landwirte*, camponeses, simples homens do campo.

Observamos em conversas com a segunda e a terceira geração que seus pais e avós falavam o idioma padrão, o *Hochdeutsch*, e não identificamos nenhuma influência lingüística gritante de um dialeto no falar daquela gente. Igualmente não percebemos um linguajar teuto-brasileiro, a não ser referências a costumes brasileiros de uma maneira peculiar, o que é próprio de um grupo estrangeiro: ‘*das brasilianische Brot*’ = pão brasileiro, por exemplo, para mandioca.

Constatamos que a comunidade em questão foi composta por um grupo de imigrantes quase que culturalmente homogêneo, a despeito de serem originários de regiões alemãs distintas - o que denotaria um padrão lingüístico desigual, devido a influência dos dialetos. A bem da verdade foram obrigados a relegar ao segundo plano as peculiaridades regionais para poderem conviver em harmonia. Talvez por essa razão tenham sido obrigados a cultivar a língua-padrão, o *Hochdeutsch*.

A germanização de termos foi inevitável, mas provocada por encontros silábicos ou vocálicos desconhecidos na língua alemã

(*algodón; salón; achuda=ajuda; chaca=jaca*). Percebemos principalmente a ‘simplificação’ de nomes próprios alemães no intuito de facilitar a pronúncia para os brasileiros (*Pelzl=Peusi; Wehner=Vener; Vollkopf=Focófe; Haesbohrer= Resbóra*), além das traduções (*Wilhelm=Guilherme; Karl=Carlos; Helga=Elga*). Observamos, ainda, que a expressão impessoal alemã *es gibt* foi abrasileirada para *es hat*, numa tradução literal do nosso *tem*, no sentido de ‘haver’ ou ‘existir’. Isso a título de ilustração, já que o objeto dessa pesquisa não está centrado na lingüística.

Terenos foi privilegiada com um grupo de alemães que além da formação profissional, traziam em suas bagagens demonstrações concretas das diferenças encontradas a seguir, no cotidiano:

“Tinham uma bagagem enorme, 15, 20 baús, enormes. Tudo cheio de coisas finas...colheres de prata, facões, jogos de porcelana...Quando a coisa foi apertando e eles precisavam de dinheiro, então vinham na Estação e perguntavam se a gente não queria comprar algo..., iam vendendo aos poucos para obter dinheiro, pra manter o padrão”(Silvio Cesco).

“Os alemães trouxeram muita coisa..., grande parte das ferramentas, tudo coisa muito boa...Trouxeram escondido no fundo dos baús, cobertas...bem protegidas...”(Oskar Pelzl).

“Trouxeram muita ferramenta da Alemanha..., meu pai lidava com carpintaria também, fazia os brinquedos da gente, as coisas...Trouxeram as pratas, as porcelanas, vários quadros.. Meu avô dizia que muita coisa tinha sido roubada ainda na alfândega, pelos federais mesmo....Dizia que eles separavam o que queriam assim na frente deles mesmo”(Adolf Otto Fluhr).

Tais afirmações denotam também o total desconhecimento deles em relação à região para a qual seriam encaminhados. Assegura-

nos, igualmente, a inexperiência desses colonos no que diz respeito à agricultura.

...E AÍ, RESOLVERAM PAGAR UM PROFESSOR

No que tange a formação escolar também observamos diferenças em relação ao vivenciado pela experiência imigratória no Sul do país. Como acreditamos que a função da educação é a de dar condições ao aluno de desenvolver sua consciência pessoal e social, o núcleo familiar, mais uma vez, teve um papel decisivo, no caso dos colonos de Terenos. Não aceitaram que seus filhos ficassem sem a instrução que lhes parecia necessária e possível naquele momento. Buscaram uma alternativa na contratação de um professor brasileiro aposentado, deixando explícito o cuidado com a valorização da educação, também num contexto de vivência humana em geral, já que a escola congregava qualquer aluno, desde que estivesse imbuído do espírito do aprender.

“Aí, lá chegando, também não tinha colégio, não tinha colégio nenhum. Aí, depois, mamãe começou a conhecer outras famílias que tinham filhos em época de estudar..., aí, resolveram pagar um professor. Tinha um comerciante, o Zambelli, italiano, que conhecia um professor aposentado e aí, eles cederam um galpão para fazer um colégio. Então, foi assim..., o professor era brasileiro, professor muito bom, ele puxava muito(...), dava aulas em português..., tinha também alunos brasileiros, né? Então, todos os pais ajudavam a pagar o professor. A escolinha não teve nome, não!, porque foi fundada pelos próprios alunos. Ficava a 1 km da Estação de Terenos. A gente ia e vinha, 2 kms,né?” (Maria Wehner).

Em Terenos de 1924 não havia nenhuma estrutura escolar, ou alguma benfeitoria, esperando pelos colonos, como já reportado.

As autoridades mato-grossenses não lhes proporcionaram uma escola, à princípio. Algumas famílias com filhos em idade escolar se reuniram e contrataram um professor, como mencionou Dona Maria Wehner. Esse não foi um caso isolado, há referências a outras ‘escolas’:

“- Estudei lá! A escola não tinha nome, não tinha série, era tudo junto. Ficava ali na corrutela de Terenos, na entrada da Colônia. A minha professora chamava-se Diair Camargo. Acho que ela foi a primeira (professora) lá” (Narcisa Gomes de Macedo Pelzl).

“- A Diair conheci, sim! Lecionava num galpão cedido pelo Zambelli. Ela veio primeiro, a família dela veio depois..., deu aulas ali por volta de 1927/28. Mas ela dava aula aqui no núcleo central, na entrada da Colônia” (Demétria Veiga).

A escola a qual se refere a Sra. Narcisa estava localizada na Vila mesmo, perto da Estação Ferroviária. Tratava-se de uma classe mista, multiseriada, com cerca de 40 alunos, formada pela Professora Diair em 1927/ 28 , assim que chegou à Vila de Terenos.

É muito interessante a constatação da criação espontânea dessas salas de aula ou escolas, que aconteciam em um momento político em que se debatia a possibilidade da escola ser um dos instrumentos que poderia levar à interiorização da idéia de que os conhecimentos que fossem tratados de uma maneira mais genérica ou generalizante seriam superiores aos conhecimentos, aos saberes particulares e/ou regionais (KREUTZ, 2000).

O Sr. Oskar Pelzl reporta-se ao aprendizado com os irmãos e pais, o que era o mais comum, mas menciona mais adiante ter aprendido a ler e a escrever sozinho e “*um pouco no colégio, uns 3 ou 4 meses*”, pois a escola estava localizada longe, cerca de 5 km da chácara de seus pais, o que também foi verdade para outros colonos crianças.

“Nunca estudei em colégio. Aprendi tudo com meu pai e minha mãe. Meu pai era muito enérgico...Meus irmãos ensinavam a gente a ler e a escrever...Eles tinham freqüentado escola na Alemanha. Sabe, a escola era muito longe..., muito longe, a gente pequena... Olha, a gente aprendia tudo com os outros e com a família... Até fazer parto..., ninguém sabia direito...mas tinha as mais velhas, sempre alguém sabia um pouco e...tinha que nascer...e nascia, né? A gente ia aprendendo... ”(Olga Schleich Vollkopf).

Sempre há referências à distância e a todo um aprendizado adquirido em casa com os pais e irmãos mais velhos, que freqüentaram escolas públicas no país de origem. Ao que tudo indica essas primeiras informações adquiridas com os familiares eram na língua materna. Justamente por essa razão a escola pública deve ter tido para eles um significado especial, pois ali lhes seria ministrado o ensino da língua portuguesa de maneira didática, pela primeira vez. O português seria o instrumento básico para a comunicação com a sociedade local, bem como elemento de integração.

Em 1929, a Lei n.1021, criou no Município o Distrito de Paz de Terenos, instalado em 1º de janeiro de 1930. Junto com ele chegou à Vila de Terenos a primeira escola pública, seis anos após a entrada das primeiras famílias alemãs. Foi instalada na cidade mesmo, sendo a professora Judite Nunes da Silva designada pelo Governo do Estado a ocupar tal posição. Os colonos, entretanto, tem “*uma vaga lembrança*” desse fato. Tal lacuna organizacional, ausência de escola, não impediu que a língua alemã falada em casa se perdesse já na segunda geração, mas as gerações seguintes não falaram mais a língua dos avós, salvo raras exceções.

A freqüência a escola pública na cidade, devido à distância que normalmente era coberta pelas crianças à pé, restringiu-se àquelas que residiam na Vila ou tinham seus lotes ali por perto. Mais

uma vez os colonos não se resignaram e criaram uma escola particular dentro da Colônia Velha, mais tarde administrada pelo Governo do Estado. O terreno foi doado pelo colono alemão Paul Zielinsky e a própria comunidade levantou um galpão de madeira e chão batido, que serviu de escola fundamental para os filhos da Colônia Velha. Frente às entrevistas, julgamos que isso tenha ocorrido logo após a criação da escola em Terenos, 1931/1932.

Ali lecionou a professora Elvira Mathias – que depois de casada passou a assinar *de Oliveira*. Ela era a filha mais velha de uma das famílias portuguesas que residiam na Colônia, tinha apenas a 4ª série do antigo primário, numa época em que o professor era valorizado por suas atividades. Viu-se diante de uma comunidade basicamente composta por alemães, que dispensam ao professor consideração especial. Fica claro nas entrelinhas das entrevistas o significado de um educador na comunidade, a quem se dirigiam para se aconselharem. Não podemos esquecer que em Terenos não havia igreja e possivelmente a professora Elvira tenha exercido seu carisma nesse espaço não preenchido por um padre ou pastor. Ela não deixou de ser um agente social atendendo a comunidade rural, talvez uma *Gemeindelehrerin* (*professora comunitária*), parafraseando KREUTZ (1991).

“A primeira professora que conheci aqui, foi a Elvira. A Déborah (Mathias Cesco) também deu aulas. Naquele tempo era pouca pessoa que podia dar aula. O pessoal adorava a Elvira, tudo perguntavam prá ela..., era assim uma consultora, né?”(Demétria Veiga).

“Quem não conheceu a Elvira!!...”(Adolf Otto Fluhr).

“Quando a Elvira dava aula na Colônia, ela morou conosco. Ela ficava lá em casa sempre que vinha lecionar. Era longe, ela morava mais prá cima, lá no núcleo central, e ficava aqui. Isso foi em 1928, 1929, 1930 “(Eva Baccargi Wehner).

O prédio da escola, situado em uma região alta, dominando a paisagem, ainda existe(p.115 bis): o galpão de madeira cedeu lugar a uma sala de alvenaria, tendo se projetado a construção para frente, em forma de U, sendo o centro uma área coberta, que provavelmente servia de pátio para recreio e entrada para as salas de aula. Ali reside, hoje, um casal e embora o prédio esteja de pé, perdeu sua função há muito, estando entregue ao mato, flores silvestres, roupas penduradas nas cercas e uma antena parabólica como bandeira. Mais tarde essa escola recebeu o nome de sua primeira regente: ‘Escola Municipal 8 de Maio Elvira Mathias de Oliveira’.

“-Aqui na cidade tinha pouca gente prá estudar!...Na Colônia tinha mais. As duas irmãs (Elvira e Déborah) deram aula ali. Da Judite não me lembro. Judite Nunes da Silva? Não me lembro! , mas a Diair Camargo eu conheci muito, ela deu aulas aqui, em 28/29... “(Demétria Veiga).

Infelizmente não encontramos documentos que pudessem nos informar sobre o que era lecionado, sobre o currículo das classes multiseriadas criadas em Terenos. Nossos depoentes, nossa única referência, deixam claro que as matérias se limitavam à necessidade do cotidiano deles: o aprendizado da língua portuguesa, leitura, noções de história e geografia, os fundamentos de matemática aplicados às necessidades que enfrentavam no dia-a-dia e muita tabuada. Não havia catecismo, ou qualquer orientação religiosa nas salas de aula. Não se lembraram se estudavam alguma coisa regional, história por exemplo.

“-Olha, era tanta Kopfrechnungen (cálculos de cabeça) e tabuada que até hoje sei fazer conta sem problemas. Lembro também de ditado, a gente fazia muito..., tudo em português. Claro que na época da escola alemã, a gente aprendia alemão, né?”(Maria Wehner).

-“Muita conta de cabeça, português, ditado, história...As aulas eram à tarde. De manhã a gente ajudava na lida do campo (p.85 bis),...sempre tinha uma coisinha pra fazer. Não lembro de livro,...a professora criava os textos junto com a gente”(Narcisa Pelzl).

“A gente cantava o hino nacional todos os dias. Mamãe comprava cadernos no Zambelli, mas livros..., cartilha,...não me lembro! Nós mesmos limpávamos a escola..., a gente varria, tirava as folhas e as teias de aranha...tudo era limpinho. Não havia uniforme, não me lembro disso, não”(Maria Wehner).

“-Tinha quadro-negro, mesas e cadeiras..., não eram carteiras!, e tudo era feito pelos colonos mesmos, os pais, né? Como a gente era aprovado, não sei, nem sei se havia assim um nível certo..., era tudo junto! (Adolf Otto Fluhr).

Ao que tudo indica os professores trabalhavam voltados para a realidade da comunidade, o currículo e todo o processo pedagógico vinha da própria comunidade e seu cotidiano. A ênfase nos cálculos de cabeça, por exemplo, nada mais era do que a preparação para a realidade do campo: poderiam necessitar calcular algo num lugar onde não houvesse papel e lápis à mão, no meio de uma plantação, e resolveriam o problema mentalmente.

“A gente fazia muito problema. Tinha que resolver quanto nasceu, quanto vendeu...um horror!”(Ernst Haberland).

“Fui pouco tempo na escola..., já sabia ler. Tinha aprendido em casa com meu pai e meus irmãos. Mas lembro que a gente fazia composição na escolinha...”(Oskar Pelzl).

Como a extensão da Colônia era grande, a comunidade formada por adultos alfabetizados e cômicos da importância da escolaridade, criou-se uma outra escola particular num espaço cedido pela família Fluhr (p.118 bis).

“Inclusive onde era a chácara do meu pai (Adolf Fluhr), o governo alemão, o consulado, que era representado pelo Sr. Wulfs naquele tempo..., ele montou um colégio acima da estrada...,um colégio alemão para crianças alemãs da Colônia terem aulas. Era a Deutsche Schule, sim! Inclusive veio um professor velho...,de cabeça e barba branquinha..., não me lembro agora o nome dele!...Isso aconteceu em 33/34, por aí... A gente aprendia alemão, fazia caligrafia em alemão, muita conta de cabeça..., só lembro isso ”(Adolf Otto Fluhr).

Os outros entrevistados fazem referências a uma *Deutsche Schule* (escola alemã), onde as aulas eram dadas em alemão por professores alemães “*na chácara dos Fluhr*”, bem como do professor alemão de cabelos brancos. Essa escola coincide com a época em que Hitler inicia sua ascensão política na Alemanha:

“Sim, meus irmãos estudaram lá! Havia uma Deutsche Schule na Colônia Velha..., eu lembro o nome do professor, Herr Baasch! Tudo em alemão! O material..., o professor trazia muita coisa”(Ernst Haberland).

“Teve uma escola, sim, mas era muito longe da nossa casa. E depois teve outra, mas era um professor que tinha estudado na Alemanha..., não me lembro o nome dele. Era só filho de alemão ali, as crianças aprendiam alemão e coisas sobre a Alemanha “(Elisa Masch Wehner).

“A Deutsche Schule era ali do outro lado do córrego, perto do André Hauhut e dos Bätz..., era um professor da Alemanha, ...era tudo em alemão, a gente só falava alemão,...era ali no galpão, à noite. A gente tinha 12 ou 15 anos, trabalhava ajudando durante o dia, ia na Deutsche Schule à noite, aprender alemão, contas, essas coisas”(Olga Vollkopf).

Essa escola freqüentada só pelos filhos dos colonos alemães talvez tenha sido a primeira tentativa não espontânea de manter a língua, os costumes, portanto, a cultura da comunidade teuta em Terenos, mas com forte vínculo político. Tendo sido organizada por volta de 1933 e sendo uma “deutsche Schule” deve ter sofrido influências do nacional socialismo alemão.

Infelizmente os depoentes não conseguiram, ou não quiseram, nesses nossos primeiros contatos se lembrar de rimas, versos, letras e melodias de músicas, etc. que certamente fizeram parte do cotidiano deles e das escolas que freqüentaram na Colônia.

Como já reportado havia na região central da Colônia uma casa bem equipada destinada à administração, denominada pelos alemães de *Direktorie*, uma germanização da palavra portuguesa ‘diretoria’- na língua alemã seria *Direktion* ou *Verwaltung*. A Diretoria teve como seu primeiro administrador o Sr. Valentim Nunes da Cunha, que providenciou ali um galpão destinado a sala de aula: “*Uma coisa é certa, a primeira escola da Colônia foi na Diretoria*”(Débora Mathias Cesco). Juntas concluímos que isto tenha sido por volta de 1927/ 1928, pouco antes de Terenos tornar-se Município de Campo Grande. Entretanto, como as distâncias de uma chácara a outra eram grandes, a menor distância seria de 3 / 4 km , freqüentavam ali as crianças que residiam por perto.

“Die Schule war in der Kolonie. Die Direktorie war daneben und der Lehrer hiess Alcides Borges Gomes de Matos, der war Brasilianer und die Schule war gemischt, deutsche und brasilianische Kinder “(Ernst Haberland).

(A escola localizava-se na Colônia. A Diretoria era ao lado e o professor chamava-se Alcides Borges Gomes de Matos, ele era brasileiro e a escola era mista, crianças alemãs e brasileiras.)

Aparentemente essas organizações espontâneas, mas impostas pelas circunstâncias, cumpriam seu papel local. Na medida

em que havia crianças em idade escolar, formava-se uma classe aqui, outra ali. Após a alfabetização das crianças, já com idade e força muscular para a lida na agricultura, aquela escola perdia sua razão de ser. Criava-se outra, onde houvesse um número maior de crianças em idade escolar, portanto onde a escola se fazia necessária. E assim sucessivamente.

Há referências ainda à uma escola na Colônia Nova, construída mais tarde e mais para o interior, longe da Estrada de Ferro. Segundo os entrevistados, o professor não era bom e as ‘autoridades’ mandaram-no embora, ficando a escola sem professor desde então. A Colônia Nova, cujas terras não eram boas, não tendo o êxito da Velha, não obteve muita atenção. As crianças dali freqüentavam as escolas ou salas de aula da Colônia Velha.

JUVENTUDE TEUTO-BRASILEIRA

“-E aí, quando começaram a falar de Hitler, surgiu a Juventude Hitlerista..(p.120 bis), foi depois da escolinha que fecharam, que acabou...Chamava Juventude Teuto-Brasileira, mas era só filho de alemão aí. Nessa época já os mais velhos ensinavam os mais novos, que não tinham condições para estudar, não tinham onde estudar...No sábado à tarde, no domingo, ensinavam tudo...Aí, quando apareceu a Juventude Hitlerista, aí apareceram os monitores... Eram nomeados monitores para ensinar jogos, brincadeiras, ensinar ginástica, ensinar tudo, né? Inclusive a falar alemão, que tudo mundo ali era filho de alemão”(Maria Wehner).

“Lembro que a gente brincava muito.. Eu participei da Juventude...,era embaixo de um manguezal grande, lá no Zielinsky, juntava todo mundo lá ..., tinha muitos jogos...,faziam aquela roda e brincava todo mundo..., era a

única diversão dali, né? Mas não era a Deutsche Schule, não!”(Olga Schleich Vollkopf).

“Os monitores eram alemães que nasceram na Alemanha e já moravam aqui, mas recebiam instruções da Alemanha. A gente recebia jornais, revistas..., não me lembro direito...Aos domingos assim a gente se reunia..., eu gostava porque tinha muita brincadeira...Ali a gente tinha uniforme e um distintivozinho assim, muito bonitinho, eu achava... Era saia azul e blusa branca para as meninas, os meninos de roupa cáqui e boné. Havia um laço, assim feito um lenço, que era azul, e uma espécie de argola pra segurar o lenço..., era uma espécie de Z com uma argolinha. A gente se reunia sempre onde tinha um quintal grande, uma casa grande, a gente se reunia, a gente ia lá fazer jogos, brincar, fazia de tudo..., em alemão”(Maria Wehner).

Segundo o que apuramos a *Deutsche Schule* e a Juventude Teuto-Brasileira não estiveram associadas, embora tivessem de alguma forma ajuda externa, muito provavelmente vindas da mesma fonte. Representava o Governo Alemão em Campo Grande o Sr. Wulfs, pessoa muito querida na comunidade local, responsável pela primeira relojoaria da cidade e tido como excelente profissional. Talvez, como representante do Governo Alemão tivesse sido ele o responsável pelo recebimento e distribuição de revistas, jornais e material para jogos recebidos na Colônia, além das informações políticas que, certamente, eram repassadas aos monitores.

O ‘Z’ a que D. Maria se reporta deve ter sido o raio, referência a Thor, deus do trovão, significando força e energia, que os integrantes da Juventude Hitlerista usavam, encontrado igualmente na bandeira do grupo, inclusive do grupo local (vide foto p.120 bis).

A idéia embrionária da *Hitler Jugend* é de 1922, mas só em 1926 tornou-se uma organização única sob o comando da SA - *Sturmabteilung*, tropas de assalto. O fato de Ernst Röhm, consultor militar de Hitler na Bolívia, estar sediado ali desde 1925 levantou

uma suspeita em nós (KOCH,1973). Ele também poderia ter sido o responsável direto pelo suporte humano e técnico recebido pelo grupo de Terenos. De qualquer forma esse grupo confirma, mais uma vez, a eficácia da educação informal: as crianças jogavam, brincavam e nem se davam conta do aprendizado.

“Depois que a gente conversou, eu fiquei pensando se eles não estavam mesmo fazendo a cabeça da gente...Conversei com a Elisa (Masch Wehner) e a Olguinha (Vollkopf) sobre isso e... acho que sim. Eles estavam fazendo propaganda política conosco, bem de mansinho..., a gente era criança..., queria brincar, jogar, pular...e nem percebia o que estava por detrás. Por isso tinham tanto material.. e sumiram de repente, né?, quando estourou a guerra, quando começaram as perseguições no Sul do país..., é pode ter sido isso”(Maria Wehner).

Todos atestam não terem sido incomodados durante o período da Guerra, o que não foi verdade para os japoneses em Campo Grande como nos reportaram os próprios entrevistados e nos reiterou o trabalho de BRITO(2000). Apesar desse estudo não contemplar os anos em que o mundo esteve envolvido na Segunda Grande Guerra, abordamos tal temática para tentar entender melhor a assimilação pacífica desses alemães à cultura local e o lidar calmo, embora imposto pelas circunstâncias, com as inúmeras diversidades, implicando em todo um aprendizado adquirido informalmente. Talvez a realidade deles tenha sido diferente da japonesa, pelo fato de todas as famílias terem tido contato com brasileiros, chegando mesmo a trabalhar em casas de famílias bem posicionadas política e socialmente. Esse fato lhes assegurou imunidade durante o recrudescimento da animosidade aos alemães no Brasil.

“Aí, eu fui trabalhar em Campo Grande. Trabalhei pro chefe do Banco do Brasil, né? Na Afonso Pena com a

Calógeras..., trabalhei de arrumadeira(...) Minha irmã, a Renata, também foi trabalhar em Campo Grande, nas casa do..., como chamava,...Dr. Vespasiano Martins”(Elisa Masch Wehner).

“Na época da guerra passamos mal, tivemos muito medo. É o seguinte, a gente não podia ouvir rádio, ouvir a Alemanha, mas meu pai tinha amizade com gente, assim, mais ou menos e disseram ‘escuta o rádio quieto, não deixa o vizinho saber’ e não tomaram o rádio de meu pai . Era amizade com um sargento do exército que morava ali em frente... O alemão ainda disfarçava, mas o japonês, com aquele olho dele...”(Adolf Otto Fluhr).

“Havia uma família alemã que lavava roupas para nós..., não me recordo o nome no momento, gente muito fina..., sempre tinham algo da chácara para trazer para nós(...) Os rapazes brasileiros namoravam as moças alemãs, não havia preconceito.. Durante a guerra não houve problema com os alemães.”(Silvio Cesco).

“Durante a guerra sempre tinha uma pequena discriminação, né? Mas não era agressão física, não. Só de desfazer, né? ...’olha. ela é filha de alemão’, essas coisas... Não deixavam a gente se reunir, essas coisas...”(Olga Schleich Vollkopf).

“Os alemães não foram hostilizados porque tinham um nível cultural mais alto e eram mais abertos, apesar de arredios. Eles participavam da sociedade local, trabalhavam com os brasileiros sem problemas, havia namoros entre alemães e brasileiros (...) Os alemães eram muito respeitados aqui...Na época as melhores máquinas que havia no Brasil eram alemãs. Todo mundo sabia que o maquinário alemão era bom e também se acreditava que o povo era correto, organizado, honesto, faziam um trabalho bem feito(...) Tinha o Wulfs, que todo mundo gostava; o professor de matemática, o Schmitt; o diretor do D.Bosco, o Greiner...tudo alemão...”(Theóphilo A. de Miranda Neto)

As referências a esse período denotam um certo receio e alívio. O fato de não ter olhos puxados e nem uma cor de pele tão distinta, como os japoneses, lhes assegurava um disfarce natural. Por outro lado, foram tidos como ‘*arredios*’, o que infere uma forma de defesa encontrada pelo grupo. Mas “*quando a gente era criança os guriis chamavam a gente de ‘barata descascada’, ‘rato branco’(risos), ‘alemão batata’,...essas coisas de guri, né?...*” (Maria Wehner), denotando que o ‘disfarce natural’ podia ser percebido por qualquer membro da comunidade.

Diferentes identidades culturais podem provocar freqüentemente crises e conflitos. No caso de Terenos, sob a nossa ótica, ela esteve fundamentalmente associada ao lidar com uma natureza agreste e ao estar distante de outros núcleos urbanos sociais. Não estavam preparados para lidar com a violência dos homens rudes das fazendas vizinhas e tampouco sabiam lidar com os ataques constantes de pistoleiros que estavam atrás de terras férteis. Essa ‘expulsão’ era muito provavelmente realizada com a anuência das autoridades locais que não os protegeram de tal violência.

“Era só bandido! Matava prá ver morrer. Mataram o Bleistein.... O velho Seidenfuss fez uma casa linda de pedra e quando ela estava pronta, atacaram para roubar e ele se defendeu e acabou morrendo no portão. Os netos, debaixo da mesa, pegaram uma espingarda e os dois seguraram e atiraram...Um horror!” (Oskar Pelzl).

“Era terra de bandido. Tinha um que matava só para ver o corpo tremer..., o João Pequeno. Os baianinhos da família Rodrigues, esses eram matador...Também ninguém pegava, não iam atrás, não tinha polícia...Eles acabavam voltando, mais tarde” (Olga Schleich Vollkopf).

Várias famílias foram atacadas e o índice de violência, assassinato e suicídio foi grande considerando a época e o número de habitantes. Sobre isso os depoentes não se sentiram muito a vontade

ao narrar, alguns até omitiram fatos ligados à própria família, numa clara demonstração da dificuldade de reconstrução da memória diante de fatos traumáticos do passado. Um deles, entretanto, chegou a elencar alguns fatos e nomes, admitidos depois, pelos outros, com um simples movimento de cabeça e um certo constrangimento:

“Olha, o Bleistein foi assassinado,...os Fluhr, a velha e o velho, também...tudo pra roubar, eles tinham uma casa, uma chácara, linda!..., aquele major, esqueci o nome dele, se suicidou,...o Otto foi assassinado também,...o velho Seidenfuss também foi assassinado no portão..., o Zielinsky se suicidou...,ih, um monte de gente! Muito bandido por lá” (Oskar Pelzl).

Talvez tudo isso somado tenha ajudado a disseminar o germe da falência da Colônia, anos mais tarde.

“O pai contava que teve gente que dormiu e não amanheceu. Sumiram! Ficaram com medo! Foram pra outras colônias, voltaram pra Alemanha, sei lá “(Geraldo Schiemann).

“O Sr. Hoffmann, muito amigo de papai, juntou um dinheiro e disse: ‘Seu Pedro, isso não é vida, vou embora, eu vou abrir um hotel em Santos.’ E foi o que ele fez. Disseram que deu certo” (Silvio Cesco).

“Muita gente voltou pra Alemanha ou foi pra São Paulo, depois...Vida difícil, sabe?” (Olga Vollkopf).

“Teve muito alemão daqui de Terenos que foi pra Prudente [a cidade de Presidente Prudente] anos depois,..” (Pastor Knoch).

“Eles acabaram cansando do trabalho, né? Muita gente foi pra São Paulo,... voltou pra Alemanha..., foi pra Campo Grande,...sei lá...” (Ernst Haberland).

Por outro lado, não podemos deixar de considerar as afirmações do Intendente Geral de Campo Grande, Arnaldo Estevão

de Figueiredo, registradas em seu Relatório (FIGUEIREDO, 1926), atestando já em 1926, sobre o êxodo de famílias, pois as mesmas não *‘revelavam qualidades e méritos para a vida agrícola’*(pág.30). Nesse relato pode-se ler também que as famílias eram substituídas de imediato, antes mesmo de abandonarem seus lotes, por outros grupos familiares que *“assumiam a responsabilidade do débito das que se retiravam”* (pág. 30).

A violência não se deu em consequência da guerra, como imaginávamos, embora tivessem tido receio, sentido medo e se precavido de alguma forma, chegando mesmo a ‘queimar’, apagar os traços de relação com a Pátria de origem.

“Aí, veio a guerra. Nós não fomos incomodados por ninguém, só que vieram os monitores(da Juventude Teuto-Brasileira) e mandaram a gente jogar tudo fora. A gente tinha uniforme, né? Lacinho, distintivo, essas coisas...Nem os monitores foram incomodados, que eu me lembre. Tinha uma família japonesa, lá na colônia e eles foram incomodados. Tiveram que se mudar de lá correndo.(...) Mas a gente tinha muita correspondência da minha irmã da Alemanha e mamãe mandou jogar tudo fora. Meu irmão tinha uma coleção de selos e minha mãe queimou tudo, tudo...Ficamos com medo, né? A gente queimou tudo!.. No fundo da chácara... queimou tudo! Eu fiquei com pena, mas... E aí, acabou a Juventude Teuto-Brasileira, né, acabou tudo”(Maria Wehner).

Descendentes diretos dos pioneiros imigrantes – entrevistados entre outubro de 1999 e I Semestre de 2000, em Campo Grande e Terenos.

Adolf Otto *FLUHR*

Ernst *HABERLAND*

Sr. e Sra. Pastor *KNOCH*

Oskar *PELZL*

Isolde *SCHULTZ*

Antônia *SEIDENFUSS*

Geraldo *SCHIEMANN*

Anézia *SCHIEMANN*

Olga *SCHLEICH VOLLKOPF*

Elisa *MASCH WEHNER*

Maria *WEHNER*

Padre *WINKLER*

Max *WOLFRING*

Eva *BACARGI WEHNER* (*húngara*)

Nilton *CARAMALAC* (*filho de búlgaros*)

Déborah *MATTHIAS CESCO* e Narcisa *MACEDO*

PELZL, ambas filhas de imigrantes portugueses.

Cenira e Mariléia *FIGUEIREDO LOPES* (*netas de portugueses*)

Brasileiros entrevistados que viveram a época:

Silvio *CESCO*

Oliva *ENCISO*

Theóphilo Antunes *DE MIRANDA NETO*

Demétria *VEIGA*

Famílias Alemãs que entraram em Mato Grosso em 1924, com destino à Colônia Agrícola de Terenos, de acordo com os registros dos Livros da Intendência de Campo Grande (p.91 bis) em poder do Arquivo Público Municipal de Campo Grande, MS.

Em 14 de Maio de 1924:

APPEL, Wilhelm / APPENHEIM, Peter / BECH, Christian / BOBLAND, Jacob / BRAUN, Wilhelm / BAR, Emil Edward / FENDEL, August / FLUHR, Adolf / GELHARDT, Wilhelm / GEIS, Theodor e Carl / HAESBOHRER, Hermann / HABERMANN, Hugo e Walter / HAUSLER, Gustav / HILL, George / JOCHIN, Hermann / KOCH, Heinrich / LAUBMEISTER, Hans / NORLING, Moritz / PADONISKY, Erwin / POPP, Johann / SCHIEMANN, Heinrich / SCHWAM, Johann Vicent e Adalbert / SEIDENFUSS, Johann Frederick / STAAB, Emil / SCHULTZ, Adalbert / SAUER, Franz Nicolau / ZICKER, Kurt Weiner .

Em 18 de Junho de 1924:

BALINGER, Karl / BRAL, Karl / BREAN, Heinrich / FOSS, Heinrich / GRINDER, George / JACOB, Heinz / JUNKER, Emil / KANTZ, Emmanuel / KERSTEN, Hugo / KUPPEL, Adam / KOBBS, Christovan / LANS, George / SIMTZ, Wilhelm Adolf / STEPHAN, Paul e Arthur / VOLLKOPF, Frederick e August / WENZ, Franz e Albert .

CAPÍTULO IV:

NAS ENTRELINHAS DO TEXTO

“O novo é para nós, contraditoriamente, a liberdade e a submissão”

Ferreira Gullar

A travessia de um oceano implica singrar novos e desconhecidos mares. À frente, o estranho, o que ainda vai se revelar, o novo, a liberdade do vento marítimo e da imensidão do mar. Por outro lado, o medo, o desconhecido, as tempestades, as dificuldades, a diversidade a se enfrentar: novos costumes, outra luminosidade na paisagem, outro clima, outra visão de mundo, enfim: nova linguagem de vida.

Para trás fica o velho, conhecido e vivido, ficam os costumes e a cultura incorporados ao longo de uma existência sem se dar conta de sua atuação. Fica a certeza do sentir-se parte integrante da terra, do ar, das fragrâncias, daquela gente enfim. Mas carrega-se no peito o entusiasmo e a ousadia próprios das travessias. Carrega-se, sobretudo, a vontade da mudança ao longo deste trajeto distinto.

A ação do ‘migrar’ está repleta de mudanças; implica mudar de *habitat*, de idioma, de cultura, sobretudo de *status* social. Todas essas alterações inferem na perda dos papéis sociais conhecidos e desempenhados até aquele momento. Talvez seja essa a maior e mais dolorosa perda. Na nova terra há que se elaborar, construir novos papéis sócio-culturais em busca de espaço em todas as áreas, em todos os outros campos sociais, de políticos a religiosos. O que observamos é que tal processo quase sempre se inicia pela elaboração do *status* econômico, através do trabalho.

Por outro lado, o que se desconhece é o fato de que por trás de cada uma dessas ações e vontades se esconde o aprendizado, que vai se desvelando, às vezes lentamente, outras de forma abrupta. Deve-se levar em consideração, portanto, todo o processo social de produção de conhecimento ao se pensar a própria existência e suas travessias.

À realidade de um processo de aprendizado formal e, sobretudo informal, ficaram expostas as famílias alemãs vindas para o Mato Grosso em 1924, objeto de nossas reflexões. Entretanto não

devemos deixar de considerar certas verdades inerentes a todo processo educacional: ele nunca se dá desvinculado do grupo social e dos interesses políticos, já que a prática política se apóia na verdade do poder e a prática educativa, no poder da verdade, segundo SAVIANI (1989, p.97).

Justamente esses dois elementos, os interesses políticos e a ‘verdade’ do real, formaram com as famílias imigrantes o tripé que as moveram até Terenos. Lá, expostas a uma realidade que além de desconhecida era agreste, se viram diante da necessidade de aprender a todo custo. O aprendizado vitalício nem sempre lhes trará a grande satisfação prevista por DRUCKER (1993,p.156), que apregoa a exigência do aprendizado ser atraente, carregando consigo uma grande satisfação, mas certamente lhes impõe novo ritmo ao aprender vitalício.

Para melhor elucidar nossa perspectiva, buscamos referências nas literaturas alemã e brasileira, que possam fundamentar o valor e eficácia do aprendizado laico, já que as famílias em questão estiveram expostas a tal realidade.

O herói desenhado por J.W.Goethe em *Os Anos de Aprendizado de Wilhelm Meister* pergunta-se, ao decidir-se entrar para o teatro, de que lhe serve fabricar um bom ferro, se seu interior está cheio de escórias. E de que lhe serviria colocar em ordem uma propriedade rural, se ele se desentende consigo mesmo. Nas condições sociais existentes à época, o teatro, na perspectiva do personagem, poderia proporcionar o pleno desenvolvimento de suas capacidades humanas. O teatro, aqui, é um mero ponto de transição, uma ponte até, para a aquisição dos meios que o levariam ao livre e pleno desenvolvimento.

É verdade que Goethe retrata os anseios e problemas da época – final do século XVIII: a relação entre a formação humanista da personalidade total e o mundo da sociedade burguesa, ponto central de toda a literatura do Iluminismo. Entretanto, o que é digno de destaque e se relaciona com nossas reflexões, é o fato de o autor

delinear personagens que acabam tendo traços de suas personalidades atrofiados pela divisão do trabalho capitalista. Por outro lado, ele entrelaça suas vidas umas às outras, fazendo com que esse exercício dialético, sintetizado no personagem Wilhelm, vá despertando-os para o aprendizado. O ponto decisivo para a educação de Wilhelm Meister consiste na renúncia à sua atitude interior, puramente subjetiva, para com a realidade, chegando assim à compreensão da realidade objetiva, tal como ela é. Parafraseando LUKÁCS em sua obra *Goethe und Seine Zeit*, Wilhelm Meister é sem dúvida alguma um romance de formação, cujo conteúdo privilegia a educação dos seres humanos para a compreensão prática da realidade.

A educação é igualmente abordada por Robert Musil, impressionista austríaco, em sua obra *O Jovem Törless*, escrita em 1906. Quase um estudo psicológico sobre um jovem sensível que se vê longe de casa, trancafiado em um internato com colegas que carregam traços perversos e brutos em suas personalidades. Tais confrontos desencadeiam a dualidade – ensino formal de um lado, o Internato, e o laico, a realidade do aprendizado com os colegas. Novamente uma forte crítica aos falsos valores da sociedade burguesa e a luta para tornar a existência livre e diferenciada em um mundo dominado por contradições.

O personagem desenvolvido por Machado de Assis em *Conto de Escola* percebe-se um “bobo” ao ir para a escola, pois se sentia preso, enquanto observava através da janela, com muita inveja, a liberdade de um papagaio dançando no céu. Ou seja, de que adiantavam livros de leitura e gramática sobre os joelhos, se a verdadeira vida e o verdadeiro aprendizado estavam lá fora, livres, no contato com a natureza e o outro?

Ainda dentro do Realismo podemos citar Raul Pompéia com *O Ateneu*, no qual aponta, basicamente, os vínculos que prendem a escola à sociedade “fazendo refluir desta para aquela a lei da selva, a seleção dos mais fortes: ‘Não é o internato que faz a sociedade, o

internato a reflète. A corrupção que ali viceja vai de fora’ ”(BOSI, 1974,p.208).

Dos modernistas podemos enunciar Mário de Andrade: em *Macunaíma* o personagem principal vê-se dividido entre um ensino gramatical lusíada e a práxis lingüística afetada por elementos indígenas e africanos. Em *Amar, Verbo Intransitivo*, o pai de Carlos buscando-lhe uma educação elitista, contrata uma preceptora alemã denominada apenas de ‘Fräulein’, com quem Carlos tem seu aprendizado de vida. Tais buscas dão-se fora das paredes escolares.

Ancorado numa linguagem de forte e poética oralidade, José Lins do Rêgo passeia pelas recordações de sua infância na fazenda de seu avô com o personagem de sua obra *Menino do Engenho*. Ali a ‘formação’ de seu herói vai se burilando, laicamente, com as histórias contadas pelas escravas, à noite, pela vivência de suas angústias sexuais da puberdade, dividida com seu amigo, filho da fazenda, e pela luta do aprender a desaprender, “*o mal-estar que o desfazer-se de todo um estilo de vida iria gerar [...]* “ (BOSI, 1974,p.448).

São algumas pontuações dentro da Literatura comprovando a existência de um processo social denominado educação que atua, entre os seres humanos, embutido no contato social estabelecido e do qual nem sempre nos apercebemos. Uma ação que sem dúvida alguma se amplia na socialização, mas que é singular na medida em que envolve um ser, suas descobertas e aprendizados. Engloba o universal como observado nas referências à Literatura, pelo fato de ser comum a qualquer ser humano, independente de sua condição social, como aventado na Introdução desse trabalho.

Sob essa ótica, o homem é um ser social, rico e sensível ao mesmo tempo. Ao se constituírem como membros e atores de um grupo social os seres humanos partilham, por um lado, de um patrimônio cultural comum a todos. Por outro lado, cada um traz consigo diferentes visões, sensações e concepções de mundo, que lhes conferem divergências derivadas de suas próprias existências. Essa

alteridade traz à tona a diversidade e a riqueza de formas técnicas e culturais que perpassam o discurso cotidiano do ser humano. Interessante acentuar que mesmo tendo sua alteridade, sua leitura singular do que o envolve, o indivíduo é, sobretudo e ainda, expressão do social.

Reflitamos um pouco sobre o termo *cultura*, no sentido de formação. Na língua portuguesa deriva-se, etimologicamente, do verbo *colere* do latim medieval, significando cultivado e cuidado a tudo que se relaciona à terra, a plantas, animais e à agricultura.

No idioma alemão *Bildung* relaciona-se à ‘educação, conhecimento, saber, uma postura espiritual e intelectual’, segundo DUDEN (1970, p.130). No entendimento de WAHRIG (1975, p.702) ‘à uma formação, organização, interior e espiritual do ser humano’ ; origina-se da palavra *Schöpfung* = criação , em primeira instância.

Cultura, então, é um conjunto de regras, um produto social, toda uma atitude corporal e intelectual onde a história e a estrutura social de um dado grupo imprime suas digitais. São códigos comuns a um grupo que podem ser interpretados e apreendidos por qualquer pessoa desse mesmo grupo. Mas é também a possibilidade de formar-se, de obter-se uma *Bildung*, com o intuito de um melhor viver.

Gramsci elucidava em seu trabalho que a filosofia da *praxis* não intenciona manter os ‘simplórios’ na filosofia primitiva do senso comum, “mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior” (GRAMSCI,1991, p.20). Entende a cultura como processo social global, transformando-o em ferramenta angular para se obter o alavancamento de transformação social, à medida que ele forma a visão do mundo dos grupos sociais. Entende-se com facilidade, então, sua perspectiva sobre a cultura como força social transformadora para a liberdade humana.

Essa concepção valoriza a história e a realidade dos seres humanos, admitindo a universalidade na medida em que é impossível entendermos educação sem levarmos em consideração a sociedade, o fio histórico condutor e o espaço físico que a produz.

Consideramos que o conhecimento é gerado por meio da vivência de situações-problemas. Os atores de Terenos, expostos a uma natureza diversa e a uma nova cultura, foram obrigados a equacionar rapidamente tais realidades. Deparam-se com adversidades concretas e com a perspectiva da diversidade cultural, tendo sabido, em uma percentagem alta, lidar bem com elas. Então, foram produzindo interpretações, significados e símbolos face à nova realidade, referendando a constatação de Lévi-Strauss: “ *As culturas não desaparecem nunca, elas se misturam com outras e dão origem a uma outra cultura*” (Folha de SP,1999,p.7).

Na avaliação dos teóricos a educação transmitida pelos pais na família, no convívio com os amigos e colegas, através da televisão, do rádio, nos clubes, cinemas, nas ruas, etc. é objeto e tema da educação informal.

“O que diferencia a educação não-formal da informal é que na primeira existe a intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objetivos. A educação informal decorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores e representações, como é o caso da educação familiar” (GOHN, 1999, p. 100).

Os personagens que escreveram o *texto no cerrado* são, ou foram, pessoas reais, determinadas, apresentando-se como “*unidades concretas, integradas de uma infinidade de predicados, dos quais somente alguns podem ser ‘colhidos’ e ‘retirados’(...)*” (ROSENFELD,1963, p.26).

Mas se considerarmos a visão que temos da aparência que cremos realidade, algo em geral fragmentado e limitado, a dificuldade de lidar com tal situação já aflora nitidamente. O registro é feito através de uma perspectiva *pessoal e unilateral*, já que não somos dotados de uma capacidade de registro global e impessoal, até mesmo pelo fato de a memória humana não ser tão abrangente e elástica.

Sempre temos *uma visão* daquilo que *nos pareceu realidade*. Sendo assim,

“enquanto reflexões verbalizadas de verdade pessoais e realidade sociais, as reminiscências de imigrantes, narradas a partir de experiências específicas na intersecção de culturas, constituem reelaborações do passado no contexto de realidades do presente. Em suma, um passado ainda ativo(e reinventado) no presente”(FELDAMN-BIANCO&HUSE, in BRANDÃO, [s.d], p.31).

Como numa peça teatral, o ser humano, aqui, é o centro da ação e portanto de todo o universo descrito. Entretanto, o reino do possível que nos restitui uma liberdade fantasiosa, da qual a vida real nos priva, se vê envolvido a todo instante pela atmosfera sagrada que circunda o narrador, conforme atesta Ecléa Bosi(1987). Tal narrador, personagem central das entrevistas, lida com suas memórias, que certamente vêm à tona não de forma impetuosa e linear, mas como águas que também se misturam às lembranças do passado recente e do presente. Vêm cumprir sua função social, fazendo ressurgir em desalinho e em movimentos circulares o passado que se cristalizou.

"O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é , segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar , com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é um sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado ,'tal como foi', e que se daria no inconsciente de cada sujeito "(BOSI, 1987, p.17).

Esse *reconstruir*, reiteramos, nunca é isento: passa necessariamente pelos canais da afetividade e emoção, como discutido anteriormente. Portanto, numa alusão à afirmação de Walter Benjamin, que abre esse trabalho, constatamos que o 'instante de perigo' vivido foi muito bem assimilado pelos estrangeiros em questão e que suas relações humanas, que são relações sociais, embora ligadas a cultura

de sua origem, foram amalgamadas aparentemente de forma exemplar. Aqui se infere a citação de MARX, embora em um contexto distinto do colocado por ele: "*Os indivíduos partiram sempre de si mesmos, mas, naturalmente, dentro de suas condições e relações históricas dadas, e não do indivíduo 'puro', no sentido dos ideólogos*"(MARX,1989, p.119).

Levando-se em consideração que na Europa a propaganda negativa contra a imigração para o Brasil impediu o desenvolvimento dos ideais imigrantistas; que os estrangeiros estavam presos por contrato a grupos ou sociedades que viabilizavam a viagem, cujo único interesse era o lucro imediato (JAGUARIBE,1877, p.10); que nessa fase o sistema de parceria, adotado anteriormente, foi abandonado, passando os trabalhadores a se fixar nas fazendas como simples assalariados e que seus pagamentos não foram mais efetuados com divisão de produto, mas com salários preestabelecidos, entenderemos melhor o depoimento de alguns colonos de Terenos registrado na página 97 desse trabalho.

Reiterando as afirmações de nossos depoentes, observamos que o Governo Federal mudou sua atuação tomando a seu cargo o assunto, "*limitando-se a fazer a propaganda nos países imigratórios e pagando transporte dos imigrantes até o Brasil*"(PRADO, 1969, p.187). Esse processo novo de recrutamento é denominado "imigração subvencionada", sendo "colonização" o sistema primeiro de localização dos imigrantes em pequenas propriedades, todas agrupadas em núcleos (PRADO,1968), como no caso de Terenos, MS. Neste escopo colonizador havia o atrativo da possibilidade de os estrangeiros se tornarem proprietários, além das vantagens sociais por estarem fixos a um pedaço de terra, fugindo da ameaça de se tornarem população flutuante.

Durante a segunda metade do século XIX as províncias do Sul do país, por iniciativa imperial, promoveram a colonização de parte de seu território com imigrantes de origem européia. Havia então o sistema de colonização que tinha outras finalidades e se

assemelhava muito ao sistema implantado anos mais tarde em Mato Grosso: o povoamento e o estabelecimento de pequenos agricultores, em áreas pequenas, que desenvolvessem a produção de alimentos básicos. Em Terenos as famílias mantinham uma agricultura de subsistência, como já aventado anteriormente, uma produção camponesa: milho, arroz, feijão e mandioca. Por outro lado aqui as etnias estiveram misturadas, vivendo lado a lado, convivendo com os mesmos problemas e buscando juntas uma solução. Isso tudo ocorre depois da discussão sobre a formação de quistos, pequenos grupos, enclaves étnicos que tinham sido observados no Sul do país.

Este sistema encontrou apoio e estímulo no Governo Central, atraindo o governo local, que de fato estava interessado em equacionar o problema de seus territórios quase desertos, suas "*áreas vazias*", e conseqüentemente fomentar através do povoamento as atividades econômicas e as rendas públicas. A viabilização de teoria tão tentadora, certamente aguçou o faro político de Pedro Celestino, pois Cuiabá, onde tudo se concentrava - de sistema político a sistema educacional - distava mais de 1000 km do vazio sul do Estado. Além deste impasse geográfico, Corumbá tinha se tornado a cidade mais progressista de Mato Grosso, deixando a longínqua Capital sem ação efetiva.

Mas esse entusiasmo pela colonização recebeu críticas de alguns jornais locais, sendo digna de nota a ressalva que o jornal A CRUZ, órgão da Liga Católica Brasileira de Mato Grosso em Cuiabá, fez aos imigrantes em sua primeira página, a 27 de junho de 1920, depois de defender '*a colonização nacional*': "*Venham, pois immigrants catholicos, mas não catholicos maçonisados, despejados de paizes governados pelo anti-clericalismo*", referência eufemista ao combate à religião católica romana.

Em 22 de janeiro de 1922 Pedro Celestino assumiu pela segunda vez a governadoria (à época, "presidência") do Estado de Mato Grosso, sediada em Cuiabá. Recebeu um Estado falido, esquecido à oeste do país, com fronteiras secas de grande dimensão,

um Estado que já lidava com o fantasma do contrabando e roubo de gado através de sua fronteira meridional, sem obras públicas consideráveis e sobretudo, com um sistema e rede educacional praticamente inexistente. Seu antecessor abriu a Estrada de Ferro Noroeste, em 1914, permitindo ao sul do Estado contato mais direto com as metrópoles do país e a possibilidade de receber correio mais rapidamente, o que significou um contato cultural e social ampliado, além de viabilizar a mudança do eixo econômico do Estado. O território do sul do Estado via-se neste período ligado diretamente à São Paulo através da Estrada de Ferro Noroeste, que atravessava suas terras no sentido leste-oeste, em paralelo com a Estrada de Ferro Sorocabana, que terminava às margens do rio Paraná. O então Presidente de Estado tinha como plataforma política a missão da 'Fusão Mato-grossense', a união dos cidadãos e o desenvolvimento social-econômico do Estado.

Já em 1910, com a reforma da instrução, houve uma atuação tanto em profundidade como em extensão, ao se elevar o número das escolas primárias, de 85 para 104, ao se criar grupos escolares aplicadores de novos métodos pedagógicos, ao se implementar normas modernas para os estabelecimentos, *"conceituando o problema da educação da infância, dentro de princípios técnicos-pedagógicos que os distanciam bastante dos modelos então adotados"*, ao se considerar a preparação dos mestres como fundamental e a libertação da Diretoria Geral da Instrução, *"dos liames que a prendem de modo imediato ao próprio ensino primário e secundário"*(MARCÍLIO, 1963, p.128-129). Ainda em 1922, Celestino preocupou-se com a Escola Normal de Cuiabá, onde se formariam 'as futuras professoras' e emprestou à reforma de 1910 seu entusiasmo e visão progressista. Aumentou o número de escolas públicas para 156, que estavam distribuídas de forma irregular pelos municípios do Estado. Entretanto essas escolas, segundo sua afirmação, não corresponderam aos resultados almejados, dando-lhe a oportunidade de sugerir a criação de escolas reunidas, a exemplo

de São Paulo. Ali vivenciava-se a euforia ‘pedagógica e didática’ impressa pelas reformas de Bernardino de Campos, cujas trilhas o Governo de Mato Grosso tentava seguir, na esperança de um desenvolvimento a contento da Educação regional.

Se voltarmos nosso olhar novamente para a política de colonização desenvolvida no Estado, podemos observar que os contratos eram celebrados com firmas particulares e que, de início, tal estratagem pareceu dar resultados satisfatórios. Observamos, igualmente, que havia por trás de tudo um interesse também no aprendizado.

Vejamos: os contratos eram longos e, a semelhança de outros realizados por outros Estados da União, eram celebrados com firmas tidas como idôneas – caso da H.Hacker & Cia, com sedes em São Paulo e União da Vitória, PR, tendo oferecido bons resultados àqueles Estados e ao de Santa Catarina (BIANCHINI, 2000). Na prática apresentavam-se facilidades de toda sorte a tais sociedades: isenção de impostos estaduais e municipais sobre cada lote por um período relativamente longo (quase sempre cinco anos); lotes bem localizados, na maioria das vezes situados às margens, ou próximos, de vias navegáveis ou de estrada de ferro (caso de Terenos) e áreas imensas de concessão de terra devoluta.

Por outro lado, se as doações de milhões de hectares de terras devolutas objetivavam a colonização da terra, não era isso que vinha acontecendo. Por essa razão o Estado julgou conveniente sua participação direta em tal processo, vendo nisso a única solução para ocupar o solo, plantar e desenvolver sua indústrias com operários *inteligentes e adestrados* (COSTA, 1923). Buscava-se, então, também esse aprendizado e essa *doação* nos imigrantes.

Implantou-se, pois, a intervenção estatal direta no processo de colonização. Concedeu-se auxílios a municípios para fundar núcleos coloniais em suas adjacências (CORRÊA, 1925). Entretanto, a distância dos grandes centros, a má aplicação dos recursos, fatores de ordem moral e especulativa contribuíram para o

retrocesso no povoamento. Empresas houve que obtiveram concessões com um fim mercantil, visando lucros exagerados, aliado a isso a má fé, na medida em que enganavam os imigrantes com promessas que nunca seriam cumpridas (BIANCHINI, 2000). Agregasse a tudo isso, ainda, o fato de tal política ver dificuldades em ser levada à prática, por não ser efetivamente de interesse das elites locais. O imigrante desiludido, abandonava o Estado e iniciava uma contrapropaganda, como consequência de seu ‘aprendizado’ em Mato Grosso.

Todas essas considerações nos remetem de volta à educação, ao aprendizado, seja ele formal ou informal. Na visão de Caio Prado Jr. a questão da imigração europeia do século passado está intimamente ligada à da escravidão. Ele acredita serem dois aspectos diferentes de um mesmo acontecimento fundamental, ao qual chama de "*evolução brasileira*" (PRADO, 1969, p.181). Sem dúvida alguma trata-se de uma corrente povoadora e colonizadora. A corrente demográfica seria constituída por braços trabalhadores de origem europeia, portanto, por mão-de-obra *branca*. A vinda e a fixação de tais grupos no país teriam sido estimuladas por uma política oficial e deliberada de "povoamento". O estímulo e a provocação para tal acontecimento deram-se também através da iniciativa privada, de particulares interessados em obter ou em fazer negócio com o braço trabalhador europeu.

Sob a ótica de KREUTZ (2000), houve efetivamente um ideal de branqueamento, bem como a crença na superioridade inata do trabalho europeu. Sem dúvida alguma, a imigração foi vista, também, como forma de garantir a ocupação do espaço geográfico, seja no Sul do país, onde havia constantes conflitos de fronteira, seja em Mato Grosso, onde ‘áreas vazias’ precisavam de braços para o trabalho.

Não podemos deixar de lado a importância de tal estratégia, sobretudo para povoar regiões de segurança nacional que a imigração espontânea deixava ao abandono;

"foi o caso de alguns setores fronteiriços da colônia que a metrópole desejava ver ocupados e assim defendidos contra a concorrência espanhola"(PRADO,1969, p.181).

Como afirma o próprio Caio Prado, nestes casos a colonização e a própria imigração tiveram objetivos políticos e militares.

Por outro lado a imigração para o Brasil coincide com o movimento histórico de ênfase na formação da nacionalidade. Nesse momento:

"[...] buscava-se um pretense coletivo, operava-se uma universalização no conceito de povo e de nação em detrimento das especificidades e diferenciações culturais. O racionalismo desencadeava um movimento de afirmação de uma unidade simbólica, necessária pela modernização econômica. Apoiava-se na expansão de um sistema escolar igualitário com a função de difundir uma cultura uniforme" (KREUTZ,2000, p.351)..

Reportando-nos novamente a Mato Grosso, observamos que já em 1912, uma mensagem do Presidente de Estado, Joaquim Augusto da Costa Marques, insistia em declarar que uma grande área de seu Estado encontrava-se desocupada ou em estado de abandono, necessitando de braços para a lavoura. Ou seja, a grande preocupação era com a sustentação e ocupação da terra, para assegurar sua posse e seu domínio. As reformas educacionais e a criação de escolas ao longo do Estado de Mato Grosso cumpriam seu papel político, já que o saber-fazer era conquistado no dia-a-dia, na lida com o gado ou com o campo. A par disso, as grandes distâncias impostas pela dimensão do Estado e o tamanho dos latifúndios, obrigavam a população trabalhadora a se concentrar nas fazendas, estabelecendo um contato social com outras fazendas limitado a festas ocasionais, como casamentos, batizados, mortes, etc. A escola nesse momento, segundo nossas leituras e observações, não cumpria seu papel de ensinar *'as primeiras*

letras' que fossem, ou sua função social, na congregação do grupo para manutenção e divulgação da sua cultura.

Diante desse contexto concordamos com ALVES (1984) ao ponderar que a proposta de concessão de terra devolutas, portanto gratuitas, tinha a pretensão de viabilizar a vinda e atrair para terras do Sul do Estado trabalhadores de outras regiões brasileiras, assim como estrangeiros, que estivessem em busca de um pedaço de terra para o cultivo. Entretanto, o Estado acabou transferindo a responsabilidade da execução direta de tal política a companhias particulares, que não passavam de empreendimentos totalmente voltados para o lucro. O ônus de tal artifício recaiu sobre os próprios trabalhadores, atraídos pela propaganda e aspiração de serem 'donos de terra'.

A atuação governamental de 1920 veio validar o Decreto Estadual No.38 de 15 de fevereiro de 1893, que regulamentou a Lei de Nº20 de 1892, que permitia a venda das terras devolutas e a legitimação das posses em propriedades privadas, bem como o seu devido registro (CORRÊA,1999, p.172), após a cessão de um título provisório (vide p. 143 bis). Um outro dado mencionado e devidamente explorado na época, devia-se ao fato de o Estado não vender suas terras com o fim exclusivo de dar entrada imediata de numerário ao tesouro estadual. O fim principal a ser atingido era a "*povoação e cultura efetiva dessas terras na maior intensidade possível*"(CORRÊA FILHO, V:1945, p.104).

A idéia primeira era colonizar para ocupar espaços, desenvolvê-los a contento e fazer dali uma produtiva colônia agrícola, já que as terras eram férteis, com muita água e o clima temperado. Mas tal política era difícil de ser levada à cabo por não ser efetivamente de interesse da elite local. Entretanto, de acordo com o Decreto nº 532 de 28 de outubro de 1920:

"À firma Hacker & Comp. e Marquez Luigi Beccaria Incisa foram concedidos, a cada um, 500.000 hectares de terras devolutas no Sul e no município de Cáceres, respectivamente, sem outra obrigação mais do que introduzir em cada

núcleo de 10.000 hectares, pelo menos 500 famílias, de sorte que tais concessões nada mais representam do que uma doação de terra devolutas a determinados indivíduos ou empresas, que as venderão, como e pelo preço que entenderem, aos imigrantes”(COSTA,1909,p.14).

Aqui, os imigrante europeus foram destinados para áreas despovoadas e o elemento brasileiro, como visto anteriormente, era uma minoria que desempenhava o papel de administrar o correio e a estação da estrada de ferro, bem como todo tipo de serviço público que foi sendo implantado depois. A situação legal desses imigrantes era a de “*colonos estrangeiros*” e tiveram direito a uma identidade de estrangeiro (p.144 bis) e um visto *permanente*. Os filhos nascidos aqui eram brasileiros, de acordo com a concepção *jus soli*, e, no caso específico de Terenos, tinham uma certa independência política e administrativa, talvez pelo simples fato de estarem longe da Capital ou de um centro urbano maior.

Deparamo-nos com um documento que atesta um contrato de promessa de venda celebrado em junho de 1921 entre a *Sociedade Territorial Brasileira “Nova Pátria”* e o colono português Daniel Lopes das Neves, cujo gerente era o Sr. Udo Altenburg, a julgar pelo sobrenome, um alemão(p.144 bis). Ao que tudo indica parece tratar-se do mesmo Grupo, a Sociedade Territorial Hacker & Cia, mencionada anteriormente, pois um segundo documento atesta que sua concessão lhe foi retirada “(...)por parte do governo do Estado”(CORRÊA,1921) e sua área ocupada pela Colônia com colonização alemã.

Havia poucas escolas, como já aventado, e a escola pública, rural ou não, sequer gozava de prestígio. De 1810 a 1910, ano em que aconteceram as novas reformas no Ensino de Mato Grosso , “*todas as mensagens dos quatro presidentes lamentavam a situação da instrução no Estado*”(ROSA,1990, p.15), entretanto não se mostravam preocupados em equacionar o problema.

É notório, que a partir da República houve orientação para a criação de colônias mistas, caso de Terenos, passando a

colonização a ser uma atribuição de cada Estado, tendo, por essa razão, variações regionais que envolviam todos os aspectos, inclusive o educacional. Por outro lado reiteramos o número escasso de escolas públicas no sul do Estado e não desconsideramos a realidade de sua população, voltada para as coisas do campo. Mato Grosso era um Estado com uma economia ancorada em produtos primários, com uma agricultura de subsistência igualmente pobre e, como se não bastasse, dependente de um mercado externo, interessado em suas riquezas naturais. Impõe-se, ainda, a referência à qualidade das mercadorias e às exigências do consumo externo. Não devemos desprezar sua área enorme e agreste, as grandes distâncias cobertas através do rio Paraguai ou pelas estradas de terra, precárias, que na época das chuvas ficavam praticamente intransitáveis. A estrada de ferro ofereceu uma alternativa ligando o Estado de Mato Grosso ao Estado vizinho e progressista, São Paulo, onde a preocupação com a escolaridade das crianças já vinha sendo discutida e soluções vinham sendo buscadas há algum tempo. Este centro, São Paulo, começou a desempenhar, também, um outro papel significativo para a economia do Estado de Mato Grosso, graças à estrada de ferro, que era o de ser centro importador de produtos primários, para transformá-los em produtos industrializados.

A ferrovia trouxe em seus trilhos um avanço do sistema capitalista, deslocando para o sul do Estado firmas, representações, desenvolvimento econômico e no seu bojo, pessoas, informações, novos conhecimentos e culturas. Entretanto, aqueles fazendeiros e a nascente classe média urbana, constituída, entre outros, por funcionários públicos, gerentes de bancos, profissionais liberais que possuindo recursos, enviavam seus filhos para internatos no Rio ou São Paulo. Com o crescimento da vida urbana e a cobiça por terras férteis, virgens e de bom preço despertada em outras paragens, houve, evidentemente, aumento da população. A necessidade de escolas se impunha, pois os novos trabalhadores não tinham condições financeiras para manter seus filhos estudando fora do Estado.

Reputamos como fato de grande importância para o Estado a instalação do Banco do Brasil em Corumbá em 1916 e posteriormente em outras cidades do Estado:

“O Banco do Brasil possibilitará o financiamento da expansão da pecuária mato-grossense via a sua carteira agrícola. Mas a possibilidade da expansão criatória da atividades da pecuária se dá pela construção da via férrea Noroeste do Brasil, que por sua vez também foi construída, em 1905 (Bauru-SP), via investimentos de capital financeiro internacional, atingindo Porto Esperança em 1914” (SABOYA,1992, p.10).

Com essas agências entram no Estado novas famílias, aumentando e diversificando a geração de emprego, bem como a população. Esse fluxo, que não deixa de ter sua cor migratória, traz consigo a presença de outras culturas, provocando o advento de um novo processo cultural na região - no qual se integram os imigrantes de Terenos - e exigindo reformas educacionais.

Em 1934, a Constituição Brasileira repassa à União não somente a competência exclusiva de estabelecer as diretrizes da educação nacional, de acordo com o art.5, N.XIV, como também a tarefa de planejar a educação por um Conselho Nacional de Educação, além de fiscalizar a execução dos planos (art.150). Pela primeira vez os estrangeiros são lembrados no que tange a educação, pois essa Constituição reza que a educação é um direito do cidadão, *também dos estrangeiros residentes no Brasil* (grifo nosso), art.149. A partir de então, a freqüência ao ensino primário gratuito tornou-se obrigatória, já que a Constituição de 1824 tornara o ensino primário gratuito. Outra regência da Constituição de 1934 reporta-se à língua portuguesa, que deveria ser a língua do ensino, também nas escolas particulares (art.150, parágrafo único, letras a e d). Ainda segundo o art. 149, deveria ser o objetivo da educação o desenvolvimento do ‘espírito brasileiro’; nesse momento se tomava a educação como um fator importante da vida moral e da própria economia do país.

Reiteramos, entretanto, que essa é a visão sob enfoque dos documentos legais, daquilo ‘que está no papel’, daquilo que é discutido e assinado entre os políticos. Muitas vezes tais atitudes existem para mascarar a realidade e, nesse caso, o real interesse da população por educação.

Vamos nos ancorar em WILLEMS no intuito de entender a reação dos imigrantes alemães diante da escola brasileira, no começo do século XX:

“Os colonos germânicos vinham de uma cultura em que a comunicação já dependia, em grande parte pelo menos, do conhecimento da escrita. Portanto, a escola de alfabetização, embora houvesse tido desenvolvimento bastante desigual nos diversos Estados alemães, exercia uma função vital na perpetuação cultural”(WILLEMS,1946, p.378).

Evidentemente toda a perspectiva e formação do ensino na Alemanha eram bem diversas das adotadas no Brasil; ainda hoje o são:

“Meus irmãos mais velhos estavam estudando na Alemanha”, aí... eles vieram pra cá..., então minha mãe se preocupava com nosso estudo também aqui..., pra não criar analfabeto” (Maria Wehner).

“Não freqüentei muito escola, né? Mas o pai não queria ninguém sem saber ler e escrever...A gente aprendia com os mais velhos...”(Elisa Masch Wehner).

“Olha, a gente tinha que estudar..., tinha que saber ler e tudo mais...”(Adolf Otto Fluhr).

“Meu pai era muito enérgico. Fazia questão de que a gente aprendesse a ler e escrever..., já aprendi logo com meus irmãos..., era assim mesmo...”(Olga Vollkopf).

“Já vim com escola feita..., na Alemanha,... a gente era levado a ir pra escola,... todas as crianças iam. Na hora de aula não podia ter criança na rua brincando..., tinha que estar na escola, senão...”(Max Wolfring).

A associação entre igreja e escola como suportes da ‘consciência étnica’, como nos reporta SEYFERTH (1986) foi significativa nos Estados do Sul do país, principalmente nos casos da colonização alemã, italiana e polonesa. Isto não se deu em Terenos. Não detectamos ligação alguma entre as *salas de aula* levantadas por nós e possíveis pastores nômades, missionários luteranos, ou mesmo a Igreja Católica em Mato Grosso. Entendemos que a ‘consciência étnica’, nesse caso, teve outros suportes, tais como a família, o grupo social e a comunidade utilizando-se do mesmo idioma, o alemão. Embora haja o registro de uma *Deutsche Schule*, que recebia somente os filhos dos colonos alemães, que cultivava a cultura e a língua alemã, sabemos que ela não teve sua razão de ser devido a qualquer ordem ou confissão religiosa. Tudo indica, na verdade, que a referida escola tenha tido todo um suporte e interesse político, já que coincide com a ascensão do Nazismo na Europa:

“Eles davam aula, depois, à noite sempre tinha uma festinha... Isso... por volta de 1933,...a gente era criança, gostava, né?... Depois a gente veio pra Campo Grande, mas me lembro que lá havia sempre festas...Eles chamavam a gente, um tal de Schmitt, um alemão que cooperava com o pessoal de lá...,ele representava o governo alemão. Eu me lembro muito bem disso tudo” (Adolf Otto Fluhr).

A empreitada dos moradores da Colônia Velha, no que diz respeito à escola, seja talvez melhor elucidada se nos reportarmos mais uma vez à WILLEMS:

“Em contato com essa sociedade em que a escola era um elemento adventício, de vida precária e mal integrado, os imigrantes alemães tentaram perpetuar a sua escola. Todavia [...] habituados a considerar a escola como instituição imposta à comunidade aldeã pelas autoridades, esperavam, naturalmente, que também as autoridades brasileiras lhes dessem escolas” (WILLEMS,1946, p.380).

Como já reportado a grande maioria das famílias alemãs que Mato Grosso recebeu em 1924 professava a fé católica. No entanto, no credo religioso da sociedade alemã existe uma dualidade – protestantes históricos (luteranos, na maioria) e católicos- que não possuem, necessariamente, a mesma hierarquia de valores. Todavia, como bem registra SIMSON:

“As pesquisas realizadas até agora sobre a imigração alemã para o território brasileiro vêm indicando que parece haver significativas diferenças na adaptação dos imigrantes à sociedade brasileira determinadas pela região onde se fixaram e pelo tipo de processo de integração a que eles estiveram sujeitos” (SIMSON, 1997, p.67)

Na Colônia Agrícola de Terenos os alemães, católicos ou protestantes, não estiveram tão preocupados com a alimentação de sua fé através de uma organização eclesiástica. Ou ainda, missionários e pastores nômades luteranos ou evangélicos, a própria Igreja Católica já constituída em Mato Grosso há tempos, não foram capazes de fornecer amparo espiritual a esses imigrantes. Um centro como Campo Grande, com igrejas e diversidade religiosa, distava apenas 30 km dali e curiosamente não houve interesse das igrejas locais, nem dos colonos, em buscar uma aproximação, um amparo e um compartilhar espiritual. Eventualmente eram visitados por padres ou pastores, para batizados ou casamentos, nunca para o ministério do alimento espiritual.

“Às vezes aparecia um padre ou um pastor..., aí batizavam a criança...” (Maria Wehner).

“Igreja não tinha mesmo..., às vezes aparecia um padre pra rezar missa,... não sei de onde vinha..., não me lembro do local onde ele rezava também...” (Adolf Otto Fluhr).

“Nem igreja, nem padre, nem nada...” (Déborah Mathias Cesco).

Contudo essa 'passividade' não se fez presente no que dizia respeito à educação.

Contraditoriamente, o novo foi para os colonos alemães a liberdade, vivenciada na luminosidade intensa e desconhecida da paisagem, nos pôr de sóis de cores fortes, nas noites iluminadas por um céu tão estrelado, na formação de uma escola para os filhos, na riqueza e conquista da terra. Também submissão: a um novo conceito de vida, nova visão de mundo, nova língua, mas sobretudo, submissão à divisão que desde então se estabeleceu no âmago de seus corações .

À GUISA DE CONCLUSÃO

“É esse passado vivido, bem mais do que o passado apreendido pela história escrita, sobre o qual poderá mais tarde apoiar-se sua memória .”

Maurice Halbwachs

Esse primeiro levantamento da vida dos habitantes da Colônia Agrícola de Terenos teve sua pedra angular na história oral, na memória factual, narrativa e afetiva daqueles que a viveram .

Tentamos colocar tal momento histórico sob um processo de análise possível, sem nos esquecermos dos traços do universal, onde sempre estão inseridas as especificidades regionais. O pano de fundo foi desenhado por interesses e necessidades impostas pelo capital, nesse seu constante movimento de mutação. Entretanto, detalhes certamente se perderam no tempo ou no silêncio dos entrevistados, bem como na falta de documentação.

Terenos se fez município graças ao trabalho anônimo de tantos colonos; estrangeiros pioneiros que tiveram seu imaginário povoado pelo espírito de conquista e aventura, na tentativa de vencer no centro-oeste brasileiro. No entanto, fauna e flora que conheciam eram tão diversas da natureza bruta, agreste e selvagem que os desafiariam aqui.

Apesar da produção farta e de qualidade, atestada por todos os entrevistados, a economia de produção de agricultura desenvolvida pela Colônia não lhe deu destaque especial no cenário regional. Tratava-se de uma economia policultural voltada para a sobrevivência com venda de seu excedente em mercados locais.

A educação informal adquirida no observar, copiar e repro- duzir, ampliou as possibilidades de interlocução dos colonos estran- geiros. Assim aprenderam a língua do país que os recebia, e assim, ao interagir com os nativos, os brasileiros, tiveram condições de crítica e avaliação de mundo ampliadas pela leitura comparativa feita através desse exercício imposto pelas circunstâncias.

Apesar do *entusiasmo pela educação*, parafraseando o prof. J.Nagle (1974), ela até então não era atendida por profissionais especializados. Como vimos, qualquer pessoa que soubesse ler, escrever e fazer contas estava apta a assumir uma sala de aula em uma escola rural e até mesmo em uma vila ou cidade. Os pertencentes à burguesia pecuária, portanto à elite socio-econômica local, tinham a possibilidade de freqüentar bons colégios no Rio ou em São Paulo, as duas grandes e desenvolvidas cidades da época. Depois retornavam para assumir os negócios da família, dando continuidade a tal ciclo de poder. Como, então, se preocuparem com seus conterrâneos menos favorecidos? O que dizer em relação a um grupo de agricultores estrangeiros ‘esquecidos’ numa vila pequena do Estado?

Os anos 20 do século XX marcam igualmente o crescimento social do setor médio da população. Tal advento chega rápido a Mato Grosso com o desenvolvimento da pequena burguesia citadina, constituída por funcionários públicos federais, militares, a classe bancária, as classes liberais (advogados e médicos, principalmente) e, sem dúvida alguma, os empregados do comércio, que floresceu muito graças às facilidades oferecidas pela ferrovia. Esses setores fazem reivindicações e exigem, indiretamente, uma nova postura frente à educação.

A 1ª Escola Estadual de Terenos é resultado desse movimento pedagógico. Nesse momento dava-se às crianças noções rudimentares de história da pátria e de literatura, além do exercitar a observação e o raciocínio através da matemática. Havia, ainda, o desenvolver de atividades manuais. Ao professor cabia o esforço de adaptar o ensino às particularidades regionais e ambientais: criando textos, jogos, novas atividades e propondo-lhes problemas ligados à realidade local, por exemplo.

O ensino formal não melhorou o desempenho dos estrangeiros, naquele momento histórico. A bem da verdade, eles já haviam anteriormente buscado, por conta e risco próprios, uma solução educacional para seus filhos. Buscaram o aprendizado da

língua portuguesa e o repasse dos conhecimentos básicos de história, aritmética e geografia. Nesse contexto se evidenciava todo o aprendizado já adquirido informalmente e se fundamentava um dos preceitos básicos da educação não-formal: a aprendizagem se dá por meio da prática social. A experiência dos pais e dos brasileiros envolvidos e a exposição à situações-problemas levou-os a aquisição de novos saberes.

Os traços do desenho dessa identidade tão peculiar e o texto educacional escrito pela complexidade e especificidade do sul de Mato Grosso nos anos 20/30 do Século XX se destacam quando se atenta para a incorporação cultural de ‘mão-dupla’ que mesclou alemães à tantos outros grupos étnicos, e dão o tom harmonioso à leitura que se faz por trás do texto em questão.

Analisando cuidadosamente as fontes, poucas e primárias, e ainda não estudadas pela Historiografia e Educação em Mato Grosso do Sul, atentando para cada afirmação e cada pausa de nossos depoentes, pudemos perceber e registrar um movimento migratório digno de destaque. Prensadas pelo limite temporal de dois anos conseguimos ‘descobrir’ cinco classes multiseriadas na Colônia, que efetivamente correspondem a cinco ‘escolinhas’, bem como fazer um primeiro levantamento do possível currículo utilizado pelos professores. Professores como Diair Camargo, Judith Nunes da Silva, Alexander Baasch, Alcides Borges Gomes e Elvira Mathias de Oliveira, que embora não constem em nenhum registro formal (com a Lei Estadual nº 4024, promulgada em 1971, é que se iniciou o registro sistemático do corpo docente e discente das escolas públicas locais) estão viva e carinhosamente ‘registrados’ na memória de nossos depoentes. Mestres que tiveram, sob nossa ótica, através da simples lembrança de seus nomes completos, o seu grande reconhecimento profissional.

Entretanto, apesar da dificuldade da falta de uma escola formal, identificamos nas diferentes atividades voltadas para a

educação e desenvolvidas pela população da Colônia, três modalidades de aprendizado:

- a) *Educação no âmbito da família* – O aprendizado repassado pelos irmãos mais velhos, bem como a leitura do Missal em língua alemã, o cântico de hinos, a realização de festas onde através das músicas alemãs os costumes estavam sendo preservados e repassados para as novas gerações em formação;
- b) *As classes multiseriadas* – Tentativas explícitas de busca de educação formal ao se organizarem para contratar professores que pudessem ajudá-los na sustentação de classes multiseriadas;
- c) *“Jugendring”(Círculo da Juventude)* – Novamente uma educação não formal no âmbito dos grupos da Juventude Teuto-Brasileira, onde as crianças liam revistas e livros em língua alemã, brincavam e jogavam, fazendo uso de jogos ensinados pelos monitores, alemães, e onde aprendiam a ler e escrever no idioma dos pais (*Lesen und Rechtschreibung*).

Questionamo-nos quanto ao fato de não ter se estabelecido em Terenos um sistema de ensino semelhante ao construído em outras colônias alemãs, do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul, vigorando até a II Guerra Mundial com muito sucesso. Acreditamos que as considerações elencadas a seguir possam responder, ao menos em parte, a tal preocupação.

No caso de Terenos constatamos colônias mistas, multiraciais, tanto a Velha como a Nova. Essa disposição contemplava o processo de revisão da política colonial do governo brasileiro para evitar a formação de enquistamentos étnicos. Criou-se uma colônia multiétnica ou multicultural. Essa característica dificultou a criação de uma escola só para alemães, uma *Deutsche Schule*, fazendo com que ela surgisse mais tarde e não imediatamente.

Um outro dado explicador: a maioria das famílias era de origem urbana e não rural, o que traumatiza ainda mais qualquer

processo de instalação num espaço desconhecido. Os colonos alemães estiveram expostos à uma realidade completamente diversa da que conheciam, como também se viram obrigados a abandonar suas profissões urbanas e a aprender uma nova profissão: ser camponês, agricultor. Isso num espaço físico exuberante, novo, mas agreste; tendo que aprender a lidar com um solo que fugia a tudo que eles pudessem conhecer. Novo clima, nova geografia, nova profissão, nova cultura, levando-os à uma situação de vida social igualmente nova.

Outro item dificultador foi o fato da maioria das famílias ser de formação católica. Se atentarmos para o detalhe de que o sistema educacional alemão organizado no Brasil teve sua estruturação e sua subvenção apoiadas pela cultura luterana alemã, entenderemos melhor essa lacuna em Terenos. As escolas luteranas contavam com apoio de Fundações e Organizações germânicas ligadas à Igreja Luterana Alemã, que apoiavam e davam sustentação à constituição das *Deutschen Schulen* nas inúmeras colônias teuto-brasileiras em todo o Brasil.

Os colonos alemães da Colônia Agrícola de Terenos, conseqüentemente, não puderam contar com o apoio dessas Organizações da Prússia, que enviavam professores, que ajudavam com material didático, que proporcionavam toda uma infra-estrutura para o bom funcionamento da escola alemã no Brasil. Por outro lado, a importação de professores teuto-brasileiros formados no Sul do Brasil, era dificultada, já que a maioria era luterana, crença religiosa diversa da dos colonos de Terenos. Isso talvez os tenha constrangido, pois não partilhavam da intimidade ou da proximidade com alemães católicos. Não podemos esquecer que a diferença religiosa dentro do grupo alemão é algo muito forte e respeitado, evitando-se, inclusive, contatos e inter-casamentos.

Reportamo-nos, como última consideração sobre essas diferenças, à duração relativamente limitada e curta da colônia, gerando a migração de grande parte das famílias para outros locais ao longo da década de 30 e início da de 40 do Século XX. Isso não

concedeu tempo suficiente para que o processo educacional, de caráter étnico, pudesse ser estabelecido a contento.

Como mencionado, são dados à guisa de conclusão, já que um processo histórico e educacional nunca se conclui: está em constante mutação. Dependendo das luzes que incidem sobre o fato, dependendo do viés escolhido, dependendo do momento histórico, teremos sempre uma leitura diferente e prazerosa. Traçamos as primeiras linhas de um texto anunciado, que não se conclui em si mesmo, requerendo novas e continuadas versões. Encontramos talvez o fio inicial de um novelo de lã de muitos e muitos metros. Resgatamos uma parte do passado vivido por esses atores sociais, enquanto eles mesmos puderam narrar, e sobre o qual a memória coletiva do Estado certamente poderá se apoiar.

B I B L I O G R A F I A

ALVES, Gilberto Luís. “ Mato Grosso e a História:1870-1929- Ensaio

- sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro”. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: USP, Nº 61, 2º Semestre de 1984, pág.9-81.
- _____. *Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864*. 2 ed. Campo Grande: UFMS, 1996.
- ARAÚJO, Gesiel Rocha de. *Galpões & Chimarrão – Gaúchos em Mato Grosso do Sul: a “segunda querência”*. Trabalho de Iniciação Científica CNPq-UFMS. Campo Grande: UFMS, 2000 (digitado).
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra Medo Branco - o negro no imaginário das elites, século XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- BANDEIRA, Moniz. *O milagre alemão e o desenvolvimento do Brasil: as relações da Alemanha com o Brasil e a América Latina (1949-1994)*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- BASTENIER, Albert et alli. *IMMIGRATION ET SPACE PUBLIC, la controverse de l'integration*. Paris: Ciemi L'Harmattan, 1993.
- BERNECKER, Walther L. *Deutsche in Lateinamerika: das 19. Jahrhundert*. [extraído em 10/09/99]. Disponível na Internet: URL: <<http://is-koeln.de/maitces/15/15ssiedl.htm>>
- BERTELS, D.E. (Org.) *A expedição científica de G.I.Langsdorff ao Brasil, 1821-1829*. 2 ed. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Pró-Memória, 1988.
- BIANCHINI, Odaléa da Conceição Diniz. *A Companhia Matte - Laranjeira e a Ocupação da Terra do Sul de Mato Grosso (1880-1940)*. Campo Grande: Ed.UFMS, 2000
- BINZER, Ina von. *Os Meus Romanos*. São Paulo: Paz e Terra, 5.ed, 1991.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1974.
- _____. *Dialética da Colonização*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

- BOSI, Ecléa. *Lembranças de Velhos*. 2 ed. São Paulo: T.A. Queiroz e EDUSP, 1987.
- BÖSCH, Bruno (Org.). *História da Literatura Alemã*. São Paulo : Herder ,1967.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *As Faces da Memória*. Campinas: CMU, Coleção Seminários 2, [s.d.].
- BRITO, Cláudia Regina de. “*Escola de Japoneses*”: *Educação e Etnicidade em Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado em Educação) Campo Grande: UFMS, 1999 .
- CALDEIRA, Jorge. *Viagem pela História do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CAMPESTRINI, Hildebrando. *História de Mato Grosso do Sul*. 2.ed. Campo Grande: Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, 1991.
- CANDIDO, Antônio. *LITERATURA E SOCIEDADE*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- CORRÊA, Lúcia Salsa. *História e Fronteira, o sul de Mato Grosso – 1870-1920*. Campo Grande: UCDB, 1999.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso, 1889-1943*. Campo Grande: UFMS, 1995.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Coeditora Brasília, 1939.
- _____. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Inst. Nacional, 1969.
- _____. *Pedro Celestino*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1945.
- CUNHA, Euclides. *Diário de uma Expedição*. São Paulo: Companhia Das Letras, 2000.

- CUNHA, Jorge Luis da. *Rio Grande do Sul und die Deutsche Kolonisation*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1995.
- DRUCKER, Peter. *Sociedade Pós-Capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993.
- DUDEN. *Bedeutungswörterbuch Band 10*. Mannheim: Duden Verlag, 1970.
- ELIAS, Norbert. *OS ALEMÃES- A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- ELSING, Frei Jorge. *Entre os Rios Paraguai e Paraná*. São Paulo: Loyola, 1988.
- FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano, tomo III- Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1982.
- FERREIRA, Jurandir Pires. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Vol.35/ MT. Rio de Janeiro: IBGE, 1953.
- FIORI, Neide Almeida. “ O Perfil Ideológico da “Escola Estrangeira” em Santa Catarina.” *Revista de Antropologia*: Vol.29. São Paulo: USP, 1986, pág.113-133.
- GLASER, Hermann et alii. *Wege der deutschen Literatur - Eine geschichtliche Darstellung*. 17 ed. Ulm: Verlag Ullstein, 1975.
- GOETHE, Johann von. *Os Anos de Aprendizado de Wilhelm Meister*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação Não-Formal e Cultura Política*. São Paulo: Cortez, 1999.

- GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. 9. ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1991.
- _____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 3.ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.
- GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Mato Grosso do Sul, Sua Evolução Histórica*. Campo Grande: UCDB, 1999.
- HALBWACHS, Maurice . *A Memória Coletiva* .São Paulo: Vértice 1990.
- HOBBSBAWN, Eric J. *A Era dos Impérios*. 5.ed.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 .
- _____. *A Era do Capital, 1848-1875*.5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. 21.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- HUNSCHE, Dr. Carlos Henrique.” Imigração Alemã no Brasil”. *História da Imigração no Brasil, As Famílias*. 5.ed. São Paulo: Serv. Nacional de Divulgação Cultural Brasileiro, [s.d].
- JAGUARIBE, Domingos.” Emigração para o Brasil”. *Algumas Palavras sobre a emigração*. São Paulo: Typografia do Diarrio, 1877, Pág. 3-52.
- KAPPLER, Dr. Arno. *Tatsachen über Deutschland*. Frankfurt/Main Societäts-Verlag, 1993.
- KARASTOJANOV, Andrea Mara Souto. *VIR, VIVER e TALVEZ MOR-*

RER em CAMPINAS. Campinas: Ed.UNICAMP e CMU Publicações, 1999.

KNOB, Pedro– *A Missão Franciscana do MT* .São Paulo: Loyola,1988

KOCH, H.W.- *A Juventude Hitlerista, mocidade traída*. Rio de Janeiro:

–

ro: Renes, 1973 .

KRAMMER, Sônia –“ Leitura e Escrita de Professores em Suas Histórias de Vida e Formação” .*Cadernos de Pesquisa, FCC, nº106,*

Março 1999. São Paulo: Autores Associados,1999, pág.129 a 157.

KREUTZ, Lúcio. “ A Educação de Imigrantes no Brasil”. *500 Anos de Educação no Brasil*: Org. Eliane Marta Teixeira Lopes. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____ “Identidade Étnica e Processo Escolar”.*Cadernos de Pesquisa, FCC, Nº 107, julho 1999*. São Paulo: Autores Associados, 1999, pág. 79 a 96.

_____.” Imigração Alemã e Processo Escolar na Argentina, no Brasil e no Chile, de 1824 a 1939”. *Estudos Leopoldenses-Série Educação, Vol 4, Nº 06, 2000*. São Leopoldo: Unisinos, 2000, pág. 23 a 36.

_____ “. A representação de identidade nacional da imigração

alemã no Rio Grande do Sul.” *História da Educação, Nº5, Abril 1999*. Pelotas:ASPHE/FaE/ UFPel, 1999, pág.141 a 164.

_____. *O Professor Paroquial, Magistério e Imigração Alemã*

Porto Alegre: Ed. Da UFSC,EDUSC,UFRGS, 1991.

_____. *Material Didático E Currículo Na Escola Teuto-Brasileira*. São Leopoldo, Unisinos, 1994.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A Diversidade Humana. *Folha de São Paulo*

São Paulo: 27/06/1999 Caderno Mais, pág.7.

_____. *Antropologia Estrutural 2*. 3.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LINHARES, Gladis. *A Televisão No Imaginário Dos Terena*. Campo Grande: Uniderp, Série Etnias 2, 2000.

MALINOWSKY, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976 (digitado).

MARCÍLIO, Humberto. *História do Ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: Publicação da Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MARX, Karl. *O Capital- Crítica da Economia Política, Vol.I*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (coleção Os Economistas).

_____ e Engels, F. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MEDING, Holger M.- *Deutsche Einwanderer am Oberen Paraná*.

[extraído em 10/09/99] Disponível na Internet: URL :

<<http://www.is-koeln.de/matices/15/15smedin.htm>>

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de – *EDUCAÇÃO NO BRASIL* (esboço de estudo histórico). 3. ed. Recife: UFPE ED.Universi-

- tária, 1978.
- MÜLLER, Telmo Lauro. *1824, Antes e Depois- O Rio Grande do Sul e A imigração alemã*. Porto Alegre: Gráfica Metrópole S.A.,1974.
- _____. *Colônia Alemã 160 Anos de História*. Porto Alegre: EDUCS, 1984.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na 1. República*. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária , 1974.
- _____ (Org.) *Educação e Linguagem*. São Paulo: EDART, 1976
- NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do [et al.]. *Memórias da educação: Campinas (1850-1960)*. Campinas: Unicamp e Centro da Memória –Unicamp, Coleção Campiniana, Nº 20, 1999.
- OBERACKER, Karl H.Jr. “ Die Deutschen in Brasilien.” . *Die Deutschen in Lateinamerika*, Org. Hartmut Fröschle. Tübingen: Edrmann-Verlag, 1979, pág 169-300.
- PRADO, Caio Júnior. *História Econômica do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- _____. *Evolução Política do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. *As Curvas Do Trem E Os Meandros Do Poder- O Nascimento Da Estrada De Ferro Noroeste do Brasil. (1904-1908)*. Campo Grande: UFMS, 1997.
- RIBEIRO, Maria Luísa S. *História da Educação Brasileira- A Organização Escolar*. 5. ed. São Paulo: Moraes, 1986.

ROMANELLI, Otaíza de O. *História da Educação no Brasil*. 14.ed.

São Paulo: Vozes, 1977.

ROSA, Maria da Glória Sá. *Memória da cultura e da Educação em*

Mato Grosso do Sul: histórias de vida. Campo Grande: UFMS,

1990.

ROSENFELD, Anatol. “ A personagem de ficção.” ***Boletim n.284,***

Teoria Literária e Literatura Comparada N° 2. São Paulo:

EDUSP, 1964.

SABOYA, Eduardo G. Filho. *MT e a Reforma Educacional Pedro Ce-*

lestino . Dissertação (Mestrado em Educação). Campo Grande:

UFMS, 1992 (digitado).

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. São Paulo: Cortez, 1989.

SCHNERB, Robert.” O Século XIX, o apogeu da civilização europeia.”

In: ***História Geral das Civilizações***, Tomo VI. São Paulo: Difusão

Européia do Livro, 1958.

SCHELBAUER, Analete Regina. *Idéias que não se realizam, o debate*

sobre educação do povo no Brasil de 1879 a 1914. Maringá:

EDUEM, 1998.

SEYFERTH, Giralda. “ A Colonização Alemã no Brasil: Etnicidade e

Conflito.” ***Fazer a América:A Imigração em Massa para a Amé-***

rica Latina, Org. Boris Fausto. São Paulo: Edusp, 1999, pag 273-

313.

_____ . “ Etnicidade e Cidadania: Algumas considerações sobre

- as bases étnicas da mobilização política”. *Boletim do Museu Nacional, Antropologia n.42*. Rio de Janeiro: 1983, pag.1-16.
- _____.” Imigração, Colonização e Identidade Étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no sul do Brasil)”. *Revista de Antropologia vol.29*.São Paulo: USP, 1986, pág 57-71.
- _____. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1981 .
- SCHRADER, Achim. “ Minorias Étnicas na Política Educacional do Brasil, Escolas de língua estrangeira nos anos 30 e 70.” *Revista de Antropologia vol.29*. São Paulo: USP, 1986, pág.99-112..
- SIMSON, Olga von.” Diversidade Sócio-Cultural, Reconstituição da tradição e globalização: Os Teuto-Brasileiros de Friburg - Campinas”. *Coleção Textos/ CERU N.7 Série 2*. São Paulo: USP, 1986, pág 63-75.
- _____(Org.). *Os Desafios Contemporâneos da História Oral-1996*. Campinas: Área de Publicação CMU/UNICAMP,1997.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et alii. *O Processo Histórico de Mato Grosso*. 2. ed. Cuiabá: UFMT, 1990.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A Formação Histórica do Brasil*. 10 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1979.
- SOUZA, Carla Villamaina Centeno de. *A Educação nos Ervais de Mato Grosso: O “Saber-Fazer” Paraguaio(1870-1930)*. Dissertação , (Mestrado em Educação).UFMS. Campo Grande: 2000 (digitado).

STRUPP, Christoph von. *Von der alten in die neue Heimat, Deutsche Auswanderer auf dem Weg nach Lateinamerika*. Extraído em 17/06/99. Disponível na Internet: URL:

<<http://www.is-koeln.de/matices/15/15sstrup.htm>>

SÜSSEKIND, Flora – *O BRASIL NÃO É LONGE DAQUI- O narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *A Retirada Da Laguna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

THEODOR, Erwin. *A Literatura Alemã*. São Paulo: T.A.Queiroz, 1980.

TORRINHA, Francisco. *Dicionário Latino-Português*. 3 ed. Porto: Marânus, 1945.

VALENTE, Ana Lúcia E.F. *Educação e Diversidade Cultural : um desafio da atualidade* . São Paulo: Moderna, 1999 .

_____.” Estado, Educação e Etnicidade: A Experiência Belga.” *Cadernos de Pesquisa N°105*, Fund.Carlos Chagas. São Paulo : Cortez Editora , 1998, pág.135-159.

_____ “.Sopas, saladas e sucos- para uma discussão do ecletismo metodológico”. *Educação em Debate*. Ano 20, N° 36 . Fortaleza: 1998, pág. 14-24.

_____.” Usos e abusos da antropologia na pesquisa educacional”

Pro-Posições. Vol 7, N° 2 [20],. [s.l]: 1996 (digitado).

_____.” Movimentos sociais e educação: apostando no “velho” paradigma e na sua capacidade interpretativa do “novo”.” *Inter-*

meio- Revista do Mestrado de Educação/UFMS. Campo Grande ,
1995, pág.29-36.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de- *A Questão Indígena na Província de Mato Grosso*- Conflitos, trama e continuidade. Campo Grande: Ed.UFMS, 1999.

WAHRIG, Gerhard. *Deutsches Wörterbuch* . Gütersloh : Bertelsmann Lexikon-Verlag , 1975 .

WEINGARTNER, Alisoete Antônia dos Santos. *MOVIMENTO DI – VISIONISTA no Mato Grosso do Sul*. Porto Alegre: EST, 1995.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil : estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes*. São Paulo: Cia.Ed.Nacional, 1946.

MENSAGENS DE PRESIDENTES CONSULTADAS

ALBUQUERQUE, Gal.Dr.Caetano Manoel de Faria e. Presidente do Estado de Matto-Grosso à Assembléa Legislativa ao installar-se a 2ª Sessão ordinária da 10ª Legislatura em 15 de Maio de 1916, Cuyabá,
Typ.Official, 1916.

BARÃO DE MARACAJU. Relatório da abertura da 1ª Sessão da 23ª Legislatura da Assembléa da Província de Matto-Grosso, no dia 1º De outubro de 1880, Typ.Joaquim J.R.Calhaio, Cuyabá, 1880.

CORRÊA, D.Francisco de Aquino. Relatório da Delegacia Fiscal do Norte De Matto Grosso em Manaus, relativo ao 1º Sem. De 1918 apresentado Exmo. Revmo.Snr. Bispo D.Aquino de Corrêa, DD. Presidente do Estado, Delegado Fiscal-Dr. Alfredo Octavio de Mavignier, Cuyabá,1918.

_____. Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa do Estado ao installar-se a 2ª Sessão Ordinária da 11ª Legislatura em 7 de setembro de 1919, Typ.Official, Cuyabá, 1919.

_____. Presidente de Estado- Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa, na installação da 1ª Sessão Ordinária da 12ª Lesglatura, em 7 de setembro de 1921, Assembléa Legisla- Tiva, Cuyabá, 1921.

CORRÊA, Dr. Estevão Alves. 1.Vice-Presidente do Estado, Mensagem Dirigida à Assembléa, em 13 de maio de 1925. Cuyabá, Typ.Official, 1925.

COSTA, Pedro Celestino Corrêa da. 1ºVice-Presidente em exercício, 1ªSessão da 8ªLegislatura da Assembléa Provincial de Matto-Grosso, no dia 13 de maio de 1909, Cuyabá,Typ.Official 1909.

_____. 1ºVice-Presidente do Estado, em exercício, Abertura da 2ª Sessão da 8ª Legislatura da Assembléa Provincial de Matto-Grosso, no dia 13 de Maio de 1910, Cuyabá, Typ.Official 1910.

_____. 1º Vice-Presidente, em exercício, Abertura da 3ª Sessão da 8ª Legislatura em 13 de Maio de 1911, Cuyabá, Typ. Official, 1911.

_____. Mensagem ao installar-se a 2ª Sessão Ordinária da 12ª Legislatura , em 13 de Maio de 1922, pelo Presidente do Estado , Tup.Official. Cyuabá, 1922.

_____. Mensagem à Assembléa em 21 de maio de

1923, pelo Presidente do Estado de Matto Grosso, Cuyabá, Typ. Oficial em 1923.

_____ Mensagem à Assembléa Legislativa em 13 de Maio de 1924 , Cuyabá, Typ. Oficial, 1924.

FONSECA, Hermes Ernesto. Anexo n.3ª Instrução Pública, 23 de abril de 1877, in Falla de Abertura da 2ª Sessão da 21. Legislatura da Assembléa Provincial de Matto-Grosso, no dia 3 de maio de 1877, Typ. da Situação, Cuiabá, 1877.

MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. Mensagem de Abertura ao instalar-se a 1ª Sessão da 9ª Legislatura em 13 de Maio de 1912, Cuyabá, Typ. Oficial, 1912.

_____. Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa ao instalar-se a 2ª Sessão ordinária da 9ª Legislatura em 13 de Maio de 1913, Cuyabá, Typ. Oficial, 1913.

_____. Mensagem à Assembléa Legislativa, na instalação da 1ª Sessão ordinária da 10ª Legislatura em 13 de Maio de 1915, Assembléa Legislativa, Cuyabá, 1915 (digitado).

DOCUMENTAÇÃO PESQUISADA

Relatório apresentado por Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo, Intendente Geral de Campo Grande à Câmara Municipal, referente ao exercício de 1926. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1926.

Consultados os Livros da Intendência de Campo Grande, no Arquivo Histórico Municipal: CX 13 - 82.1/A // 82/A // 83/A

CX 05 53/ A

Consultados os Livros da Intendência que se encontram em poder do Município de Terenos.

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Consultado o Arquivo Histórico Estadual de Mato Grosso do Sul.

Consultado o Arquivo Histórico Municipal de Campo Grande/ MS.

Consultado o Staatsarchiv de Hamburgo, Alemanha.

Consultado o Memorial do Imigrante em São Paulo.

Consultado o Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

Consultado o Arquivo Documental da TERRASUL - Departamento de Terras e Colonização do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/ MS.

Consultada a Secretaria Municipal de Educação, Campo Grande/MS.

Consultado o Arquivo da Secretaria Estadual de Educação, Campo Grande/ MS.

Consultado o IBGE, Campo Grande /MS. (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Vol. 35/MT de Jurandyr Pires Ferreira- IBGE, Rio de Janeiro,1953).

Consultado o Álbum *Die Deutsche Einwanderung in Rio Grande do Sul*, Edel, 1974.

Consultado o Álbum Gráfico de Mato Grosso, Hamburgo.

IMPrensa

Jornal *A CRUZ*, Cuiabá, 1920 a 1925, Anno X-XVI, nº 457-707

Jornal *TRIBUNA*, Corumbá, 1925, 1927-1929, rolo s/n.

Jornal *A LUZ*, Cuiabá, ano 1910-1926, nº 572^A520, rolo.

Jornal *O PROGRESSO*, Campo Grande, 1920-1923, rolo s/n.

Mato Grosso- Jornais Diversos- 1924-1929, rolo s/n.



REGISTRO N.º 1358

Esta carteira de identidade pertence a)

Christina Huber

Natural de *Niackos, Alemanha*

Nascido a *8 de Junho 1884*

Filiação *João Manoel*

Dr. Manoel de Sá

Côr *Branca* olhos *Verdes*

Nacionalidade *Brasileira*

Campo Grande, 24 de Junho de 1947


REC

Nome *C*

Observações

TRIBUNAL ELEITORAL
 DELEGACIA DE CAMPO GRANDE



1
Apresentou certificado de boa conducta, de
vacinação, e de saúde.

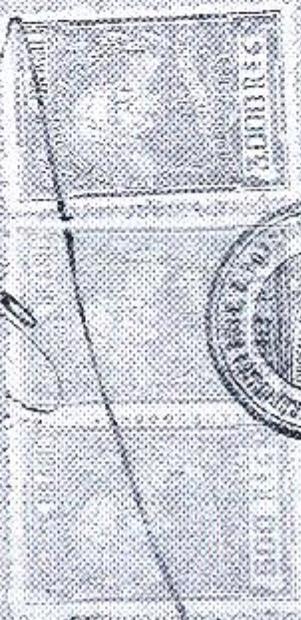
Visto neste Vice-Consulado da Republica dos
Estados Unidos do Brasil a Francfort a/M.

com para viajar na Alemanha

Francfort a/M., 27 de Janeiro de 1924.

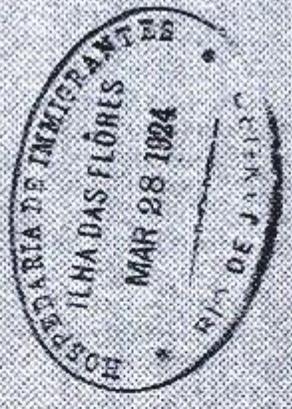
O Vice-Consul

[Handwritten signature]



Recebi - R\$ 4,000 de emolumentos

[Handwritten signature]



Erklärung
Bismarck 1871
1871

München, den 21. Februar 1924

Friedrich E. Müller



V. Lothar

Hans Engelke

Hamburg, Hamburg
ausgegeben am
10. 0. MRZ 1924

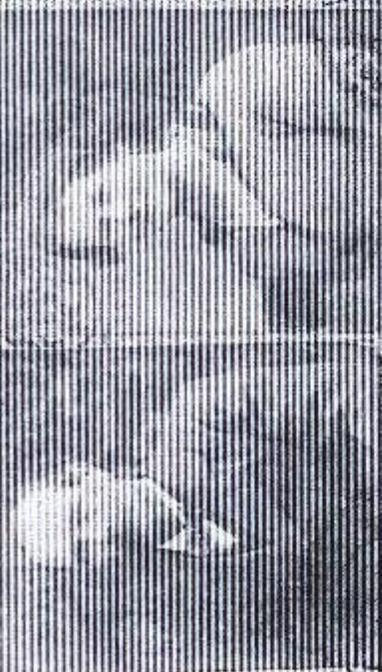
F Auf unendlichen Raum
und damit beschränkt, das
dieser Satz nur für den
Abstand und dessen
Sediment Gültigkeit hat.
Wir auf Seite 1 & 2
müssen die Aussagen
werden hiermit gestellt.
die Aussagen sind, die
dieser Satz nur für den
Abstand und dessen
Sediment Gültigkeit hat.
Wir auf Seite 1 & 2
müssen die Aussagen
werden hiermit gestellt.
die Aussagen sind, die
dieser Satz nur für den
Abstand und dessen
Sediment Gültigkeit hat.

München, den 25. Februar
1924



Hans Engelke

Ehefrau



Unterschrift des Passinhabers

Willy Stiller

und seiner Ehefrau

Elisabeth Stiller

Es wird hiermit bescheinigt, daß der Inhaber die durch das obenstehende Lichtbild dargestellte Person ist und die darunter befindliche Unterschrift eigenhändig vollzogen hat.

Willy Stiller, den 22. Januar 1924
Elisabeth Stiller, geb. Goldmann

PERSONENBESCHREIBUNG

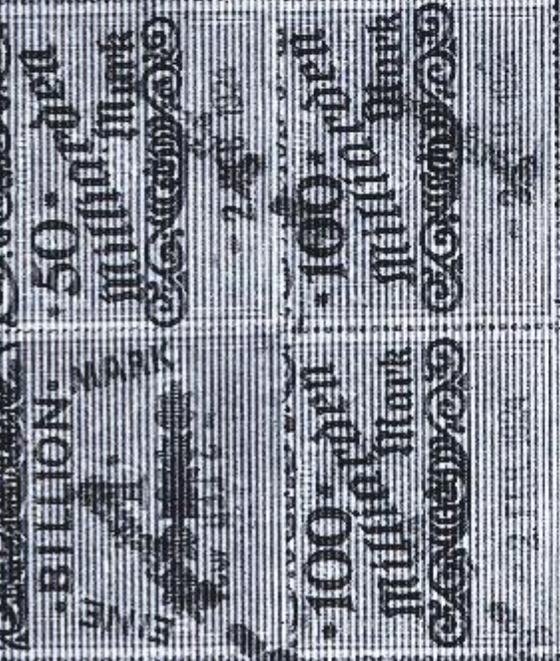
Ehefrau

Name *Willy Stiller*
 Geburtsort *Feldbach*
 Geburtstag *21. September 1870*
 Wohnort *Wald*
 Gestalt *Mittel*
 Gesicht *ruhig*
 Farbe der Augen *blau*
 Farbe des Haares *brun*
 Besond. Kennzeichen *—*

KINDER

Name	Alter	Geschlecht
<i>Richard Stiller</i>	<i>11. 5. 1909</i>	<i>knabe</i>
<i>Willy Stiller</i>	<i>—</i>	<i>—</i>





Zur Bescheinigung!

Das alte Pass ist bei Antritt
auf Ausstellung eines neuen
zurückzugeben.

DEUTSCHES REICH

(Stempellose)



REISEPASS

Nr. 1111

NAME DES PASSINHABERS

Herr *Fluhr*

BEGLEITET VON SEINER EHEFRAU

Herrn geb. Weig

UND VON ^{*eigener*} ~~seiner~~ KINDER

STAATSANGEHÖRIGKEIT

Preuss. Seite 7.



Intendencia Municipal		DEBE	HABER	Baut August Zieher		DEBE	HABER
1	...			1	...		
2	...			2	...		
3	...			3	...		
4	...			4	...		
5	...			5	...		
6	...			6	...		
7	...			7	...		
8	...			8	...		
9	...			9	...		
10	...			10	...		
11	...			11	...		
12	...			12	...		
13	...			13	...		
14	...			14	...		
15	...			15	...		
16	...			16	...		
17	...			17	...		
18	...			18	...		
19	...			19	...		
20	...			20	...		
21	...			21	...		
22	...			22	...		
23	...			23	...		
24	...			24	...		
25	...			25	...		
26	...			26	...		
27	...			27	...		
28	...			28	...		
29	...			29	...		
30	...			30	...		
31	...			31	...		
32	...			32	...		
33	...			33	...		
34	...			34	...		
35	...			35	...		
36	...			36	...		
37	...			37	...		
38	...			38	...		
39	...			39	...		
40	...			40	...		
41	...			41	...		
42	...			42	...		
43	...			43	...		
44	...			44	...		
45	...			45	...		
46	...			46	...		
47	...			47	...		
48	...			48	...		
49	...			49	...		
50	...			50	...		
51	...			51	...		
52	...			52	...		
53	...			53	...		
54	...			54	...		
55	...			55	...		
56	...			56	...		
57	...			57	...		
58	...			58	...		
59	...			59	...		
60	...			60	...		
61	...			61	...		
62	...			62	...		
63	...			63	...		
64	...			64	...		
65	...			65	...		
66	...			66	...		
67	...			67	...		
68	...			68	...		
69	...			69	...		
70	...			70	...		
71	...			71	...		
72	...			72	...		
73	...			73	...		
74	...			74	...		
75	...			75	...		
76	...			76	...		
77	...			77	...		
78	...			78	...		
79	...			79	...		
80	...			80	...		
81	...			81	...		
82	...			82	...		
83	...			83	...		
84	...			84	...		
85	...			85	...		
86	...			86	...		
87	...			87	...		
88	...			88	...		
89	...			89	...		
90	...			90	...		
91	...			91	...		
92	...			92	...		
93	...			93	...		
94	...			94	...		
95	...			95	...		
96	...			96	...		
97	...			97	...		
98	...			98	...		
99	...			99	...		
100	...			100	...		

Kaufmann Schickmann		DEBE	HABER	Johann Friedrich Biedenkopf		DEBE	HABER
1	...			1	...		
2	...			2	...		
3	...			3	...		
4	...			4	...		
5	...			5	...		
6	...			6	...		
7	...			7	...		
8	...			8	...		
9	...			9	...		
10	...			10	...		
11	...			11	...		
12	...			12	...		
13	...			13	...		
14	...			14	...		
15	...			15	...		
16	...			16	...		
17	...			17	...		
18	...			18	...		
19	...			19	...		
20	...			20	...		
21	...			21	...		
22	...			22	...		
23	...			23	...		
24	...			24	...		
25	...			25	...		
26	...			26	...		
27	...			27	...		
28	...			28	...		
29	...			29	...		
30	...			30	...		
31	...			31	...		
32	...			32	...		
33	...			33	...		
34	...			34	...		
35	...			35	...		
36	...			36	...		
37	...			37	...		
38	...			38	...		
39	...			39	...		
40	...			40	...		
41	...			41	...		
42	...			42	...		
43	...			43	...		
44	...			44	...		
45	...			45	...		
46	...			46	...		
47	...			47	...		
48	...			48	...		
49	...			49	...		
50	...			50	...		
51	...			51	...		
52	...			52	...		
53	...			53	...		
54	...			54	...		
55	...			55	...		
56	...			56	...		
57	...			57	...		
58	...			58	...		
59	...			59	...		
60	...			60	...		
61	...			61	...		
62	...			62	...		
63	...			63	...		
64	...			64	...		
65	...			65	...		
66	...			66	...		
67	...			67	...		
68	...			68	...		
69	...			69	...		
70	...			70	...		
71	...			71	...		
72	...			72	...		
73	...			73	...		
74	...			74	...		
75	...			75	...		
76	...			76	...		
77	...			77	...		
78	...			78	...		
79	...			79	...		
80	...			80	...		
81	...			81	...		
82	...			82	...		
83	...			83	...		
84	...			84	...		
85	...			85	...		
86	...			86	...		
87	...			87	...		
88	...			88	...		
89	...			89	...		
90	...			90	...		
91	...			91	...		
92	...			92	...		
93	...			93	...		
94	...			94	...		
95	...			95	...		
96	...			96	...		
97	...			97	...		
98	...			98	...		
99	...			99	...		
100	...			100	...		

Informação

Informo que o colono **Frederico Haberland**
de nacionalidade **alemã**, procedente de **Allemanha**,
sabendo ler e escrever, **Casado**, com **dois** filhos
menores, occupa o lote n. **30** com a area de **27 1/2 ha.**
da **Colonia de Terenos**, desde o anno de **1926**, já tendo **3 1/2 he-**
ctares de terra cultivada com cereaes e com pasto de capim

O mesmo colono colheu neste anno **50 saccas de arroz, 45 de**
milho, batata, mandioca

, plantou **250 pés de café, 30**
ls. de feijão, 30 cóvas de bananeiras, inhame, 2.000 pés de mandioca
e possui casa de capim em más condições

, aramado **pequena parte do terreno**

, instrumentos **agrarios não tem**

, **animaes**

1 porco, 1 bezerro e 40 gallinhas

vehiculos nenhum

arvores fructiferas 3 laranjeiras, 6 mangueiras, bananeiras

, estando nas condições de **lle**
ser concedido titulo provisorio do referido lote.

Intendencia Municipal de Campo Grande, **13 de** **Abril** de **1930**

João Antunes dos Santos

Administrador da Colonia

VISTO

Res. de J. G. Zaur
INTENDENTE GERAL

Informação

Informo que o colono **Paulo Schleich**
e nacionalidade **alemã**, procedente de **S. Paulo**
sabendo ler e escrever, **casado**, com **seis** filhos
2 maiores e 4 menores, occupa o lote n. **49** com a area de **37** ha.
da **Colonia de Terenos**, desde o **anno** de **1928**, já tendo **oito** he-
ctares de terra cultivada com cereaes e **tres** com pasto de capim **jaraguá**

O mesmo colono colheu neste anno **100 saccas de arroz**, **10 sac-**
cas de milho, **30 saccas de feijão**, **mandioca**, **batata inglesa** e **batata**
doce, **cebolas**, **alho**, **abacaxis**, **bananas**

plantou **50 ls. de feijão**, **6.000**
alhos, **200 mq. de batata inglesa**, **200 mq. de batata doce**, **1000 pés de**
abacaxis, **100 cõvas de Bananeiras**, **50 cõvas de canna**, **200 cafeeiros**
e possui casa de capim e está fazendo outra em melhores condições,

armado **2.800 ms. de cerca de**
3 fies, instrumentos agrarios **1 arado**, **1**
grade, **1 semeadeira**, **animacs**

3 cavallos, **3 bois**, **8 gallinhas** **1 porquinho**
vehiculos **não tem**

arvores fructiferas **150 pés de varias especies**. Tem tambem muito bem tra-
tadas e plantadas em ordẽm **100 pés de eucaliptus**

estando nas condições de lhe
ser concedido titulo **definitivo** do referido lote.

Intendencia Municipal de Campo Grande, **20^{te} Abril** de **1930**

João Antunes da Silva

Administrador da Colonia

VISTO

Fausto Junior
INTENDENTE GERAL

Informação

Informo que o colono **Gustave Pelzl**
e nacionalidade **austriaca**, procedente de **Austria**,
sabendo ler e escrever, **casado**, com **cinco** filhos
occupa o lote n. **8** com a area de **72 ha.**
da Colonia de Terenos, desde o **anno** de **1919**, já tendo **16** he-
ctares de terra cultivada com cereaes e **20** com pasto de capim **jara-**
guá e gordura.

O mesmo colono colheu neste anno **100** saccas de arroz, **90** sac-
cas de milho, **35** saccas de feijão, muita mandioca, muita fructa, aba-
caxis, amendoim, inhame em quantidade, mangarites, uvas, **100** saccas de
café, plantou um ha. de feijão, **2.000**
pés de mandioca, um ha. de canna, e toda especie de hortaliça em grande
escala
e possui: casa de barrete coberta de telha e galpão

aramado **3 km.** de cerca de tres fies
instrumentos agrarios **1 arado, 1 car-**
pidreira e semeadeira, animaes

2 eguas, **18** porcos e **130** gallinhas

vehiculos **nenhum**

arvores fructiferas **grande pomar** contendo mais de **200** arvores já produzin-

do laranjeiras, amexieiras, mangueiras, cajucios, fructa cande, abacateiros,
ateiras, parreiras, jaqueiras, amoreiras, limceiras, tangerinas, - Possui tam-
bem **3.000** cafeeiros de **5** annos e grande plantação de fumo

ser concedido titulo **definitivo** do referido lote.

Intendencia Municipal de Campo Grande, **20** de **Abril** de **1930**

José Arthur de Silva

Administrador da Colonia

VISTO

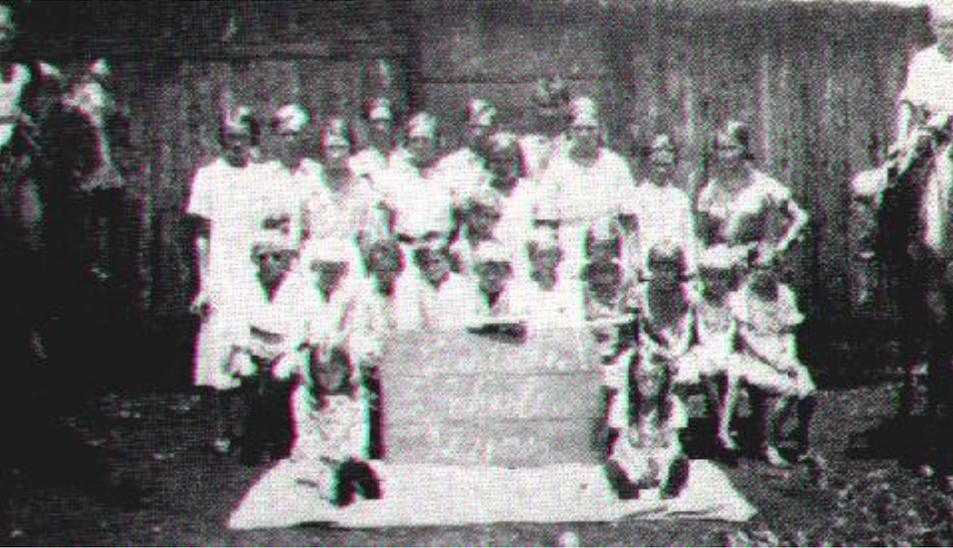
Paulo G. Silva
INTENDENTE GERAL













- 7.^a — O comprador, antes de possuir a competente escriptura publica de compra e venda, que será lavrada depois de effectuado o ultimo pagamento, não poderá vender, hypothecar ou de qualquer modo onerar a colonia contractada ou as bemfeitorias n'ella feitas, nem tão pouco transferir a outrem, salvo com o consentimento da firma vendedora e pagando o segundo contractante ao primeiro contractante na occasião da transferencia 10 % sobre o valor das terras a transferir.
- 8.^a — Caso se verifique erro de calculo na area da colonia, tem o comprador ou seus successores direito a serem indemnizados á razão de 3 reis por metro quadrado, se a superficie for effectivamente menor do que a constante da presente convenção; e da mesma forma é o adquirente obrigado a pagar igual preço por cada metro quadrado, que possuir além da area marcada.
Assim pois, se lhe faltarem terras, não cabe ao comprador direito algum de exigir o complemento da area; é porém obrigado a receber o excedente, se este se verificar, pagando o mesmo preço estipulado de 3 reis por metro quadrado.
O preço de excesso, se tiver, ha de ser pago nas condições geraes de pagamento estipuladas por este instrumento, valendo neste caso para estes pagamentos tambem a clausulá 2.^a
- 9.^a — O comprador recebe a colonia medida; isto é, tendo abertas por completo as linhas da frente e o travessão dos fundos, bem como as lateraes na extensão de 60 metros; os cantos principaes são assinalados por meio de marcos.
A abertura das linhas lateraes será feita por conta do comprador, se o exigir.
Nenhuma reclamação referente á falta de marcos será attendida pela empreza, pois que o comprador é obrigado a verificar a existencia destes antes de assignar a presente convenção; importando sua assignatura n'este contracto em reconhecer effectivamente feitas a medição e demarcação do lote.
- 10.^a — Se houver contestação a respeito de divisas entre o comprador e seus vizinhos, essas duvidas serão decididas, sem recurso, pela sociedade vendedora ou pelos seus prepostos, á vista do respectivo mappa e mais esclarecimentos e por conta das partes divergentes.
- 11.^a — A **Sociedade Territorial Brasileira "NOVA PATRIA" Limitada** pode em qualquer tempo transferir os seus direitos á outrem.
- 12.^a — As despesas deste contracto, da escriptura publica de compra e venda definitiva, do imposto de transmissão de propriedade, imposto territorial, etc., serão a cargo do comprador.
- 13.^a — Fica estipulado que no caso de serem encontrados mineraes nos lotes ora contractados, a sociedade vendedora tenha o direito de explorar estes, indemnizando o segundo contractante ou seus successores simplesmente pelo valor como terras de cultura e não de mineraes. Este direito é valido para a sociedade ou seus legitimos successores para o tempo de cincoenta annos.
- 14.^a — A sociedade vendedora constroe estradas principaes de rodagem, as estradas lateraes hão de ser feitas pelos compradores. A companhia auxilia para a construcção destas de modo que faz um abatimento de Rs. 1000 por aquelles lotes, que não ficam adjacentes á uma estrada e em uma distancia maior desta de 250 metros.
- 15.^a — Em caso de transferencia do presente contracto de promessa de venda ou de quaesquer transferencias futuras destas terras, o adquirente e seus successores são obrigados a mandar transcrever na sua escriptura de transmissão as clausulas 3.^a até 13.^a incl., ficando o novo comprador substituindo o primeiro em todas as obrigações a que estava aquelle adstricto. O segundo contractante, mesmo se tiver já recebido a escriptura publica das terras agora contractadas terá de reconhecer sempre e de accordo com estas clausulas a vigencia das mesmas.
- 16.^a — A sociedade vendedora não reconhece para si outras obrigações ou compromissos além dos aqui combinados e constantes impressos ou escriptos nas duas vias deste contracto.
- 17.^a — O presente contracto foi feito em duplicata, ficando a primeira via devidamente sellada na mão da vendedora e a segunda via na mão do comprador e vae assignado, na presença das testemunhas abaixo, pelo representante da vendedora e pelo pretendente á compra do lote colonial a que esta convenção se refere.

Fez-se em 18 de Junho de 1931
pela Sociedade Territorial Brasileira

Colonia Terenas

CONTRACTO DE PROMESSA DE VENDA

2.^a Via

N^o 10025

entre a Sociedade Territorial Brasileira "NOVA PATRIA" Limitada representada por seu socio-gerente representante *Udo Altenburg*

e o Sr. *Daniel Lopes das Neves*
foi celebrada hoje a seguinte promessa de venda.

A Sociedade Territorial Brasileira "NOVA PATRIA" Limitada compromette-se a vender a *ao Sr. Daniel Lopes das Neves*
o lote colonial N.^o *1* da colonia *Terenas* sito na linha *de abertura do Diogo* no Estado de *Goattha*
sob as clausulas seguintes:

O preço do lote contractado é Rs. *540000* e a area foi calculada em *100000* metros quadrados, a base de *3* reis por metro quadrado.

O comprador pagou *5134000* como signal, compromettendo-se a pagar o restante nas seguintes prestações:

dentro de 3 mezes desta data

6

12

e o resto de Rs. dentro de mezes, contado da data deste contracto,

vencendo o juro de % ao anno, que ser, contado no fim do anno. Se o preço total fôr pago

em seis mezes a contar da data deste contracto, o comprador não pagará juro algum e caso fôr

pago dentro de dias a contar da data deste contracto, o comprador gozará um abatimento

de %. Se decorrerem quatro mezes do vencimento de qualquer das prestações acima menciona-

das sem o comprador effectuar o respectivo pagamento, fica facultada á vendedora a recisão do presente

contracto á qual são outorgados todos os poderes em causa propria para vender os lotes a outrem,

sem obrigação de prestar contas ou devolver as quantias já recebidas.

Os juros e imposto territorial desembolsado pela venda d'ora devem ser pagos no fim de cada anno.

O comprador é obrigado a conservar limpa de vegetação arborea a estrada geral da linha, que deve ter

a largura até 15 metros.

Esta obrigação consiste em roçar duas vezes por anno o trecho da estrada que passa pelas terras

adquiridas, sob pena de ser feito o mesmo serviço a custa do adquirente pela administração da colonia,

ou, se esta não existir mais, pela Intendencia Municipal da localidade.

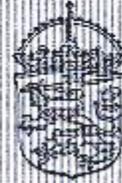
Se a administração da colonia, ou a maioria dos moradores da linha em que se acha situado o lote

colonial, julgar conveniente mudar o traçado da estrada geral, o comprador é obrigado a ceder gratui-

tamente o terreno necessario para tal mudança.

Da mesma forma, se tornar-se precisa, para communicar uma linha com outra, a abertura de algum

Handwerkskammer zu Darmstadt



Gesellen-Brief

Nachdem der *Böcher* Lehrling
Wolfgang Klüber
geboren am *24. Juni 1903*
zu *Wiesbaden* vor

dem unterzeichneten Prüfungs-Ausschuß sich der
Gesellenprüfung mit Erfolg unterzogen hat,
wird ihm zum Ausweis dessen die gegenwärtige
Urkunde ausgefertigt.

Wiesbaden, den *16. März 1922*

Der Gesellenprüfungs-Ausschuß
der *Böcher-Lernung*

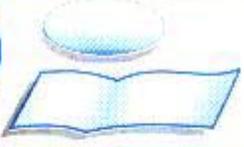
Frank Heß
Vorsitzender





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Santos
Pereira

2 
OFÍCIO

OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO
2º TABELIÃO

Dr. Carlos Henrique dos Santos Pereira

SUBSTITUTA

Dra. Cinthya Spengler dos Santos Pereira Barbosa Santos

CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIFICO que sob o NO 97 às Folhas 196 do Livro NO 0016 de Registro de Casamentos, verifiquei constar que no dia 21 de DEZEMBRO de 1928 foi realizado o casamento de ADOLF JOHANNES FLUHR e GERTRUDES MEINS contraído perante o Juiz de Paz SR. PEDRO LAURENTINO DE ARAUJO CHAVES e as testemunhas constantes do termo.

Ele, nascido em MAINZ - ALEMANHA -** aos 24 de JUNHO de 1903, profissão LAVRADOR, SOLTEIRO, domiciliado e residente em TERENOS NESTE MUNICIPIO -MT, filho de ADOLF FLUHR e CHRISTINA FLUHR.

Ela, nascida em HAMBURGO - ALEMANHA -** aos 07 de DEZEMBRO de 1908, profissão ***** SOLTEIRA, domiciliada e residente em TERENOS NESTE MUNICIPIO -MT, filha de HENRIQUE MEINS e PHILIPPINA MEINS.

qual passou a assinar-se:

O regime adotado é

Foram apresentados os documentos a que refere o Art. 180, n.ºs do Código Civil Brasileiro.

Observações: HOVE RETIFICAÇÃO.

O referido é verdade e dou Fé.

Civilstand.

Großherzogtum Luxemburg.

Jahr 1910.

Nr. 67 des Reg. Stadt Differdingen.

Wir unterzeichneter, Beamter des Civilstandes, bescheinigen,

daß *Wehner Maximilian*,

geboren zu *Remscheid*

den *24. August* 1881

Sohn von *Wehner Gottfried*

und von *Riffelmann Aline*

Und

Fischer Maria Salomee

geboren zu *Wolfisheim* (K. Elvan)

den *16. September* 1886

Tochter von *Fischer Michael*

und von *Heitz Marie Salomee*

heute vor Uns die Heirat eingegangen sind.

Differdingen, den *6. August* 1910

Der Civilstandsbeamte,







